



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**O DIREITO DE FICAR E DE EXISTIR: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, LUTA POR
MORADIA E O DIREITO À CIDADE NA VILA AUTÓDROMO**

BÁRBARA FORTES CAMPOS

2019

BÁRBARA FORTES CAMPOS

O DIREITO DE FICAR E DE EXISTIR: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, LUTA POR
MORADIA E O DIREITO À CIDADE NA VILA AUTÓDROMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) no Curso de Mestrado, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para Exame de Qualificação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas,
Linguagens e Tecnologia

Orientador: Celso Sánchez

Rio de Janeiro, RJ

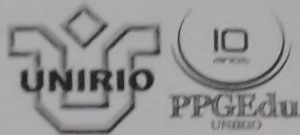
Fevereiro/2019

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

F738 Fortes Campos, Barbara
O DIREITO DE FICAR E DE EXISTIR: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, LUTA POR MORADIA E O DIREITO À CIDADE NA VILA AUTÓDROMO / Barbara Fortes Campos. -- Rio de Janeiro, 2019.
138

Orientador: Celso Sánchez Pereira .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Luta por moradia. 2. Vila autódromo. 3. Direito à cidade. 4. Educação ambiental crítica. 5. Colonialismo. I. Sánchez Pereira , Celso, orient.
II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Educação

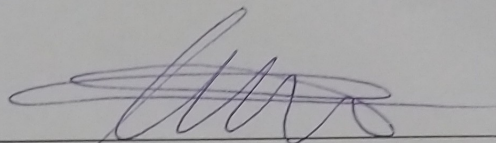
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Bárbara Fortes Campos

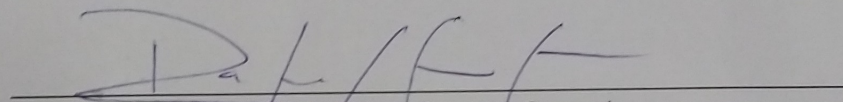
“O DIREITO DE FICAR E DE EXISTIR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, LUTA POR MORADIA E O DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO”

Aprovada pela Banca Examinadora

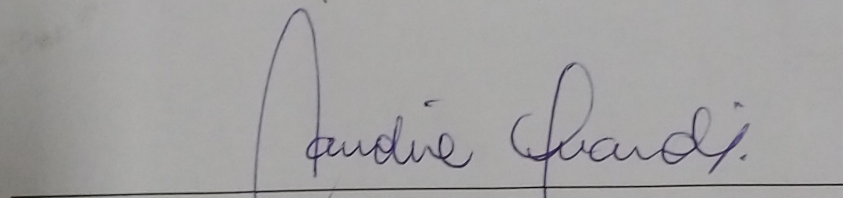
Rio de Janeiro, ____/____/____



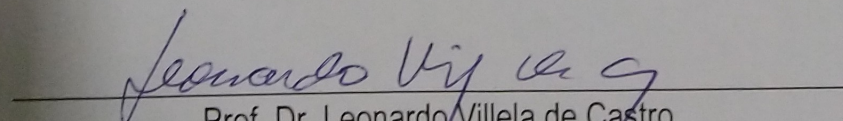
Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira
(orientador)



Prof. Dr. Rafael Soares Gonçalves
(avaliador externo)



Prof. Dr. Cláudia Miranda
(avaliadora interna)



Prof. Dr. Leonardo Villela de Castro
(avaliador interno)

Dedico este trabalho a todos e todas que em algum momento de suas vidas se depararam com a perversidade e a injustiça dos que julgam ter autoridade sobre qualquer território. Especialmente aos moradores que Vila Autódromo que me ensinaram verdadeiramente o significado de coragem, bravura e alegria, apesar do mar de pedras que correu em seus caminhos. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Maria, Walter, Bruno e Dalva ter vindo a esse mundo e ser recebida por vocês é uma bênção que, sem exageros, nunca serei capaz de agradecer de forma suficiente. Obrigada pelo companheirismo, atenção e amor de sempre!

À Ana, Arnaldo, João, Mariana e Wenner por serem as melhores companhias que jamais poderia imaginar ter a sorte de encontrar. Obrigada pela amizade e companhia diária que, por mais de uma década, nem a distância foi capaz de separar. Vocês são a alegria dos meus dias, todos os dias!

Ao Marcelo e nossas companheiras Luna e Shakira, pelo amor, atenção, parceria, pela bagunça, barulho e um oceano de afetos que inundam nosso cotidiano. Obrigada pela confiança, apoio e por acreditar em mim sempre, a vida sem vocês não tem graça!

À Caroline, Daniela, Eveline, Hanna e Michele por simplesmente me fazer sentir em casa numa cidade até então desconhecida para mim. Minha família carioca, amo tanto vocês! Obrigada por existirem!

Ao Celso, pela oportunidade de estar aqui, por me mostrar o significado da Universidade Pública, por acreditar no meu trabalho e fazer desse percurso um caminho de tanta aprendizagem, e por ser tão acolhedor e companheiro. Obrigada!

À Alessandra, Anne, Bárbara, Carol, Clara, Clementino, Daniel, Gabriela, Gleice, João, Mahalia, Marcelo, Paola, Rafaela, Sônia, Stephanie, Tita, ao GEASur, por caminhar junto, pela amizade, pelo acolhimento, pelas palavras de motivação, pela troca, pela ajuda, pela parceria de sempre! Vocês são meus melhores professores! Obrigada!

À comunidade da Vila Autódromo, por tornar possível essa pesquisa e por me mostrar a possibilidade de lutar com amor, beleza e alegria, vocês ensinam ao mundo o há de mais importante a ser ensinado! Obrigada!

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho busca a análise e reconhecimento das práticas dos movimentos sociais de luta por moradia e de direito a cidade como práticas educativas e ações transformadoras que configuram uma *práxis* emancipatória através de conhecimentos e saberes intimamente ligados com seus territórios, atuações comunitárias e de resistência ao modelo de desenvolvimento de cidade excludente. Para tanto, primeiramente discute-se o direito a cidade e moradia e o direcionamento do solo urbano como ativo financeiro, tecendo uma breve apresentação da temática e seu contexto. Num segundo momento, tenta-se traçar um panorama de como o mercado, em consonância com o Estado, age para a expulsão da população com menor poder aquisitivo das áreas valorizadas ou em processo de valorização e conseqüente apropriação desse espaço. Por fim, mostra o resultado desse conflito de interesses: a luta e sua espacialidade, trazendo seus agentes e apresentando os afetados como os protagonistas dessa luta. A partir de explorações de campo na Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, e de entrevista com uma liderança do movimento, tentaremos observar como os movimentos sociais de luta por moradia e direito a cidade inspiram e sugerem uma prática transformadora através de suas reivindicações e lutas. Em seguida, partiremos para a análise do campo, onde buscamos, a partir do referencial apresentado anteriormente, identificar essas práticas para, no momento seguinte, tecer nossas considerações finais.

Palavras-chave: Luta por moradia, Vila autódromo, Direito à cidade, Educação ambiental crítica, Colonialismo.

ABSTRACT

This current work seeks the analysis and recognition of the practices of the social movements of struggle for housing and of the right to the city as educational practices and transformative actions that configure an emancipatory praxis through knowledge and knowledge closely related to their territories, community actions and resistance to model of exclusion city development. To do so, we first discuss the right to city and housing and the direction of urban land as a financial asset, where a brief presentation of the theme and its context is woven. Secondly, an attempt is made to outline how the market, in consonance with the State, acts for the expulsion of the population with less purchasing power from the areas valued or in the process of valorization and consequent appropriation of this space. Finally, it shows the result of this conflict of interests: the struggle and its spatiality, bringing its agents and presenting the affected as the protagonists of this struggle. From field explorations in Vila Autódromo, in Rio de Janeiro; and interview with a leadership of the movement, we will try to observe how the social movements of struggle for housing and right to city inspire and suggest a transforming practice through their demands and struggles. Then, we will start with the analysis of the field, where we look for, from the referential presented previously, to identify these practices to, in the following moment, to make our final considerations.

Keywords: Fight for housing, Vila Autódromo, Right to the city, critical environmental education

RESUMEN

El presente trabajo busca el análisis y reconocimiento de las prácticas de los movimientos sociales de lucha por vivienda y de derecho a la ciudad como prácticas educativas y acciones transformadoras que configuran una praxis emancipatoria a través de conocimientos y saberes íntimamente ligados con sus territorios, actuaciones comunitarias y de resistencia al público modelo de desarrollo de ciudad excluyente. Para ello, primero se discute el derecho a ciudad y vivienda y el direccionamiento del suelo urbano como activo financiero, donde se hace una breve presentación de la temática y su contexto. En un segundo momento, se intenta trazar un panorama de cómo el mercado, en consonancia con el Estado, actúa para la expulsión de la población con menor poder adquisitivo de las áreas valorizadas o en proceso de valorización y consecuente apropiación de ese espacio. Por último, muestra el resultado de ese conflicto de intereses: la lucha y su espacialidad, trayendo a sus agentes y presentando a los afectados como los protagonistas de esa lucha. A partir de explotaciones de campo en la Vila Autódromo, en Río de Janeiro; y de entrevista con un liderazgo del movimiento, intentaremos observar cómo los movimientos sociales de lucha por vivienda y derecho a la ciudad inspiran y sugieren una práctica transformadora a través de sus reivindicaciones y luchas. A continuación, partiremos para el análisis del campo, donde buscamos, a partir del referencial presentado anteriormente, identificar esas prácticas para, en el momento siguiente, hacer nuestras consideraciones finales.

Palabras clave: Lucha por la vivienda, Pueblo autódromo, Derecho a la ciudad, Educación ambiental crítica

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Ação Civil Pública

AMPAVA – Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Mundial

CMP – Central dos Movimentos Populares

CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores

EA – Educação Ambiental

FLM – Frente de Luta por Moradia

FMI – Fundo Monetário Internacional

IAT – Índice de aproveitamento do terreno

IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

LC – Lei Complementar

LMD – Luta por Moradia Digna

M/C – Modernidade/Colonialidade

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MLB – Movimento de Luta dos Bairros e Favelas

MMLJ – Movimento de Moradia na Luta por Justiça

MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia

MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto

OCDE – Organização para Cooperação e desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PEU – Plano de Estruturação Urbana

PIDESC – Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PL – Projeto de Lei

PLC – Projeto de Lei Complementar

SEAF – Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

ZE – Zona Especial

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E FOTOS

Figura 01 – Mapeamento de projetos de lei estaduais e federais inspirados no 'Escola sem Partido'

Figura 2 – Número de pessoas removidas por governo

Figura 3 – Favelas com remoções e suas motivações

Figura 4 – Resumo das normas e legislações internacionais e brasileiras

Figura 5 – Presença de conflitos relativos a moradia

Figura 6 – Favelas com remoções x Empreendimentos MCMV

Figura 7 – Plano Piloto projetado por Lúcio Costa em 1969

Figura 8 – Baixada de Jacarepaguá, com divisões dos bairros em amarelo

Figura 9 – Principais ecossistemas remanescentes na Baixada de Jacarepaguá em 1999: áreas úmidas (brejos e matas riparianas), manguezais e restingas

Figura 10 – Uso e Cobertura do Solo da Bacia de Jacarepaguá

Figura 11 – Uso do solo na área do PEU Vargens

Figura 12 – Vila Autódromo e os equipamentos construídos para os megaeventos (Jogos Pan Americanos 2007 e Olimpíadas 2016)

Figura 13 – Cronologia do processo de remoção da Vila Autódromo e modificação das áreas adjacentes

Tabela 1 – Principais financiadores do PMDB na campanha de 2012

Tabela 2 - Índices antigos x novos índices no Setor B do PEU Vargens

Tabela 3 - Comparação entre os parâmetros urbanísticos da LC 79/06 e LC 104/09, incluindo sem contrapartida (SC) e com contrapartida (CC).

Foto 1 – Faixa de entrada do Museu das Remoções

Foto 2 – Vila Autódromo antes do processo de Remoção, na década de 90

Foto 3 – Vista da Vila Autódromo na saída do Terminal Centro Olímpico, após percorrida a passarela

Foto 4 – Passarela que liga a plataforma do Terminal Centro Olímpico a bilheteria

Foto 5 – Protesto em 07/11/2013 em frente a Prefeitura do Rio em resposta ao protesto orquestrado por funcionários da instituição na semana anterior, onde moradores cooptados manifestavam concordância com a remoção

Foto 6 – Cartaz fixado em uma das ruas da Vila Autódromo

Foto 7 – Escultura “Vila de Todos os Santos”, homenagem à casa da Dona Heloísa Helena

Foto 8 – Escultura “Penha de muitas faces”, homenagem à casa da Dona Maria da Penha

Foto 9 – Escultura “Suporte dos males”: escultura em homenagem à Dona Jane Nascimento

Foto 10 – Hotel Marriott, vista da comunidade da Vila Autódromo

Foto 11 – Vila Autódromo atualmente

Foto 12 – Casas Vila Autódromo atualmente

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO	19
a) A CAMINHADA HISTÓRICA-POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ATUALIDADE...22	
CAPÍTULO I – O CAMINHO METODOLÓGICO	41
1.1 A natureza qualitativa do estudo	41
1.2 O local do estudo.....	42
1.3 Participantes do Estudo.....	44
1.4 Captação dos dados.....	45
CAPÍTULO II - AS POLÍTICAS DE ESPAÇO E COLONIZAÇÃO DA MORADIA NA SOCIEDADE DO CAPITAL.....	48
2.1 A mercantilização do solo urbano e a cidade como mercado	48
2.2 A Política da dominação do solo urbano	57
2.3 A Espacialidade e o Conflito.....	63
CAPÍTULO III	71
PENSAMENTO EMANCIPATÓRIO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A CONSCIÊNCIA DA DIMENSÃO CRÍTICA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA.....	71
3.1 Educação Ambiental crítica e os aportes para uma prática emancipatória	71
3.2 Movimentos sociais de luta por moradia e a articulação com a Educação Ambiental crítica.....	79
CAPÍTULO IV – A VILA AUTÓDROMO E A LUTA POR MORADIA E DIREITO À CIDADE: Histórico e a pressão do mercado imobiliário	85
CAPÍTULO V – A LUTA PELO DIREITO A FICAR: a Educação Ambiental Crítica e o Direito a Cidade.....	104
a) O conhecimento trazido pela luta	105

b)	O que faria sentido mudar na Educação	107
c)	Como se deu a aprendizagem na luta.....	112
d)	O Direito à Cidade e a luta da Vila Autódromo	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS		125
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO		130

APRESENTAÇÃO

Este trabalho surgiu na minha trajetória acadêmica por volta de 2015, quando tive a surpresa de conhecer meu orientador, Celso, conseqüentemente o GEASur e, conseqüentemente a Educação Ambiental. Porém, falo com tranquilidade que o tema aqui abordado não é tão novo na minha vida e aposto não ser na vida da maioria das pessoas.

Nasci, cresci e vivi até os 21 anos em Teresina, uma capital do Nordeste do Brasil que, além de ser a única que não tem praia – lamento comum que me fazem com um tom solidário ao falar que sou teresinense –, sua população ainda não chega a 1 milhão de habitantes. Sempre morei num conjunto habitacional, o Conjunto Leiturista Milton Oliveira, um pequeno bairro construído para trabalhadores da Agepisa (Águas e Esgotos do Piauí SA), concessionária de água do Estado, de onde meu pai é funcionário. Digo ‘sempre morei’ porque ainda é o lugar que chamo de ‘*lá em casa*’, onde meus pais moram e para onde sempre vou.

Cresci ouvindo que minha mãe conseguiu levar minha gravidez até o fim porque nossa vizinha de frente, uma enfermeira, a socorreu quando ela teve um início de aborto espontâneo no começo da gestação; tenho, além de um irmão consanguíneo, um “irmão de leite”, da casa vizinha a esquerda; e a vizinha da casa à direita também insiste ser minha irmã mais nova, pois é “afilhada” dos meus pais. Além dessa ‘família’, vivi acompanhada de muitos amigos, todos também filhos de funcionários da mesma empresa, e hoje, apesar de cada um de nós ter ido para lugares diferentes e não compartilharmos mais o mesmo cotidiano, sempre nos encontramos ou sabemos notícias de um ou de outro.

Meus pais, por outro lado, continuam a viver essa rotina diariamente e tem nos amigos da vizinhança uma companhia que perdura. E, mesmo com todas as limitações de morar numa casa que ficou pequena para rotina da família, eles escolhem permanecer nela, pois, como descobri recentemente num episódio em que contamos com a ajuda dos vizinhos, o apoio comunitário e segurança de ter alguém que possa colaborar no dia a dia, muitas vezes supera o desejo e a necessidade de uma casa maior e mais espaçosa.

Uma particularidade desse conjunto habitacional, é que ele foi construído (por volta da década de 1980), no entorno quase que imediato ao aeroporto da

capital, o Aeroporto Senador Petrônio Portela. Acontece que, com o crescimento da cidade e conseqüente aumento do número de voos operados para o aeroporto, há muito se fala da necessidade uma reforma e ampliação da sua área. Desde 2013 se ouve rumores de que os imóveis do entorno serão desapropriados. Em 2014 a prefeitura aprovou um decreto que estabelecia a retirada de 347 casas da região, mas em junho de 2017, o atual prefeito Firmino Filho (PSDB) prometeu a revogação desse decreto e lançou uma nova proposta. O prefeito agora busca incluir a construção de um novo aeroporto no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal¹ e anunciou que essa nova instalação deve ser construída na região da Zona Rural da cidade, não havendo a necessidade de remoção dos moradores da área. O processo de inclusão do novo aeroporto no PPI deve levar cerca de um ano e meio segundo Firmino.

Nesse meio tempo descobrimos que nossa quadra não está no plano de remoção, mas as casas de vários outros conhecidos, que estão do outro lado da rua, estão. Permanecemos torcendo para que nenhuma desapropriação aconteça e que o sensato plano do atual prefeito de remover um aeroporto se sobressaia, ao invés da remoção de 347 famílias que moram ali por tantos anos.

Sabemos que apesar do otimismo que nutrimos cada vez nos recordamos do assunto, a realidade tem nos mostrado horizontes cada vez mais desastrosos. A exemplo da Parceria Público-Privada (PPP) pretendida no aeroporto de Teresina, vemos que o Estado está cada vez mais 'privatizado', e com a privatização do Estado, o que passa a valer é o interesse do capital. E como sabemos, ao capital não interessa de onde viemos, com quem crescemos, com quem aprendemos, a parceria com os nossos 'irmãos-vizinhos', o apoio comunitário que necessitamos, o vínculo que estabelecemos com nossas comunidades e vizinhos, nem a ligação que temos com o território onde nos desenvolvemos; ao capital interessa territórios competitivos, aeroportos que possam suportar grandes tráfegos e atrair investimentos, cidades que sejam agradáveis aos olhos dos turistas, mas não funcionais para os moradores, resumindo, precisa algo que possa mercantilizar, e, se no meio desse caminho conseguir ainda aniquilar qualquer tipo de coesão social, terá atingido seu profundo êxito.

¹ Programa que busca o incentivo de Parcerias Público-Privadas por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização.

Apesar da relativa insegurança demonstrada por essa passagem, é necessário falar que sempre tive um lugar de muito privilégio e garantias, preciso deixar claro que não busco em momento algum me pôr em comparação com os personagens que citarei no decorrer desse trabalho, que são os verdadeiros “*esfarrapados do mundo*”², aos quais nenhuma oportunidade foi dada. Apenas busco demonstrar que cada um de nós tem, no decorrer da nossa caminhada territórios que nos afetam e aos quais afetamos, e o que pode significar ter sua vivência arrancada do seu lugar de proteção e segurança.

Ainda em Teresina, me graduei em Arquitetura e Urbanismo, e após um longo caminho entre diversos assuntos e disciplinas, escolhi desenvolver minha monografia sobre o tema ‘Habitações de Interesse Social’, pois, além do genuíno interesse já havia estagiado na Prefeitura Municipal de Teresina, onde pela primeira vez me familiarizei com o tema, suas legislações, diretrizes e políticas, trabalhando com o programa federal com articulação com os municípios chamado Morar Melhor³. Desde então moradia e urbanismo tem sido minhas questões de entusiasmo e, embora eu tenha escorregado por alguns anos trabalhando em escritórios de arquitetura e desenvolvendo projetos que não me falavam muito, o tema sempre se fazia presente e me despertava querer voltar a estudá-lo.

Um desses momentos foi quando, já morando no Rio, recebi o convite de um amigo jornalista para visitar algumas comunidades que estavam sofrendo processos de remoção, pois ele estava trabalhando na produção do documentário ‘A Marcha dos elefantes Brancos’ que tratava da violência trazida pela Copa do Mundo de 2014 e a comparava com o processo que havia acontecido 4 anos antes na África do Sul. Nessa oportunidade, tive contato com pessoas, informações e imagens que me marcaram bastante e me fizeram ter a certeza de que eu voltaria a desenvolver esse trabalho.

Aqui estou. Tive a oportunidade de descobrir o GEASur, ser acolhida e nele embarcar na busca pela construção de uma educação a partir de territórios subalternizados. A caminhada e desenvolvimento por esse tema constitui não só

² Expressão usada por Paulo Freire na dedicatória de ‘Pedagogia do Oprimido’: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

³ Programa do governo federal que, financiado pela CAIXA, transfere a gerência das reformas e construções de novas casas em comunidades em risco ou atingidas por alagamentos. A maior parte das comunidades em que trabalhei eram comunidades ribeirinhas.

uma alegria e realização, mas também uma angústia e preocupação enquanto pesquisadores. Não apenas pelo compromisso que sabemos ter com os que observamos e julgamos os verdadeiros educadores, mas também pelo contexto de violências e o uso de estratégias de repressão articulados pelo Estado. Digo isso porque vemos que os governos, cada vez mais privatizados, agem com o mesmo ‘espírito’⁴ que o capital, mapeando informações e formas de resistências, e absorvendo-as ou rebatendo-as e criando estratégias como forma de se legitimar. Vemos cada vez mais institutos, pesquisadores e ONGs trabalhando para organismos estatais ou empresas, colhendo informações e gerando dados que são usados a favor da lógica de mercado, e mesmo quando não financiados eles, tem suas pesquisas usadas com tal fim⁵.

Sendo assim, essa pesquisa assume também um caráter de denúncia, ainda que com fatos amplamente conhecidos, reafirmo a importância de marcar em nosso tempo e espaço as violências e desrespeitos que governos tem movido contra nosso povo. E, além, buscamos explicitar a organização, mobilização e resistência popular como exemplo de uma realidade societária mais justa e verdadeiramente participativa, capaz, portanto, de nos educar para a prática democrática.

⁴ Referência ao conjunto de ideias desenvolvidas por Boltany em “O novo espírito do capital”, onde o autor fala sobre as formas de agir e gerar consenso do capital, buscando sempre legitimidade em suas ações repressoras e expropriatórias.

⁵ A tese aqui sugerida, é confirmada por uma série de pesquisas que mostram que os danos gerados pelas investidas do capital, seja na construção de minas, hidrelétricas ou obras de infraestrutura urbana; geraram uma verdadeira indústria para especialistas, consultores, gerentes de risco, ONGs de desenvolvimento, onde a principal atribuição dada a eles é fazer com que as empresas continuem a operar seus empreendimentos com riscos mínimos, neutralizando assim as ações de resistência das populações afetadas. COUMANS, Catherine (2011) *Occupying Spaces Created by Conflict*. *Anthropologists, Development NGOs, Responsible Investment, and Mining*. *Current Anthropology* 52 (S3): p29–43.; FERGUSON, James (2005). *Seeing like an oil company: Space, security, and global capital in neoliberal Africa*. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, p. 377–382, sept.

SAUDOSA MALOCA

Adoniram Barbosa

*Se o senhor não tá lembrado
Dá licença de contar
Ali onde agora está
Este adifício arto
Era uma casa véia, um palacete
assobradado*

*Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construimos nossa maloca*

*Mas um dia
Nóis nem pode se alembra
Veio os home com as ferramenta
E o dono mandô derrubá*

*Peguemos todas nossas coisas
E fumos pro meio da rua apreciá a
demolição
Que tristeza que nóis sentia*

*Cada táuba que caía
Doía no coração

Matogrosso quis gritar
Mas em cima eu falei
Os home tá cá razão
Nóis arranja outro lugar*

*Só se conformemo
Quando o Joca falou
Deus dá o frio conforme o coberto*

*E hoje nós pega a paia
Nas grama do jardim
E pra esquecer nóis cantemos assim*

*Saudosa maloca, maloca querida
Dim dim donde nós passemos os dias
feliz de nossa vida
Saudosa maloca, maloca querida
Dim dim donde nós passemos os dias
feliz de nossa vida*

INTRODUÇÃO

Conforme defende Mézáros (2015), é praticamente inegável a íntima ligação entre os processos educacionais e processos sociais mais abrangentes de reprodução, apontando para a necessária “*transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança*” (p. 25), sem a qual uma reformulação significativa na educação torna-se improvável. O predomínio do então formato da educação hegemônica constitui uma forma pela qual se mantêm as determinações estruturais da sociedade de acordo com a lógica global que atende a uma multiplicidade de interesses ditados pelas forças dominantes do capital. Da mesma forma, a produção de conhecimento considerado válido e legítimo se apoia no mesmo nexos e aponta do mesmo lugar econômico e geográfico.

Analisando a educação sob aspecto da sua relação com a sociedade e entendendo que esta deve acompanhar as transformações e conflitos sociais, posicionando-se contra a ordem existente, concordamos que, como defende Saviani (2008), as pedagogias contra hegemônicas correspondem ao interesse dos movimentos operários - considerando, sobretudo, o nosso contexto latino-americano regido pelo neoliberalismo e estrategicamente explorado pelo capital internacional. Nesse sentido, o conjunto de contradições e conflitos que estruturam o mundo moderno-colonial exposto nas lutas e conflitos sociais, constitutivo da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), nos fornece um lugar de privilégio para análise e formulação de uma nova dinâmica para o conhecimento, uma dinâmica de fortalecimento e afirmação de outros saberes que dialoguem com os diferentes territórios e suas demandas, superando, como define Porto-Gonçalves (2006), a ideia eurocêntrica de conhecimento universal. Tal ponderação tem como propósito a busca pelas diferentes matrizes de racionalidade construídas a partir de outros lugares, de outros processos e de outros sujeitos.

O embate promovido por essas pedagogias contra hegemônicas está essencialmente ligado ao processo de colonialidade, que trouxe como resultado um processo de imposição de um único conhecimento sobre os demais, fato que Porto-Gonçalves (2006) denominou de *colonialidade do saber*, que sinaliza a visão eurocêntrica como forma única de conhecimento válido, o legado epistemológico do

colonialismo, ignorando e subjugando toda forma de saber vinda dos povos tradicionais e comunidades colonizadas, que, mesmo depois de tornarem-se independentes, continuam a ser dominadas pela hierarquia social e racionalidade científica dos poderes coloniais europeus. Poderíamos talvez traçar um paralelo com o que Hobsbawn (2008) chamou de *tradição inventada*, entendida pelo autor como o conjunto de práticas que sugere normas e valores de comportamentos buscando sempre estabelecer uma relação e continuidade com o passado. Nesse caso, a tradição inventada pela colonialidade fundamentada a escolha de uma verdade originada do pensamento colonizador, buscando a permanência dos valores e a continuidade do seu processo de colonização.

A crítica a centralidade do pensamento europeu busca superar a hierarquia de saberes há tempos estabelecida, mantendo sujeitos há muito subalternizados a posição de meros receptores. Tal crítica defende que esses atores são na verdade agentes na produção de um conhecimento e aparato teórico-conceitual próprio e é isso que buscamos constatar neste trabalho. Olhando para um campo específico, o do direito à moradia e à cidade, tratamos os conflitos que envolvem esse tema como uma categoria analítica e como fundamento epistemológico, pois acreditamos que essa disposição é capaz de deslocar os protagonistas hegemônicos do centro da análise e reconhecer as práticas e saberes que emergem das populações em luta nesses conflitos.

As circunstâncias ou bases materiais em que se estabelecem uma sociedade fatidicamente geram padrões enraizados na forma em que ela se desenvolve, por tal razão, nossas cidade e regiões metropolitanas são um exemplar palco da desigualdade, contradição e desprezo por uma particular camada social, apresentam uma dinâmica espacial totalmente contraditória socialmente, mas particularmente inteligível do ponto de vista do capital econômico. Maricato (1995) defende que esse profundo desprezo dos governos e dos atores econômicos que nos guiam ao 'desenvolvimento' para com o a população de menor poder aquisitivo, seus territórios e recursos ambientais é certamente um "*aspecto comportamental decorrente das raízes colonizadoras*" (p. 47), representam a manifestação desse ideário, já que é "*impossível separar ambiente construído e sociedade. O espaço é meio de produção submetido a determinadas relações de apropriação*" (p. 47), reforçando não apenas a limitação ao acesso desses grupos a determinados

espaços físicos e serviços públicos, mas também a espaços decisórios de poder, participação política e de atuação na construção do espaço.

Nesse contexto, é urgente a busca por práticas emancipatórias, com a enunciação de outros sujeitos, outras práxis, pois a superação do atual modelo de exclusão não será possível, sem o reconhecimento desses outros saberes. Como defende Porto-Gonçalves (2006), o território é instituído pelos indivíduos e grupos que se afirmam por meio dele, mantêm suas resistências e apresentam alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, que como apontaremos a seguir, produz subjetividades, tenta criar sujeitos subalternos, rejeitados *“dos centros para as periferias, despojados da cidade, expropriados dos melhores resultados de sua atividade”* (LEFEBRVE, 2016, p.139). Como nos fala Maricato (1995), a ausência ou a presença arbitrária e ambígua do Estado na esfera desse conflito, nos lembra que essa fratura na sociedade não se restringe ao nível espacial, mas também ao institucional, e todas essas dimensões se articulam para suscitar uma exclusão ambiental, que mantenha esses rejeitados distantes de qualquer possibilidade de autonomia e acesso a serviços necessários a sua reprodução social, pois

a exclusão ambiental é parte do processo de exclusão como um todo. Ela tem aspectos sociais (discriminação em relação a raça, cor, origem, gênero, idade), culturais, econômicos (menores oportunidades de emprego, salários mais baixos, dificuldade de acesso à previdência), políticos (ausência da cidadania), e ambientais (dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos). (p. 45)

Trazendo a espacialidade e o território como elementos constitutivos do conhecimento, buscamos, através da enunciação das identidades e do lugar social desses agentes em confronto com o Estado e frações do capital, entender como esses sujeitos resistem dentro de um sistema que os nega e os exclui; observar suas práxis, capacidades e habilidades que os permite coexistir junto a violências, restrições e faltas de direitos.

Importa também notar a ligação da epistême ao lugar aos seus contextos e as memórias sociais de cada comunidade, o silenciamento desses saberes revela o projeto de poder e os mecanismos que forjam marcos teóricos e perpetuam ideais dominantes na sociedade. Portanto, a afirmação desses saberes e tentativa de apaga-las constroem a relação dialética da luta social e da política vigente. Essa

população historicamente excluída não está e nunca esteve em silêncio, mas tem constantemente suas vozes caladas ou editadas seletivamente na construção de uma narrativa hegemônica. Porém, vale lembrar que mesmo silenciados e excluídos esses sujeitos construíram, através dos seus fazeres, um legado de resistências, como coloca Porto-Gonçalves:

No fazer há sempre um saber – quem não sabe não faz nada. Há uma tradição que privilegia o discurso – o dizer – e não o fazer. Todo dizer, como representação do mundo, tenta construir/inventar/controlar mundos. Mas há sempre um fazer que pode não saber dizer, mas o não saber dizer não quer dizer que não sabe. Há sempre um saber inscrito no fazer. O saber material é um saber do tato, do contato, dos sabores e dos saberes, um saber com (o saber da dominação é um saber sobre). Há um saber ins-crito e não necessariamente es-crito. Cornelius Castoriadis e o grupo “Socialismo e Barbárie” dedicaram páginas maravilhosas a esses saberes que se fazem desde os lugares, desde o cotidiano, desde as lutas que, do ponto de vista dos grupos/classes sociais em situação de subalternização, se dão nos espaços ocultos e não nos espaços abertos dos conflitos da polis. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 15)

a) A CAMINHADA HISTÓRICA-POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA ATUALIDADE

No texto em resposta à Fundação de Investigações Sociais e Políticas do Centro Ecumênico de Educação Popular (Buenos Aires), sobre o V Centenário do chamado “Descobrimento da América”, em 1992, Paulo Freire declara:

Não penso nada sobre o “descobrimento” porque o que houve foi conquista. E sobre a conquista, meu pensamento em definitivo é o da recusa. A presença predatória do colonizador, seu incontido gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e as gentes, sua incontida ambição de destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados inferiores, quase bichos, nada disto pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, correemos o risco de “amaciá-la” a invasão e vê-la como uma espécie de presente “civilizatório” do chamado Velho Mundo. (FREIRE, 1992, p.34)

Em “*A conquista das Américas*”, Todorov coloca o “*encontro extremo*” que constituiu esse momento histórico como anúncio e fundação da nossa identidade e, assim como Freire, contraria a ideia defendida pelos autores pró-europeus de que o colonialismo trouxe benefícios às *regiões selvagens*, autores que assumem os

conquistadores como libertadores dos povos que aqui existia de sacrifícios humanos, canibalismo, poligamia, homossexualismo e proporcionaram a utilização de roupas europeias, instrumentos por eles desconhecidos e a conversão ao cristianismo. (TODOROV, 1999)

Considerar que para os índios colonizados por Colombo, ou os astecas dominados por Cortez, a influência externa colonialista representou um progresso é questionável, e, ainda que tenha havido fragmentos positivos nessa interação, é certo que esses povos pagaram um preço extremamente alto por ela, e, como menciona Todorov (1999), de forma completamente imposta, nunca proposta, *“ninguém perguntou aos índios se queiram a roda, ou os teares, ou as forjas; foram obrigados a aceitá-los; aí reside a violência, e ela independe da eventual utilidade desses objetos”* (p. 99). Da mesma forma, a exportação de toda e qualquer ideologia ou religião nesse contexto, se fez em nomes de valores considerados superiores, buscando um ideal civilizatório contra o que se julgava bárbaro, o que, no decorrer dos fatos, se mostrou um perfeito paradoxo, a exemplo do episódio protagonizado por Cortez durante expedição em Honduras, onde o espanhol ordena que um indígena seja queimado vivo por comer outro indígena, e como comenta o autor, torna-se difícil *“perceber a diferença de “civilização” entre queimar vivo e comer morto”* (p.99).

Tal paradoxo coloca em xeque, tanto as intenções do projeto de colonização quanto o julgamento da “descoberta” uma civilização inferior. Após ler os escritos de Colombo, Todorov (1999) encontra frequentemente a intenção do conquistador em seu primeiro diário de viagem; para Colombo, o principal objetivo é encontrar o imperador da China, já que, segundo relatos deixados por Marco Polo, o imperador chinês pediu que sábios o instruissem na fé de Cristo, porém, com a dificuldade em encontrar tal figura, Colombo afasta tal objetivo de seus planos, mas como homem profundamente cristão, se empenha em algo semelhante, como declara em carta: *“Espero em Nosso Senhor poder propagar seu santo nome e seu Evangelho no universo”* (“Carta ao Papa Alexandre VI”, fevereiro de 1502) (p. 7). E é fato que, para Colombo, a *“necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim”* (p.7), e já que Marco Polo e outros autores garantiram que há uma

grande quantidade de ouro na China, basta nela chegar e encontrar então fundos para sua missão.

A profunda religiosidade de Colombo somada às suas leituras de exploradores como Marco Polo e teólogos como Pierre D'Ailly, o fizeram formar crenças que acabam por influenciar suas interpretações do que encontra, procurando, sobretudo, não mais encontrar a verdade, mas confirmações para um pensamento que ele possui *a priori*. Isso coloca tanto as terras 'descobertas', quanto as civilizações encontradas, dentro de uma dinâmica que satisfaça seu ideário, e tudo o que não couber nessa narrativa é desqualificado ou desprezado, como cita Todorov (1999) no relato em que o conquistador, ao encontrar Cuba e ser informado pelos índios que esta terra é uma ilha, o que difere da sua convicção de que aquilo seria um continente, descreve os habitantes do lugar como "*homens bestiais que pensam que o mundo inteiro é uma ilha, e que nem sabem o que é um continente, não possuem nem cartas nem documentos antigos, e só encontram prazer em comer e estar com as mulheres, disseram que era uma ilha*" (p. 14).

Especialmente em relação aos habitantes encontrados nas terras exploradas, durante muito são mencionados apenas por fazerem parte da paisagem: "*No interior das terras, há muitas minas de metais e inúmeros habitantes*" (p.21) e na maioria de suas referências Colombo revela esses habitantes como desprovidos de qualquer propriedade cultural. As atitudes de Colombo para com os índios vêm da percepção que ele tem destes, que como coloca Todorov, é de um completo

desconhecimento dos índios, a recusa em admitir que sejam sujeitos com os mesmos direitos que ele, mas diferentes. Colombo descobriu a América, mas não os americanos, Toda a história da descoberta da América, primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambigüidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada (TODOROV, 1999, p.30),

e é especialmente facilitada pela faculdade de Colombo ver tudo como lhe convém.

Como um ser incumbido de uma missão tão significativa a ponto de descrevê-la em seu próprio nome – para Colombo a providência divina quer a pessoa destinada por ela a servir, tenha nome e sobrenome adequada a tarefa que lhe é designada, mudou então seu nome, era chamado "*Cristobal, isto é, Christurn*

Ferens, que quer dizer portador do Cristo” e tinha por sobrenome “Colón, o que quer dizer repovoador” (p. 16). (TODOROV, 1999)

O evangelizador colonizador, além de também rebatizar as ilhas que já tem nome de acordo com o significado e lugar que elas ocupam em suas descobertas, ele não compreende e não trata qualquer aspecto da realidade dos índios como algo legítimo ou que faça sentido, entre outros, não entende a relação destes com a ‘propriedade privada’, em sua experiência, relata: *"Não pude saber se possuem bens privados, mas tive a impressão de que todos tinham direitos sobre o que cada um possuía, especialmente no que se refere aos víveres" (fevereiro-março de 1493).*" (p. 23); também acredita que eles não possuem religião: *"Estas gentes não são de nenhuma seita, nem idólatras, e sim muito mansos e ignorantes do que é o mal. (...) Estão sempre dispostos a recitar qualquer oração que lhes ensinarmos, e fazem o sinal da cruz."* (p. 26), pensava ainda que, aqueles seres que não falavam a sua língua, não falavam língua alguma, assume um caráter assimilacionista e deseja que os índios sejam como ele e os espanhóis, decide levar alguns habitantes para a Espanha para, nas palavras dele: *"ao retornarem sejam intérpretes dos cristãos” absorvam “nossos costumes e nossa fé" (12.11.1492). E ainda, "devemos fazer com que construam cidades, ensiná-los a andar vestidos e adotar nossos costumes" (p. 26) (TODOROV, 1999)*

Tal projeto colonizador e catequizador representa, além de uma busca financeira que evidentemente sustentaria essas incursões, uma busca de poder que demanda o exercício da conquista e dominação sobre outros povos que, em grande parte das vezes, aniquila povos e suas culturas, como ocorreu nas Américas. Para Colombo, portanto, a expansão espiritual está fortemente associada a conquista material, visto que a exploração dos novos continentes representa ao mesmo tempo o resultado e a condição para sua expansão espiritual, como declara em carta de 1492, em sua primeira viagem:

"Creio que, se começarmos em breve, Vossas Altezas conseguirão converter à nossa Santa Fé uma multidão de povos, ganhando grandes territórios e riquezas, assim como todos os povos da Espanha, pois há sem dúvida nestas terras grandes quantidades de ouro" (12.11.1492). (TODOROV, 1999, p. 27)

E, com o passar do tempo, essa conexão torna-se automática para ele: "*Vossas Altezas têm aqui um outro mundo onde pode expandir-se muito nossa Santa Fé e de onde se pode tirar muito proveito.*" ("*Carta aos Reis*", 31.8.1498) (TODOROV, 1999, p.27). Esse incontestável proveito tirado pela Espanha e seu trabalho para conversão de novas civilização ao cristianismo, parecem estabelecer um equilíbrio legítimo e justo na cabeça de Colombo, ainda que essa troca não seja precisamente interessante ou desejada pelos índios. Nesse contexto, é inevitável o questionamento exposto por Todorov (1999): se propagar uma religião significa considerar que o próximo a ser convertido (índios) são iguais diante de Deus, como agir caso eles não aceitem entregar suas riquezas? A resposta é evidente e histórica, subjuga-se, e, para subjugar, coloca-se o outro numa condição de desigualdade, de inferioridade, o que o Colombo não hesitou em falar e fazer, para ele, com "*cinquenta homens Vossas Altezas podiam dominar todos eles e fariam deles o que quisessem*" ("*Diário*", 14.10. 1492) (p. 27), em suas palavras, os índios ainda "*devem ser bons servidores e industriosos*" (11.10.1492) (p. 28) e também "*servem para obedecer*" (16.12.1492)" (p. 28). Assim seria seu meio de pôr em prática seus planos: "*Minha vontade, escreve Colombo na primeira viagem, era não passar por nenhuma ilha sem dela tomar posse*" (15.10.1492) (p. 27).

Colombo não percebe o outro, uma identidade diferente, como coloca Todorov (1999), ele "*descobriu a América, mas não os americanos, toda a história da descoberta da América, desde o primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambiguidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada*" (p. 30), considera-os quase que como objetos vivos, não lhe ocorre que tenham direito à vontade própria ou a uma opinião. Nesse mesmo sentido, Fanon (2008), autor martinicano que discorre sobre racismo e colonialidade, fala da formação de um "*arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial*" (p. 44), que fez nascer no povo colonizado "*um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural*" (p. 34), dando uma particularidade ao cenário de opressão e dominação.

Em uma breve exemplificação sobre a negação dessa alteridade e suas consequências, o autor afro-martinicano descreve a situação:

“Encontro um alemão ou um russo falando mal o francês. Tento, através de gestos, dar-lhe as informações que ele pede, mas não esqueço que ele possui uma língua própria, um país, e que talvez seja advogado ou engenheiro na sua cultura. Em todo caso, ele é estranho a meu grupo, e suas normas devem ser diferentes.

No caso do negro, nada é parecido. Ele não tem cultura, não tem civilização, nem “um longo passado histórico”. (FANON, 2008, p. 46)

Como investiga Fanon (2008), decorre do não reconhecimento dessas outras identidades - por parte dos colonizadores - e de suas culturas, religiões e modos de vida, a *“origem dos esforços dos negros contemporâneos em provar ao mundo branco, custe o que custar, a existência de uma civilização negra”* (p. 46), pois o encontro que fez com que os povos conquistados tivessem que vestir as roupas dos europeus, crer segundo uma fé europeia, assumir o modo de vida dos conquistadores, aprender sua filosofia e ciência e celebrar a epistême do “Velho Mundo”, fez com que ficasse estabelecido no imaginário comum o pressuposto de que a existência de outras civilizações não era uma realidade.

Ainda para o autor, *“o problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições”* (FANON, 2008, p.90), portanto, o caráter da subjetividade não pode ser deixado de lado; é certo que as atitudes e decisões que Colombo tomou ao chegar na América e a certeza da sua superioridade sobre os povos aqui encontrados foi precisamente decisiva e impôs toda uma conjuntura sobre a qual se desenvolveu a relação nativo-colonizador. Todorov (1999) classifica as *relações com outrem* a partir de três eixos distintos,

Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho autoestima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): a dos valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores. (TODOROV, 1999, p. 100)

O supracitado autor explica ainda, que não há, entretanto, nenhuma ligação rigorosa entre os planos, mas sim relações e afinidades entre eles, sendo que não

se pode prever um a partir do outro ou antecipar um a partir do outro, para ele, “o conhecimento não implica o amor, nem o inverso; e nenhum dos dois implica, ou é implica do, pela identificação com o outro. Conquistar, amar e conhecer são comportamentos autônomos e, de certo modo, elementares” (p. 100), e, em relação a Colombo, analisa segundo esse prisma de forma sintética: o colonizador não gosta, não conhece e não se identifica com a civilização que acaba por conquistar.

Nessas circunstâncias, Colombo estabelece distinções entre os índios, para ele há os *pacíficos*, ou seja, os que se submetem ao seu poder e vontade, e os *belicosos*, que merecem ser punidos; considerando ainda que não são cristãos, só podem ser escravos, não há uma terceira opção. (TODOROV, 1999) Essa conduta se assemelha ao que expõe Fanon (2008) quando apresenta com discordância a interpretação de Mannoni – autor do livro intitulado *A Psicologia da Colonização*, em 1950, dedicado ao estudo da situação colonial – sobre a relação entre o colonizado malgaxe e o colonizador francês, cuja ideia defende que, quando um malgaxe consegue estabelecer em seu convívio com o *superior* uma relação de dependência, sua *inferioridade* não o incomoda mais, porém, quando ele não consegue e por acaso tenta estabelecer uma condição de igualdade, a percepção de sua inferioridade lhe assola e este vê-se numa condição de derrota. Mannoni segue raciocínio semelhante a Colombo, e, como coloca Fanon, o colonizado tem irrestritamente a opção entre a inferioridade e a dependência.

Como visto, Colombo não percebe o outro e além, força-o a ter seus próprios valores, fazendo com que o encontro entre essas duas civilizações assumisse o caráter de uma guerra, e com que o lado conquistado fosse terminantemente reprimido e escravizado. Fanon estabelece o elo indissociável que torna possível essa condição, a relação entre humanização e colonização, o autor coloca a “desumanização como condição colonial” (WALSH, 2009, p. 61), ou seja, a negação da alteridade, a destruição da identidade nacional pelo domínio colonial, essa falta de reconhecimento do outro como um ser de condição humana, permite que todo tipo de violência seja imposta. Convergente a tal posição, Todorov expõe:

Há traços de uma civilização que podem ser considerados superiores ou inferiores; mas isso não justifica sua imposição a outrem. E mais, impor sua própria vontade a outrem implica não o considerar parte da mesma humanidade de que se faz parte. (TODOROV, 1999, p. 99)

Apresentado esse pequeno recorte do que foi uma parte do processo de conquista das Américas, e, lembrando a ideia evidenciada de sua total influência na formação do estado atual e nas conjunturas nacionais do continente, assistimos com espanto a similaridade dos acontecimentos e posturas entre os personagens de mais de 500 anos atrás e do quadro social-político atual.

Recentemente, testemunhamos no Brasil a ascensão de um ideal ultraconservador que culminou na eleição de Jair Messias Bolsonaro no dia 28 de outubro de 2018, por 55,13% dos votos válidos. Político há aproximadamente 30 anos, o militar de reserva carrega não só no nome com apelo bíblico a semelhança a Colombo. Assim como o conquistador europeu, este sujeito persiste num projeto de governo que tem por regra eliminar a diversidade, ou, em suas próprias palavras que “*as minorias se curvem à maiorias, as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem*”⁶, dando a estas, as mesmas duas opções que Colombo impôs aos índios. As minorias em questão, não por acaso, são populações tradicionais, indígenas e quilombolas; mulheres; negros; a comunidade LGBTQI+; nordestinos; uma gama de grupos minoritários – de direitos, não em números – que ele, por não entender o processo formativo de seu próprio país, classifica suas reivindicações como “coitadismos”⁷.

Em carta para o rei da Espanha, Colombo declara que, “*se Deus assim o quiser, no momento da partida levarei seis deles – índios – a Vossas Altezas, para que aprendam a falar*” (TODOROV, 1999 p. 19), tal frase traduz tão claramente a ideia de que eles não tem uma língua e uma cultura, quanto a frase em que Bolsonaro que afirma que “*índio é nosso irmão, quer ser reintegrado à sociedade. Índio já tem terra demais, vamos tratá-los como seres humanos*”⁸. Assim como

⁶ Discurso, gravado em vídeo e publicado no YouTube, feito durante um evento na Paraíba em fevereiro de 2017, diante de seus apoiadores. Fonte: CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

⁷ Em entrevista à TV Cidade Verde, do Piauí, Bolsonaro reiterou que a política de cotas no Brasil está “totalmente equivocada” e reforça o preconceito, referindo-se a políticas afirmativas de governos anteriores como “coitadismos”. Fonte: CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

⁸ Em resposta a questionamentos sobre a demarcação de terras indígenas, em uma região povoada por conflitos agrários, em Dourados (MT), em 08/02/2018. Fonte: MSN NOTÍCIAS. 'se eu assumir, índio não terá mais 1cm de terra', diz bolsonaro. Disponível em: <

“falar”, para Colombo, significa falar o seu idioma – descartando a possibilidade de que possa haver algum outro diferente do seu, para o presidente, a condição de ‘ser humano’ propõe viver segundo os costumes e a cultura que ele vive, desconsiderando também ser possível que populações de diferentes modos de vida façam parte de uma mesma sociedade.

Há, em passagem citada por Todorov (1999), onde, em 1482, ao encontrar os habitantes da terra a qual se depara, Colombo se sente decepcionado por não encontrar o Grande Can, mas selvagens que chamam sua atenção principalmente pela falta de vestimentas, e, diante deles, o conquistador se coloca a questionar se se tratam de humanos ou mesmo animais, quando, finalmente define que, *“apesar de nus os índios parecem mais próximos dos homens do que dos animais, todas as gentes das ilhas e lá da terra firme, embora tenham aparência animalesca e andem nus (...) parecem ser bastante razoáveis (...)”* (p. 21), a dúvida ou comparação a um animal que surge ao deparar-se com grupos de uma outra identidade, etnia ou cultura, não ficou no século XIX, em palestra em um clube no Rio de Janeiro, o atual presidente emite o seguinte relato: *“Fui num quilombola [sic] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais.”*⁹

Ainda segundo cartas que datam de 1492, Colombo expõe sua vontade e determinação cristã ao rei, defendendo que todos os que estejam em solo recém descoberto sejam, impreterivelmente cristãos:

"E digo que Vossas Altezas não devem permitir que nenhum estrangeiro tenha qualquer relação com esse país e não ponha nele os pés se não for católico cristão, pois a expansão e glória da religião cristã são fide e princípio desta empresa, e que não admitam nessas regiões ninguém que não seja bom cristão" (27.11.1492) (TODOROV, 1999, p. 26)

br/noticias/mundo/se-eu-assumir-%c3%adndio-n%c3%a3o-ter%c3%a1-mais-1cm-de-terra-diz-bolsonaro/ar-bbiufo2>. Acesso em: 30 nov. 2018.

⁹ Frase proferida em palestra no Clube Hebraica, no Rio, em 2017. A afirmação rendeu a ele uma denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República pelo crime de racismo e discriminação. Em setembro de 2018, acabou sendo absolvido das acusações pelo STF. A maioria dos ministros entendeu que, “por pior que tenham sido”, as declarações se inserem na liberdade de expressão. Fonte: Fonte: CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

De convicção convergente, Bolsonaro afirma que *“Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão.”*¹⁰ O presidente desconsidera não só a lei prevista na Constituição brasileira que assegura liberdade religiosa e separação entre Igreja e Estado, como a importância da diversidade religiosa que o Brasil possui e o demonstra total desrespeito pela vontade individual do cidadão brasileiro.

Abordando agora o comportamento de Michele de Cuneo, um fidalgo de Savona que também participava da comitiva de Colombo, Todorov (1999) transmite uma passagem vivida e relatada pelo próprio Michele, que mostra a compreensão do homem europeu sobre as mulheres do continente: *“Quando estava na barca, capturei uma mulher caribe belíssima, que me foi dada pelo dito senhor Almirante e com quem, tendo-a trazido à cabina, e estando ela nua, como é costume deles, concebi o desejo de ter prazer.”* (p. 29) Em seguida o fidalgo conta como venceu a reação contrária da mulher ao recusar sua investida e conclui contando que conseguiu chegar *“a um tal acordo que posso dizer-te que ela parecia ter sido educada numa escola de prostitutas”* (p. 29). Como pontua Todorov (1999), esta narrativa é reveladora em vários aspectos, mesmo que os europeus tenham nas mulheres indígenas algum desejo, não lhes passa pela cabeça a ideia de que devam pedir qualquer tipo de consentimento, e, a frase articulada pelo fidalgo faz crer que eles chegam a acreditar que, para ela, qualquer experiência com um homem europeu é algo como um deleite ou privilégio.

Ocorre que, em dois momentos distintos, vimos pensamento similar ser exposto pelo agora presidente, Jair Bolsonaro. Em 2003 e em 2014, durante discussões com a deputada Maria do Rosário, o então deputado federal disse a ela: *“Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”*¹¹, perpetuando o ideário defendido desde a chegada das caravelas de que tal crime e violação seria algo na

¹⁰ Discurso, gravado em vídeo e publicado no YouTube, feito durante um evento na Paraíba em fevereiro de 2017, diante de seus apoiadores. Fonte: CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

¹¹ Em 2014, Bolsonaro afirmou, na Câmara e em entrevista a jornal, que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) não merecia ser estuprada porque ele a considera "muito feia" e porque ela "não faz" seu "tipo". A declaração foi motivada pelo discurso de Maria do Rosário em defesa das vítimas da ditadura militar (1964-1985). Em 2015, foi condenado a pagar uma indenização de 10 mil reais à parlamentar por danos morais. Por conta do mesmo caso, ele é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por prática de apologia ao crime e injúria.

verdade agradável para uma mulher e que o homem pode, segundo sua escolha, decidir que mulher *'merece'* ser violentada.

É nítido que os mesmos ideais colonialistas continuam a ser perpetuados em nosso território, ainda que séculos tenham se passado, permanecemos envolvidos em um projeto político e de poder que se constitui no que Dussel chamou de “o encobrimento do outro”, da recusa à alteridade como define Todorov ou na desumanização de pessoas como defende Fanon. Para que essa lógica tenha uma certa razão, para o dominador, o postulado da diferença fundamentalmente resulta no sentimento de superioridade em relação ao colonizado, ao oprimido, ao subalternizado, ao desconhecido,

A primeira reação, espontânea, [...] é imaginá-lo inferior, porque diferente de nós: não chega nem a ser um homem, e, se for homem, é um bárbaro inferior; se não fala a nossa língua, é porque não fala língua nenhuma, não sabe falar, como pensava Colombo. (TODOROV, 1999, p. 43)

Consciente do presente debate estar situado no campo da Educação, é essencial, após traçado esse breve panorama do ideal defendido por cada lado dessa disputa, trazer o que a ofensiva colonialista gerou no campo da disputa epistêmica. O sucesso desse projeto de poder depende, sobretudo, de um controle sobre os dominados, não tratando-se apenas de um controle físico, mas também de um controle subjetivo, ideológico e epistêmico. Evidentemente, o pensamento, cultura e história do povo conquistado pouco foi reconhecido ou encorajado, e essa também é uma herança que carregamos até hoje.

Paulo Freire, é claro ao caracterizar os prejuízos e limitações que um passado colonial no molde em que nos ocorreu causou:

Minha posição hoje, decorridos 500 anos da conquista, não sendo a de quem se deixe possuir pelo ódio aos europeus, é a de quem não se acomoda diante da malvadeza intrínseca a qualquer forma de colonialismo, de invasão, de espoliação. É a de quem recusa encontrar positivities em um processo por natureza perverso. (FREIRE, 1992, p.34)

Também para o educador,

A questão fundamental não está em que o passado passe ou não passe, mas na maneira crítica, desperta, com que entendamos a presença do passado em procedimentos do presente. Nesse sentido, o estudo do

passado traz à memória de nosso corpo consciente a razão de ser de muitos dos procedimentos do presente e nos pode ajudar, a partir da compreensão do passado, a superar marcas suas. A compreender, no caso, por exemplo, do passado da conquista como, sem dúvida, ela se repete hoje, de forma diferente, às vezes. É exatamente porque o passado se faz presente, seja o passado do conquistador, seja o do conquistado, que os quilombos, momento exemplar da luta dos conquistados, se repetem hoje nas lutas populares no chão da América. (FREIRE, 1992, p.35)

Ou seja, a tarefa não seria encorajar uma revolução armada nem nutrir qualquer tipo de ódio ou recusa a toda herança europeia que nos rodeia, mas a partir do reconhecimento da nossa constituição histórica, da consciência da essência que nos formou, construir um projeto de resistência epistêmica que dê conta de enfrentar a constante investida da colonização da identidade, cultura e pensamentos local. Governados por uma elite que abraça interesses econômicos e políticos neoliberais, vivemos a missão de trazer à tona um pensamento conectado com a nossa história, nossas culturas e resistências, que parta da nossa realidade. Paulo Freire coloca como essencial o exercício da crítica, o fato de lidar com um problema já enraizado, exige “recorrer a memória do nosso corpo consciente” e buscar a superação de um modelo de significados que resultou na opressão de diversos grupos e no apagamento de suas trajetórias, o resgate e a escuta dessas tradições pode nos trazer pistas para construção de uma realidade mais justa e inclusiva. Para o filósofo Roberto Gomes,

A questão de um pensamento brasileiro deverá brotar de uma realidade brasileira - não do "pensamento" e da "realidade" oficiais. Deve inventar seus temas, ritmo, linguagem. E inventar seus pontos de vista. Obras como as de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Machado de Assis, Lima Barreto, Sérgio Buarque de Holanda, Noel, Chico Buarque, além daquilo que se tem feito no campo das ciências humanas nos últimos anos, têm mais a nos dizer do que as maçantes teses universitárias nas quais a Filosofia se mascara no Brasil. (GOMES, 1994, p. 8)

A episteme de um espírito local, ligado às bases, ao legado e aos valores locais, por muito foi negada em troca de um pensamento europeu, evidentemente produzido segundo seu tempo e espaço, naturalmente diferente dos nossos. Durante muito tempo estivemos separados, por um oceano de distância, de algo que se considerava qualquer produção de conhecimento, durante todo o período colonial e além, não existia aqui o que se pudesse ser considerado ciência, cultura, conhecimento, sabedoria, saúde e etc., pelo contrário, as técnicas agrícolas, de

manejo e preservação dos índios, por exemplo, foram trocadas pelo extrativismo exploratório que fez com que fosse extinta a própria árvore que deu o nome ao país.

Em “*Crítica da razão tupiniquim*” Gomes (1994) explora a ideia de que é recente esse redirecionamento tanto das artes, arquitetura e pensamento em geral para a produção de algo nosso, de “*uma tentativa de real independência cultural face ao passado europeu*” (p. 98). A Semana de Arte Moderna (1922) representa um grande marco dessa tentativa de libertação, foi um momento em que “*efetuamos a constatação do óbvio: à nossa volta não havia fog, neve ou castelos medievais - mas bananeiras, coqueiros, casas de caboclo e gente de nariz batatado e lábios grossos*” (GOMES, 1994, p. 96), esse reconhecimento pôde trazer, nas artes, um certo sentimento de emancipação, como vemos a seguir na fala de Oswald de Andrade (1972):

Confesso que a revolução modernista eu a fiz mais contra mim mesmo (...) pois eu temia escrever bonito demais. Temia fazer a carreira literária de Paulo Setúbal. Se eu não destroçasse todo o velho material linguístico que utilizava, amassasse-o de novo nas formas agrestes do modernismo, minha literatura aguava e eu ficava parecido com D'Annunzio (...) Não quero depreciar nenhuma destas altas expressões da mundial literatura. Mas sempre enfezei ser eu mesmo. Mau, mas eu." (apud. GOMES, 1994, p. 97)

O exercício de se libertar dos vínculos e símbolos de uma história e pensamento idealizados, apesar de difícil, faz-se necessária, como argumenta Roberto Gomes,

A primeira coisa a fazer - assim como nas revoluções - era queimar os retratos e bustos dos tiranos. Não contra os tiranos - mas contra nós mesmos. E o efeito de substituição: a tomada de consciência do mulato, do índio, da América Latina. A consciência daquilo que nos constituía e sem o que nada poderíamos ser. Após a derrubada do ídolo - saudavelmente barulhenta -, assistimos à aproximação de nossos valores, de nossos limites e possibilidades. (GOMES, 1994, p. 97)

As identidades que surgem desse processo de emancipação, como fala o então citado autor, pouco estiveram presentes no desenvolvimento de um pensamento brasileiro, ocorre então

que um pensamento brasileiro jamais esteve lá onde tem sido procurado: teses universitárias, cursos de graduação e pós-graduação, revistas especializadas - e logo se verá por quê. No bolor de nosso "pensamento

oficial" não se encontra qualquer sinal de uma atitude que assuma o Brasil e pretenda pensá-lo em nossos termos. Além do palavrório aridamente técnico e estéril, das ideias gerais, das teses que antecipadamente sabemos como vão concluir, das ideias bem pensantes, nada encontramos que possa denunciar a presença de um pensamento brasileiro entre nossos "filósofos oficiais", vítimas de um discurso que não pensa, delira. (GOMES, 1994, p. 7)

Essa total desvinculação de uma realidade utópica e a afirmação de um compromisso com os processos social pelos quais somos constituídos em nossos territórios só será possível quando assumirmos a *“essencial temporalidade e contingência inerente ao processo de criação de um espírito brasileiro, assumindo ao mesmo tempo nossas contradições e alienações, tomaremos posse de uma das condições do pensar brasileiro: nossa posição. (p. 37)* Para essa missão, Walsh (2009) sugere aprender com o pensamento de Fanon: a descolonização é uma forma de (des)aprendizagem, desaprender e libertar-se de tudo o que foi imposto pela colonização e desumanização constitui ação fundamental para reaprender a ser mulheres e homens. Para que isso ocorra, é necessário que este seja um movimento individual e coletivo, que trabalhe no sentido do despertar para uma educação política capaz de promover uma mudança na estrutura social e promoção de uma consciência política social. Analisar, questionar, desmascarar e denunciar a colonização, a racialização e todos os tipos de opressão provenientes destas é permanecer atentos à constante tentativa de volta do espírito colonizador,

Caminhar em direção ao futuro é a característica do jovem, ocorrendo envelhecimento quando se inicia o processo inverso: a volta ao passado, sua preservação, dele se fazendo sempre mais dependente. No que envelhece, o risco é o hábito - a infundável repetição daquilo que foi antes uma resposta criadora. O perigo é a tensão, inerente ao passado, de buscar perpetuar-se, oferecendo as mesmas respostas a questões que agora são outras. Esta, a ameaça do passado. Mas há outro ângulo. O passado não se acumula somente sob a forma de hábito, mas, virtualmente, introduz a possibilidade da memória. E se o hábito faz com que se repitam mecanicamente respostas caducas, a memória é o potencial criador sempre disponível com o qual a história pode contar. (GOMES, 1994, p. 36)

Vindo de encontro a toda a potência que significa a diversidade de pensamento, a emancipação das identidades e à ligação de um conhecimento com seu território, o atual projeto político-pedagógico de uma considerável parcela do poder público brasileiro tenta, a todo custo, suprimir as vozes que defendem o fortalecimento de um pensamento crítico, emancipatório e voltado para as realidades

locais. O movimento denominado “Escola sem Partido” surge como um grupo que diz representar pais e professores preocupados com o “com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”¹² e acaba por inspirar diversos projetos de lei. Atualmente, esses projetos tramitam em diversas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional e a grande maioria segue os moldes de um anteprojeto elaborado pelo próprio movimento, pelo menos 9 estados brasileiros e o distrito federal possuem projeto com teor semelhante (Figura 01). Defendido por parlamentares como o próprio Presidente da República e seus correligionários, o projeto pretende estabelecer a “imparcialidade” e “neutralidade” no ensino, condenando qualquer compartilhamento de opinião ou debate acerca da realidade política e desestimulando os alunos a uma leitura crítica da conjuntura em que estão envolvidos.

Figura 01 - Mapeamento de projetos de lei estaduais e federais inspirados no 'Escola sem Partido'



Fonte: G1.globo.com

¹² Texto extraído da página oficial do movimento. Fonte: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>

Contraditório por natureza, esse tipo de discurso tenta distanciar o conhecimento do chão em ele foi concebido, como se houvesse ciência, conhecimento ou qualquer tipo de saber neutro, pois, como nos fala Gomes (1994),

Há uma ilusão: a de que possamos, imparcialmente, usufruir benefícios das mais diversas reflexões estrangeiras, delas retirando o "melhor". Desde sempre visamos extrair do pensado por outros aquilo que poderá nos ser útil - e isto constitui o mito da imparcialidade. Entre nós, é atitude frequente buscar dissolver oposições, justapondo subjetivismo e objetivismo, materialismo e idealismo, racionalismo e empirismo - como se tal atitude pudesse, impunemente, ser adotada. Sem nos cobrar o preço daquilo que poderíamos ser. Assim, nos falseamos, nada sendo. E nada assimilamos. A condição mínima de assimilação é a existência prévia de uma estrutura que assimile. Não existe assimilação neutra, na qual só a objetividade bruta do conhecido importe. Exige-se a presença do fator originante do conhecimento: a posição do sujeito. (p. 37)

Esse tipo de investida normatizadora e homogeneizante continua a negar as identidades de um país constituído por uma diversidade cultural da mesma forma dos tempos de colônia. Com pensamentos semelhantes a época de Colombo, como vimos anteriormente, o exercício de colonizar mentes permanece atuante. Introjetar valores e conhecimentos que só interessam a uma elite, propicia com que a sociedade seja cada vez mais fácil de ser manipulada, pois sem a consciência da classe à qual se pertence, a não tomada a consciência de quem se é, como disse Oswald de Andrade, é impossível reconhecer a condição alienante em que se vive, se perde o que é a condição de nossa própria existência: o conhecimento, e assim morre a atitude crítica. Não levar em consideração nossa formação enquanto sujeitos históricos, implica desconsiderar nossos temas, nossas linguagens, e determinar marcos que são completamente alheios a nossa constituição.

Na aparência - como se isso não dependesse de uma posição do espírito -, sendo o Brasil um país jovem, estaríamos menos próximos dos perigos da esclerose. Mas com o que podemos contar? Já foi dito, de resto, ser o Brasil um país sem memória. Nosso ceticismo destruiria esta consideração - no sentido de levar em conta - com relação ao passado. Parece que estamos condenados a sempre partir do zero. (GOMES, 1994, p. 36)

Na prática, o efeito que esse projeto político-pedagógico acrítico e descontextualizado traz é, como traz Gomes (1994):

Com efeito urge libertar o Brasil de dois modos: externamente, das pressões econômico-culturais, e, internamente, da introjeção do papel de dependente e "assimilador". É vigente, no entanto, a crença de que o verdadeiro pensar encontra-se nesta incestuosa ligação com os centros da Razão Europeia, na repetição do dito, jamais no dizer. O pensamento, que poderia e deveria ser essencialmente negador e libertário se atendessem as urgências históricas nossas, torna-se **apenas mais um instrumento de domínio**. E grave, posto que instalado dentro de nós. (p. 103, grifo nosso)

Não à toa, alinhado a esse projeto político pedagógico, existe também uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais que, em diversos âmbitos, reivindicam uma maior participação nos processos decisórios e combatem a desigualdade social que estrutura nossa sociedade. Movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), e outros de menor abrangência, tem em meio a sua luta a preocupação com uma educação que transmita conhecimentos e desenvolva competências tanto para lidar com assuntos práticos, como para entender a conjuntura política, econômica e social, permitindo assim, a continuidade das suas lutas.

A tentativa busca, através de alteração no artigo da Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/16) - criada para atender um interesse de ordem internacional especialmente para os Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil, classificar ações, protestos e reivindicações que incluam *“incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, além dos atos de interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados”*¹³ como ações terroristas, inclusive se motivadas por razões políticas, ideológicas ou social; excluído ainda a cláusula de salvaguarda § 2º do art. 2º da Lei 13.260¹⁴ para *“manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios”*. Este PL – 9604/18 – na prática, resulta na caracterização de movimentos sociais e

¹³ Fonte: <https://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2018/10/adiada-votacao-de-lei-que-criminaliza-movimentos-sociais/>

¹⁴ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2758A0B84F749DF7B36B18D263FC5280.proposicoesWebExterno1?codteor=1642468&filename=Avulso+-PL+9604/2018

entidades sindicais como organizações terroristas, sob a alegação de pôr um fim num suposto “*clima de guerrilha que, não raro, instala-se em nosso território*”¹⁵

Freire (1992) coloca os movimentos sociais como herdeiros do espírito de luta dos povos aqui colonizados, “*seus gestos de rebeldia se repetem hoje na luta dos “sem-terra”, dos “sem-escola”, dos “sem-casa”, dos favelados; na luta contra a discriminação racial, contra a discriminação de classe, de sexo.*” (p. 34) Nesse processo de mais de 500 anos de história do nosso país, o autor coloca a atenção dos acontecimentos nas práticas e atuações dos que recusaram e lutaram contra esse processo de espoliação:

Eu comemoro não a invasão, mas a rebelião contra a invasão. E se tivesse de falar dos principais ensinamentos que a trágica experiência colonial nos dá, eu diria que o primeiro e mais fundamental deles é o que deve fundar a nossa decisão de recusar a espoliação, a invasão de classe também como invasores ou invadidos. É o ensinamento da inconformidade diante das injustiças, o ensinamento de que somos capazes de decidir, de mudar o mundo, de melhorá-lo. O ensinamento de que os poderosos não podem tudo; de que os frágeis podem fazer, na luta por sua libertação, de sua fraqueza a força com a qual vencem a força dos fortes. (FREIRE, 1992, p.34)

E, assim como Freire, escolhemos colocar nosso foco na atuação desses movimentos que, historicamente, lutam contra um passado e um presente de explorações e opressões e resistem desenvolvendo mecanismos e estratégias a partir do reconhecimento de suas identidades e da enunciação dessas identidades enquanto sujeitos históricos. Nos colocamos sob a concepção “*de enfrentarmos algo brasileiro. Se os modelos de ver que assimilamos são os de um outro, não nos vemos a não ser de modo distorcido e sem chegarmos a nos assumir teórica e praticamente*”, (p. 108) portanto, essa é a perspectiva em que se desenvolve este trabalho.

Sendo assim, a partir das reflexões feitas acima sobre uma ‘herança’ histórica e de uma leitura do cenário contemporâneo, articulado com um referencial teórico do campo do direito a cidade e moradia, olhamos para o nosso objeto de pesquisa que é a luta por moradia na cidade do Rio de Janeiro e a Educação Ambiental crítica que

¹⁵ Trecho do texto de justificativa do 9604/18, de autoria de Jerônimo Goergen (PP). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2758A0B84F749DF7B36B18D263FC5280.proposicoesWebExterno1?codteor=1642468&filename=Avulso+-PL+9604/2018

emerge desse contexto, perguntamos: existe uma Educação Ambiental nos movimentos de luta por moradia, direito à cidade e resistência contra remoções?

Essa pergunta surge a partir de uma discussão do campo da decolonialidade, pois, se há uma Educação Ambiental no referido contexto, ela certamente está na ordem da contra hegemonia, no sentido oposto da ordem do discurso normativo da lógica de acumulação capitalista.

O objetivo geral dessa dissertação se constitui, então, em analisar a Educação Ambiental presente na luta por moradia na cidade do Rio de Janeiro e como objetivos específicos, *i.* discutir a lógica da moradia na sociedade do capital; *ii.* observar a dimensão crítica da Educação Ambiental a partir dos aportes do campo do direito à cidade; *iii.* analisar o caso específico da Vila Autódromo.

Organizamos então o estudo da seguinte forma: no *Capítulo I* é apresentado o percurso metodológico escolhido, descrevendo a natureza da pesquisa, descrevendo os sujeitos e a escolha dos mesmos; no *Capítulo II* discutimos as políticas de espaço e moradia na sociedade do capital; no *Capítulo III* analiso o pensamento emancipatório e as propostas da EA crítica, a importância da consciência da dimensão crítica e política da Educação, tentando entender a contribuição dos movimentos sociais no processo de luta por moradia, no *Capítulo IV* é descrito o caso da Vila Autódromo e seu histórico na luta contra a remoção e pelo direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro e no *Capítulo V* trataremos o aporte da luta pelo direito a cidade em diálogo com a Educação Ambiental crítica a partir do depoimento e das visões de nossa entrevistada, para por fim tecer as considerações finais.

Diante das várias perspectivas para tentar compreender, conhecer e legitimar o conhecimento desde a antiga Grécia ao ocidente contemporâneo, a base epistemológica em que este trabalho se desenvolve é, então, a concepção do materialismo histórico e método dialético. Esse pensamento articula a compreensão das ciências humanas a partir da conexão dos planos psicológico e social, econômico e político, e do conjunto de ideias que uma sociedade produz. Deve-se a essa ideologia a *“interpretação dos fenômenos humanos como expressão e resultado de contradições sociais, de lutas e conflitos sócio políticos determinados pelas relações econômicas baseadas na exploração do trabalho da maioria pela minoria de uma sociedade”* (CHAUÍ, 2000, p. 351).

CAPÍTULO I – O CAMINHO METODOLÓGICO

1.1 A natureza qualitativa do estudo

A construção de uma metodologia exige que o pesquisador coloque em foco seu objeto de análise. Partindo deste pressuposto, optou-se nesta investigação por uma pesquisa descritiva e interpretativa, de uma abordagem qualitativa, onde contemplou-se as significações singulares, construídos a partir das vivências, interpretações da cidade, do conflito e da experiência dos sujeitos observados e da entrevistada na pesquisa.

A partir das características e das questões as quais esse estudo busca responder, a escolha pela abordagem qualitativa torna-se o melhor caminho a seguir, pois faz possível a aproximação do pesquisador à realidade dos sujeitos, possibilitando um melhor entendimento dessas vivências, motivações, conflitos e do processo educativo o qual buscamos compreender. (MINAYO, 2011)

Como a metodologia qualitativa busca conhecer o significado de um fenômeno para um indivíduo ou comunidade, destacamos o aspecto subjetivo e holístico da pesquisa qualitativa, permitindo que o pesquisador tenha a oportunidade de entender de forma mais profunda ideias e comportamentos; e, particularmente a essa investigação, o processo e a forma que a luta por moradia e de resistência à remoção reverberou na comunidade da Vila Autódromo do ponto de vista da Educação Ambiental Crítica.

Esse estudo, portanto, ao privilegiar as visões e experiências dos moradores da Vila Autódromo por meio de uma pesquisa qualitativa, busca também retratar a cultura desses sujeitos, já que esta pode ser entendida como uma rede que é tecida a partir de vivências, significados e saberes que ele acumulou no desenvolver de seu próprio processo histórico, desta forma, esse tipo de pesquisa propicia uma riqueza de informações para o entendimento da problemática e, no esforço de alcançar os objetivos dessa pesquisa, utiliza-se o estudo descritivo e interpretativo.

A opção por um estudo descritivo foi feita pela carência de investigar uma situação desconhecida, uma ‘situação limite’ de um aspecto específico – a resistência contra a remoção – contextualizado num espaço específico – o território

da Vila Autódromo. Harvey (2014) nos traz que, apesar da importância política e acadêmica que tem nossas análises e a reconstrução da genealogia das ideias, o que muitas vezes nós, acadêmicos esquecemos, é

“o papel da sensibilidade que surge das ruas que nos cercam, dos inevitáveis sentimentos de perdas causados pelas demolições, o que acontece quando bairros inteiros (como Les Halles) são reprojitados ou aparentemente do nada surgem grandes complexos habitacionais, ao lado do arrebatamento ou da irritação de manifestações de rua sobre isso ou aquilo, as esperanças que surgem quando grupos de imigrantes revitalizam um bairro [...]ou o desespero que provém do sombrio desespero da marginalização, da repressão policial e da juventude ociosa perdida no puro tédio, do aumento do desemprego e do desleixo nos subúrbios sem alma que terminam por se transformar em redutos de ruidosa rebeldia.” (p. 12)

Minayo (2011) considera que o sujeito das Ciências Sociais é sempre histórico, ou seja, sempre se constitui e se constrói a partir de um determinado espaço e do mesmo modo, vivem seu presente marcado por determinações passadas e tem seu futuro projeto a partir de suas ações no agora, vivendo uma constante dialética “*entre o que está dado e o que será fruto do seu protagonismo*” (p. 12) Portanto, o sujeito desse estudo possui consciência histórica e, através da busca e investigação do contexto político, histórico e social, busca-se identificar a posição dessa comunidade nesse contexto e entender também seus valores simbólicos com relação ao território e sua luta.

1.2.0 local do estudo

A Vila Autódromo, comunidade urbana consolidada na cidade do Rio de Janeiro há mais de 40 anos e situada no bairro de Jacarepaguá. Por vezes chamada inadequadamente de ‘favela’¹⁶, é comumente referenciada como comunidade pelo grau de interação e união de seus moradores.

¹⁶ Apesar de não concordarmos com o caráter homogeneizante que sugere tais definições, atualmente, o IBGE caracteriza favelas como “aglomerados subnormais” e as define como um conjunto de domicílios com mais de 51 unidades, ocupa de maneira adensada e desordenada uma propriedade que não lhe pertence e não possui acesso a serviços públicos essenciais e a ONU, estabelece uma série de características cuja combinação definem uma favela/*slum*, são elas: acesso inadequado a água potável, saneamento básico e outras instalações, baixa qualidade das residências, alta densidade e insegurança de propriedade.

Sua formação deu-se, primeiramente, pela ocupação de pescadores na área e, mais tarde, operários migrantes que vieram construir o autódromo de Jacarepaguá viram no espaço uma oportunidade de estabelecimento e ali assentaram. Mais tarde, a comunidade recebe também outras famílias que foram removidas de favelas da cidade. Progressivamente a comunidade foi construindo seus próprios equipamentos e ‘urbanizando’ a área. Esquema muito comum em espaços de vida comunitária organizada, as ruas, calçadas, sistema de abastecimento de água, creches, espaços de convivência, e etc., foram construídas através de mutirão pelos próprios moradores.

Mais tarde a comunidade consegue a concessão de uso da área e, em seguida, é transformada em ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Acontece que, a partir de um plano governamental e uma postura política que visa o desenvolvimento de uma cidade voltada para os negócios e transforma o solo urbano em ativo financeiro, a Vila Autódromo entra em uma cruzada contra o processo de remoção.

Durante cerca de 11 anos a comunidade reagiu ativamente aos decretos de remoção e lutou pela visibilidade de suas reivindicações. Com ações articuladas com diversos membros da sociedade civil, universidades e mídias independentes, a comunidade chegou a ganhar evidência na imprensa internacional em vários momentos. A luta da Vila Autódromo rendeu diversas curtas e longas metragem, inspirou exposições em museus fora do Brasil – como o Museu de Arte de Orange County, em Newport Beach – e uma exposição permanente no Museu Histórico Nacional.

Em 2016, com o objetivo de manter a história da resistência da comunidade, foi criado o Museu das Remoções, espaço a céu aberto que guarda, através de esculturas em homenagem a casas demolidas, marcos do violento processo pelo qual passaram. A cada visita recebida, os moradores apresentam as obras e contam a história da Vila através de um discurso de quem viveu todo o percurso que gerou o acervo.

Para Minayo (2011), o campo na pesquisa qualitativa, abrange, em termos empíricos, o recorte espacial que diz respeito ao recorte teórico definido pelo pesquisador. Por todas essas razões, esse foi o local escolhido para a investigação que busca associar a luta pelo direito à cidade e moradia e a luta contra a remoção a

processos educativos que tem por base uma perspectiva social e política de busca de direitos e cidadania, como sugere a Educação Ambiental Crítica. A percepção de que a comunidade da Vila Autódromo não só tem consciência de sua condição histórica enquanto agentes pertencem e transformam seu território, como tem o objetivo de manter e divulgar essa história. Isso constitui um fato importante quando observado à luz da Educação, pois significa o entendimento de si como produtor de conhecimento, de saberes que são extremamente relevantes para seu meio, e o processo de leva-los adiante representa fundamental relevância na manutenção da sua cultura.

1.3 Participantes do Estudo

O estudo foi desenvolvido através de observações feitas na comunidade em diversos momentos em que estivemos presentes e particularmente, da entrevista realizada com uma das moradoras da comunidade.

Nas idas à Vila Autódromo, ouvimos os moradores em palestras, participamos de visita guiada ao Museu, à comunidade e ao redor dela, onde situam-se os equipamentos deixados pelos megaeventos. Além dos momentos até então descritos, também participamos do VI Curso de Formação de Mediadores na Escola do Olhar do Museu de Arte do Rio, onde o Museu das Remoções era uma das instituições representativas, tendo seus moradores como palestrantes e debatedores.

A entrevistada, uma moradora de 50 anos que está na Vila Autódromo há décadas, lá constituiu sua família e criou seus 4 filhos, todos permanecem na comunidade. A escolha dela se deu pela indicação de uma outra moradora após a pesquisadora discorrer sobre a natureza do seu trabalho. Mesmo que não tenha havido contato com a moradora a ser entrevistada até aquele momento, esse fato não constituiu motivo de receio, pois, ao considerar que de uma população de mais de 550 famílias restaram apenas 20, e que toda a comunidade que se manteve naquele espaço participa ativamente de mais de uma década de luta, as primeiras constatações a se fazer nesse processo são de que todos aqueles indivíduos ali presentes tem considerável domínio sobre todos os acontecimentos e conflitos

daquele território e que eles, pela proximidade instrumental, pela identidade formada na luta e pela articulação do grupo, possuem discursos e visões muito pares.

A entrevistada também faz parte da equipe do museu, tendo construído junto e museólogos, pesquisadores e os demais moradores, de forma coletiva, o Plano Museológico do Museu das Remoções. Participou ainda da Habitat 3, Conferência Internacional da ONU sobre Moradia Digna e Desenvolvimento Sustentável em 2016, em Quito, no Equador.

O sujeito do estudo é aquele com experiência de auto investigação, constituindo o mesmo um agente pensante, atuante e participante sobre qualquer análise que envolva seres humanos. (MINAYO, 2011) A partir desta ponderação, a entrevistada que se encaixou nos critérios de inclusão da presente pesquisa foi consultada sobre sua decisão de participar da mesma, sem nenhuma restrição, solicitando apenas o agendamento da entrevista. No momento anterior a entrevista, a pesquisadora se apresentou, apresentou sua pesquisa, os objetivos, propostas e contribuições do estudo para que a partir desse conhecimento prévio, a entrevistada estivesse ciente desses pontos e decidisse se lhe interessaria ou não contribuir para a pesquisa.

Portanto, o critério para escolha da entrevistada foi, evidentemente, ser moradora, e ter participado e ainda fazer parte da luta de resistência da Vila Autódromo e do cotidiano da gestão do Museu das Remoções.

1.4 Captação dos dados

A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Este método é guiado por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai examinando ao longo do seu curso, de acordo com o seu tema, e fornece uma estrutura que funciona como um roteiro para que o sujeito possa declarar livremente suas opiniões, pensamentos, expectativas e vivências acerca do tema. (GIL, 2007)

Uma das principais características da entrevista semiestruturada é a possibilidade de poder-se articular perguntas fechadas (ou estruturadas) com abertas, dando ao entrevistado condições de expor seu pensamento sobre os temas propostos, sem que haja a obrigatoriedade de se obter as respostas ou condições

pré-estabelecidas pela pesquisadora. Além disso, esse tipo de entrevista é responsável por construir uma relação de interlocução que se faz presente em todas as formas de coleta de dados orais, implicando um movimento dialógico entre a pesquisadora e a entrevistada (GIL, 2007).

Para Minayo (2013), o trabalho de campo *“permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os ‘atores’ que configuram a realidade, e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo”* (p. 61), o que significa que, a partir da clareza da questão colocada, de um levantamento bibliográfico e referenciais teóricos suficientes, é possível chegar a conclusões que superem o nível primário do qual partiu a pesquisa.

As questões elencadas para o roteiro da entrevista devem fazer parte do universo do objeto de estudo e serem encaminhadas de forma a ser viável a ampliação e aprofundamento da relação e contribuição de forma relevante para a pesquisa e para o tema. A entrevista como fonte de dados nos fornece informações de duas naturezas: (i) a primeira diz respeito aos fatos que o pesquisador pode conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, estudos, notícias, e (ii) a segunda é relativa aos objetos principais da pesquisa qualitativa, são informações construídas diretamente do diálogo entre pesquisador e entrevistado e correspondem à reflexão do sujeito sobre a realidade que ele vivencia. Essas últimas, são considerados dados ‘subjetivos’, pois só podem ser conseguidos com a contribuição dos sujeitos.

A entrevista foi gravada mediante consentimento da entrevistada e, mais tarde, transcrita para o presente trabalho. O roteiro da interlocução foi formulado a partir da sequência das seguintes perguntas:

- a) O que a luta de resistência à remoção da Vila Autódromo ensinou a você?
- b) De que forma se deu essa aprendizagem?
- c) Considerando o atual modelo de educação e ensino, a partir da vivência que você teve nesse processo de luta, o que você consideraria importante rever?
- d) Para você e para a comunidade da Vila Autódromo, o que significa o “direito à cidade”?

A seguir são apresentadas as análises das bases teóricas do direito à cidade e das políticas urbanas e da Educação Ambiental Crítica a partir de uma literatura do campo e em seguida traremos as análises da entrevista realizada. Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, onde esperamos entender aspectos simbólicos da vivência e experiência da entrevistada, optamos por colocar o depoimento em longos trechos da fala da personagem, pois assim podemos identificar não apenas o contexto da fala, mas também o exato sentido que ela quis trazer em seu depoimento.

CAPÍTULO II - AS POLÍTICAS DE ESPAÇO E COLONIZAÇÃO DA MORADIA NA SOCIEDADE DO CAPITAL

2.1 A mercantilização do solo urbano e a cidade como mercado

Ainda que sem nomeá-los, Henri Lefebvre expõe que vários filósofos atacaram o materialismo de Marx e contestaram filosoficamente a hegemonia do poder econômico na sociedade, porém, é exatamente isso (a supremacia do econômico) que temos confirmado rotineira e historicamente nas nossas sociedades.

Há algum tempo, observamos a veloz transformação da propriedade imobiliária em geral e da habitação em particular em ativos financeiros. Após missões como relatora especial para o Direito a Moradia Adequada da ONU, Rolnik (2015, p.13) denuncia que estamos diante das consequências da *“hegemonia ideológica e prática de um modelo de política pública de habitação baseado na promoção do mercado e do crédito habitacional para aquisição da casa própria”*. A autora aponta ainda que, além de tal fato consistir como agenda de uma política econômica global, intensos processos de remoção associados a implementação de grandes projetos e a cenários de reconstrução pós desastres naturais são movidos contra populações em extrema situação de vulnerabilidade ambiental, onde as relações de posse são decisivas para delimitar direitos.

Segundo o Observatório das Metrôpoles, em decorrência das obras para receber a Copa de 2014 e Olimpíadas em 2016, ao menos 200 mil pessoas em todo país foram ou serão removidas. No Rio de Janeiro, dados da SMH mostram que 117 mil pessoas foram removidas desde o governo de Pereira Passos (Figura 2).

Figura 2 - Número de pessoas removidas por governo



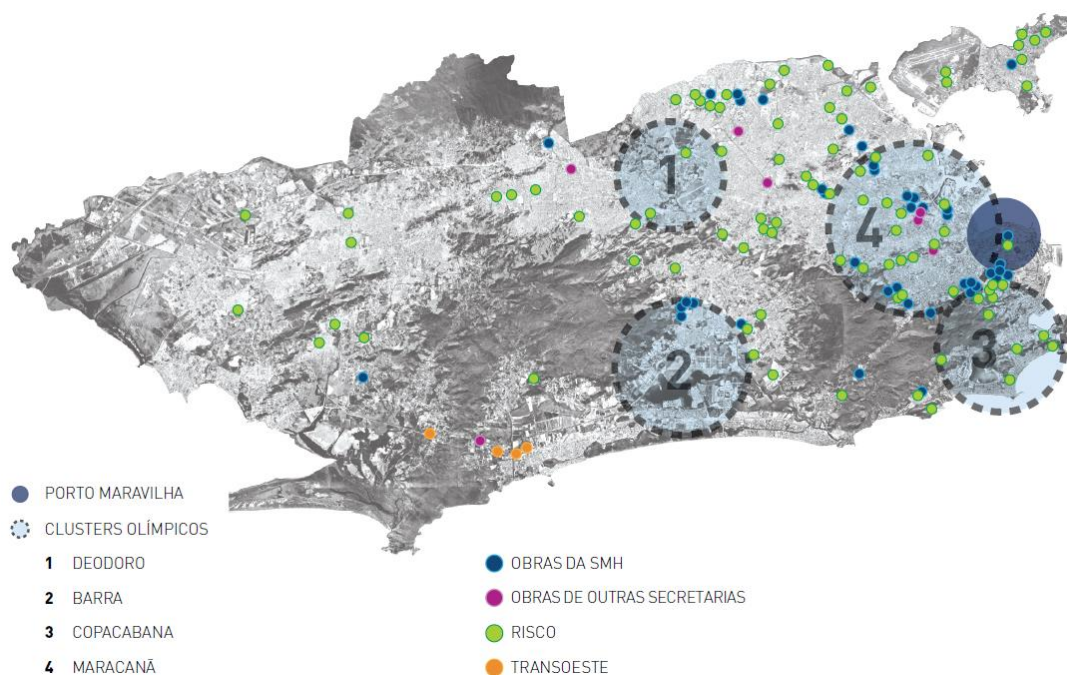
Fonte: FAULHABER, 2015

Grande parte dessas remoções, sejam função de grandes projetos de infraestrutura ou reestruturação urbana, desastres naturais, conflitos ou até mesmo dos processos de gentrificação provocado por interesses econômicos, tirou esses moradores a força do lugar de onde viviam, destruindo comunidades, aprofundando a pobreza e deixando milhares de pessoas em condições extremamente vulneráveis.

Na cidade do Rio de Janeiro, a inserção de equipamentos urbanos e a reorganização do espaço caminha junto com a possibilidade de remoção das camadas mais pobres como princípio para valorização do território. Para execução de tal agenda, vários são os argumentos para justificar e legitimar as remoções, a construção de parques e equipamentos esportivos, corredores viários, intervenções na área portuária e, especialmente a eliminação de ocupações em áreas de risco, são as alegações mais apontadas pelo Estado.

No mapa apresentado pela Figura 3, que sobrepõe a localização dos projetos de revitalização do Porto Maravilha e *clusters* olímpicos com a localização das remoções na cidade do Rio e suas citadas motivações, podemos notar que essas remoções tem uma concentração maior nas áreas mais valorizadas ou com potencial valorização devido ao investimento e instalações de infraestrutura urbana.

Figura 3 - Favelas com remoções e suas motivações



Fonte: FAULHABER, 2015

É interessante perceber que os assentamentos que possuem maior risco geotécnico, segundo a prefeitura, e que receberam obras de infraestrutura são os que estão na área de interesse e influência da Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. (FAULHABER, 2015) Fica evidente então, que independente do prospecto para os territórios habitados, os impactos são mais intensos quando acontecem sobre territórios que abrigam as camadas mais pobres, vulnerabilizadas e onde a situação de posse pode ser contestada.

É importante considerar que essa fragilidade e insegurança estabelecidas pela cidade moldada pelo capital acabam por gerar nessas populações uma situação de alteridade quanto a ordem político-urbanística atuante. Como coloca Maricato (1995), tal condição em relação a posse fornece uma base para que a exclusão se manifeste em sua totalidade, a autora cita um estudo desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos que trata da dimensão jurídica de uma comunidade onde os moradores relatam não buscar a justiça por serem “ilegais”, relacionando “*o status de ilegalidade com a própria condição humana dos habitantes [...], tudo se passa como se a legalidade da posse da terra repercutisse sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm com a terra ou com a habitação*”. (MARICATO, 1995, p. 32 apud SANTOS, 1993, P. 45)

Há uma vasta gama de indivíduos e grupos para os quais a possibilidade de acesso (ou bloqueio) a moradia e solo urbano são atravessadas pelas estruturas do poder econômico e político, determinando suas possibilidades de inclusão ou exclusão na cidade:

[...] refugiados e pessoas deslocadas internamente, afetadas por conflitos, desastres e mudanças climáticas ou ameaçadas por esses fatores, pessoas em terras destinadas a projetos de desenvolvimento ou afetadas por estes; ocupantes de terras valiosas; inquilinos com ou sem títulos legais, em assentamentos informais ou em contextos formais, em áreas urbanas e rurais; migrantes internos ou internacionais; minorias; comunidades nômades; grupos afetados por discriminação baseada em casta ou estigma; pobres; sem-terra; sem-teto; arrendatários; trabalhadores em regime de servidão; outros grupos marginalizados como pessoas com deficiência ou vivendo com HIV; povos nativos em países com histórico de colonização; grupos com direitos consuetudinários a terra e até proprietários privados de casas hipotecadas. Embora ninguém esteja totalmente protegido da insegurança [...], os mais pobres e vulneráveis arcam com a maior parte do ônus dessa situação. (ROLNIK, 2015, p. 151)

Essa política de insegurança, remoções e reassentamentos vai contra a concepção de habitação enquanto um direito humano universal e social, assim determinado pela Constituição brasileira e coloca o Estado, aquele que deveria garantir esse direito, como próprio agente de desrespeito a essa garantia. Entender o sentido do que representa habitação e direito a cidade, é essencial para qualificarmos esse processo e perceber o quão grave é o descaso com tais questões.

Antes de ser considerado direito fundamental social na Constituição Federal de 1988 (art. 6º), o direito a moradia já era assentido pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 em seu artigo 25.1, conforme dispõe que “*Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis*”. Em seguida, em 1996, o direito à moradia adequada foi confirmado no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (PIDESC) no artigo 11.1 da Parte 1, o qual fala que “*os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequando [...] inclusive à alimentação, vestimenta e **moradia adequadas**, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida*”. (ALBUQUERQUE, 2017)

Em 1978, a ONU cria o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I). Recentemente, em 2016, o programa lançou a última versão de seu documento orientador, a chamada Nova Agenda Urbana, também conhecido como Habitat III. O documento, assinado por representantes dos Estados-membros da ONU em Quito, no Equador, define padrões globais para alcance do desenvolvimento urbano sustentável e moradia adequada e traz entre suas principais premissas a igualdade de oportunidades para todos; o fim da discriminação; a importância das cidades mais limpas; o respeito pleno aos direitos de refugiados e migrantes; a implementação de iniciativas verdes e de conectividade mais eficientes, entre outras. (ONU/BR, 2018)

A Figura 4, a seguir, mostra de forma cronológica as principais normas e legislações que abordam o tema.

Figura 4 – Resumo das normas e legislações internacionais e brasileiras

Artigo 25	Artigo 17, parágrafo 1º	Artigo 11	HABITAT I	Comentário nº 4	Capítulo 7	Agenda Habitat – HABITAT II	Comentário nº 7	Artigos 5º, 6º, 182, 183, 184, 186 e 191	Estatuto da Cidade	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social Conselho Gestor do FNHIS	Regularização Fundiária de Interesse Social em Imóveis da União
DUDH	PIDCP	PIDESC	ONU-Habitat	Comitê DESC/ONU	Agenda 21	ONU-Habitat	Comitê DESC/ONU	CF	Lei nº 10.257	Lei nº 11.124	Lei nº 11.481
1948	1966	1966	1976	1991	1992	1996	1997	1988	2001	2005	2007
Normas e legislação internacionais								Normas e legislação brasileiras			

Fonte: Brasil, 2013

O relatório das Nações Unidas para Moradia Adequada – tal qual é trazido também em relatório da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – ao conceituar o tema, enfatiza esse direito não se limita apenas ao espaço físico, mas sim a uma série de condições que devem ser atendidas antes que qualquer forma de abrigo seja considerada como moradia adequada, são elas:

- *Segurança da posse*: é necessário que os moradores possuam um grau de segurança da posse, que os permita ter proteção legal contra despejos forçados, perseguições e demais ameaças;
- *Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura*: para configurar uma moradia adequada, é necessário que os moradores tenham acesso a água potável, energia, saneamento, iluminação, armazenamento de alimentos e coleta de lixo;
- *Economicidade*: a moradia não pode ter um custo que ameace ou comprometa o exercício dos demais direitos humanos;
- *Habitabilidade*: a moradia deve oferecer segurança física e estrutural, bem como proteção ao frio, umidade, calor, chuva, vento e outras ameaças a saúde;
- *Acessibilidade*: estar adequada as necessidades de acesso de grupos específicos desfavorecidos e marginalizados;
- *Localização*: a moradia deve estar situada onde seus ocupantes tenham acesso a oportunidade de emprego, serviços de saúde, escolas,

creches, equipamentos de lazer e estar afastada de áreas poluídas ou perigosas.

- *Adequação cultural*: a moradia não é adequada se não levar em conta a expressão da identidade cultural. (BRASIL, 2013)

Apesar dos esforços e consensos que geraram tais leis e diretrizes, vemos que elas continuam sendo sistematicamente desrespeitadas. Através de vários movimentos como o Comitê Social do Pan e em seguida, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, moradores, militantes e acadêmicos têm denunciado essas práticas através da produção de dossiês. Esses materiais revelam além das desapropriações, a porção de leis e decretos que permitiram a flexibilização urbanística e o estímulo as parcerias público-privada, possibilitando as grandes intervenções urbanas e ocultando seus impactos as populações até então ali situadas. (FAULHABER, 2015)

Esse efeito do desenvolvimento desigual das cidades, segundo Santos Júnior (2017), deriva do problema fundamental de que, na economia capitalista, a moradia, o espaço e o solo urbano são bens privados e mercadorias e, como tais, podem ser vendidos e comprados. Perdem, então, seu caráter essencial que é constituir o campo das reproduções sociais e passam a ser mediadas pelas regras que determinam o acesso e o uso da propriedade privada, passando a ter, como qualquer mercadoria, valor de uso e valor de troca.

O autor fundamenta na dialética marxista de valor de uso e valor de troca a relação de mercado sobre a qual opera o solo urbano. A ideia aqui posta é a de que, o valor de uso, relacionado ao processo de consumo e necessário para a reprodução da vida social, interessa e tem significado para os usuários, ou seja, moradores, trabalhadores, comerciantes, etc. Já para aqueles que produzem a moradia para vender ou alugar, como construtoras, incorporadoras, loteadores, a moradia e o solo urbano possuem valor de troca. Vale lembrar que esses valores relacionais permitem que uma mercadoria tenha ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, mas que, quando uma mercadoria possui valor de uso para alguém, ela não possui valor de troca para essa mesma pessoa, ou seja, para determinado morador, sua habitação é condição necessária para sua sobrevivência e reprodução social, ele precisa desta para viver, não para trocar por outra mercadoria. (SANTOS JÚNIOR, 2017)

É ainda importante lembrar que, ainda que na condição de mercadoria, a moradia possui condições especiais, tais como: não podem ser transportadas; como dito anteriormente, são necessárias para a reprodução da vida social; mudam de proprietário com pouca frequência, já que são relativamente permanentes; possui valor de uso atual e futuro e valor de troca potencial (podendo ser vendido agora ou no futuro); sua venda e troca no mercado acontece com grande movimento financeiro, por isso o importante papel das instituições financeiras no mercado imobiliário; e podem ter inúmeros e múltiplos usos, o que permite que o indivíduo por exemplo more e trabalhe no seu imóvel. (SANTOS JÚNIOR, 2017)

De acordo com essa perspectiva, vários são os agentes que atuam no solo urbano e vários são seus interesses nele, conferindo para alguns, valor de uso, e para outros, valor de troca. Como citado anteriormente, corretores, incorporadoras, construtores e agentes financeiros - para quem o solo tem valor de troca - agem de forma a valorizar cada vez mais a moradia e solo urbano, construindo um ambiente imobiliário que favoreça o máximo de lucro. E os agentes governamentais, que deveriam ter por obrigação assegurar o acesso a moradia e o direito a cidade, estabelecer práticas inclusivas e legislações de ordenamento e uso do solo, protegendo o valor de uso da habitação e solo urbano e garantindo o direito dos habitantes viver com bem-estar, acaba por promover a mercantilização destes agindo em associação com os interesses do mercado.

Maricato (1995) defende que o Estado acaba por criar uma estrutura espacial de poder com relações hierarquizadas, condição fundamental para o sustento do capitalismo. Esse traçado urbano definido pelo poder público, acaba por contribuir para uma construção de um mercado imobiliário capitalista, gerando *“a clássica luta de moradores de bairros tradicionais, contra a remoção motivada pela construção de megaprojetos que invariavelmente estão associados à renda imobiliária”* (p. 47), colocando populações mais pobres e vulnerabilizadas em desvantagem.

Tais condutas, conforme dito até então, inviabilizam e até mesmo vetam o acesso de alguns grupos a uma vivência plena e com bem-estar nos espaços onde habitam. Nesse sentido a cidade e o ambiente urbano constituem tanto meio necessário a reprodução social quanto objeto de uma luta completamente real e significativa, cujas reivindicações foram sintetizadas pelo filósofo Henri Lefebvre no

termo ou expressão do 'direito a cidade', que transformou em orientador nas discussões, demandas e reivindicações das lutas urbanas.

Lefebvre (2016) defende que a urbanização - e não mais a industrialização, apesar de esta gerar a necessidade da urbanização por conta da urgência da construção de moradias e infraestrutura para os trabalhadores - é o que impulsiona os processos de transformação social. Conseqüentemente, essa formulação avança no pensamento marxista que defende que a indústria é causadora da alienação e transfere esse posto a cidade. Ou seja, as cidades, com seus cotidianos totalmente ordenados, dominados e essencialmente manipulados pelo interesse econômico perdem suas capacidades de gerar um bem-estar social, principalmente para a classe operária, que dispõe de grande parte do seu tempo livre em trajetos longínquos e cansativos, sem possibilidade de exercer tanto as atividades sociais inerentes a sociedade urbana quanto as necessidades antropológicas como *“de uma atividade criadora, de obra, necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas”* (p. 105) que não são satisfeitas apenas com equipamentos comerciais e culturais. Essas 'faltas', para o autor, são a negação do direito a cidade.

A ideia de ter direito a cidade, nos promove uma ideia de pertencimento, de cidadania, conforme defende Santos Júnior (2017), vai além do acesso a terra urbana e a habitação, mas inclui acesso a tudo relacionado a vida urbana e ao bem-estar coletivo, tanto fatores de ordem material, como liberdades e oportunidades. Cada comunidade possui particularidades em sua organização social de extrema relevância para seus indivíduos, que estabelece vínculos culturais, afetivos e cria suas próprias identidades. O falacioso discurso que remove comunidades segundo pretextos de risco, exclui cidadãos de baixa renda de regiões em valorização e molda a cidade para crescente lucro financeiro de grandes empresas, ignora/não reconhece os direitos dessas pessoas ao trabalho, a educação, a saúde, a instrução, aos lazeres, à habitação, a vida.

Revisitando a obra de Deleuze e Guatarri, Haesbaert (2002) coloca a terra como a

“unidade primitiva do desejo e da produção”, constituindo não o “objeto múltiplo e dividido do trabalho, mas também [n]a entidade única indivisível, o corpo pleno que se rebate sobre as forças produtivas e se apropria delas

como se fosse o seu pressuposto natural ou divino” (DELEUZE e GUATTARI, s/d: 144). Esta “máquina territorial”, afirmam, é “a primeira forma de socius, a máquina de inscrição primitiva, ‘megamáquina’ que cobre um campo social” (p. 17),

qualificando essa espacialidade como pré-capitalista e anterior ao aparecimento do Estado, sendo ela dotada de uma certa flexibilidade característica de comunidades onde não existe uma organização de poder que delimita a organização social. Possuindo as sociedades pré-capitalistas tal flexibilidade, o autor atribui as sociedades capitalistas modernas “uma segmentaridade dura, onde a organização social é sobrecodificada por um aparelho despótico e transcendente do poder, uma máquina despótica que desterritorializa e disciplinariza os corpos” (p. 18).

Resumidamente, a ideia aqui exposta é a de que as sociedades tradicionais tinham uma relação com a terra que, ainda que existissem relações de poder e um agenciamento coletivo, eles estavam fixados na terra, “não há uma exterioridade, uma dicotomia entre os corpos sociais, técnicos, políticos, artísticos e os corpos da natureza” (HAESBAERT, 2002, p.18), já nas sociedades do capitalismo moderno, nas cidades estatais, a terra se transformou num simples espaço das relações sociais, onde muitas vezes sua destinação final caberá ao estado. Como consequência, isso significa que o capital e o Estado irão promover a desterritorialização das sociedades pré-capitalistas. (HAESBAERT, 2002)

Para Milton Santos (2002), o espaço, por se tratar de uma instância social, não é construído ou produzido, segundo o autor, o que é construída é a paisagem, por consequência do uso do território. Território se configura então, como um espaço moldado pela ação social, cenário de processos históricos de conflitos, contradições sociais e de poder (SANTOS, 2009). Essa concepção nos dá um sentido mais amplo, supera o pensamento positivista e nos faz perceber a noção de território como constitutivo da identidade, cultura e resistência de uma sociedade e, assim sendo, como conceber comunidades as quais seus territórios se deslocam, que são desterritorializados pela força do capital e tem suas existências compulsoriamente modificadas?

2.2 A Política da dominação do solo urbano

A perspectiva da cidade voltada para o capital, que marginaliza seus cidadãos em detrimento da valorização de certos espaços da cidade, exige do Estado e certas parcelas do capital estratégias que permitam a apropriação de territórios e a dominação da sociedade segundo uma lógica de mercado. Como destaca Acselrad (2016),

observa-se, assim, através da incidência das estratégias territoriais das grandes empresas, o estabelecimento de situações sociais que mostram-se tendentes a comprometer a reprodução sociocultural de grupos sociais e étnicos, que se vêm fragilizados por constrangimentos econômicos, pela desproteção legal e por frequentes esforços de deslegitimação de suas reivindicações. (p. 2)

Um primeiro momento pós ditaduras na América Latina nos anos 90, foi marcado pela desregulação econômica, ajustes fiscais, privatizações e a introdução generalizada do agronegócio. Tais transformações comprovaram a presença de um Estado metarregulador, como explica Svampa (2008), um Estado que cria espaço para legitimação de reguladores não estatais, permeável a um jogo de influências internas e internacionais. Esse processo provocou o favorecimento da implantação do capital estrangeiro bem como a institucionalização dos direitos das grandes corporações nos chamados espaços transnacionais. O resultado dessa política teve como consequência o desenvolvimento de um Estado patrimonialista e a sobreposição entre os governos em seus diferentes níveis e grupos econômicos privados, gerando o processo de mercantilização de bens públicos e dando continuidade a *acumulação por despossessão*. (SVAMPA, 2008)

Podemos afirmar então que, como defende Acselrad (2016), a inserção da América Latina na economia internacional liberalizada trouxe, de forma aparentemente paradoxal, uma forte presença do setor empresarial na esfera política. Isso gera a necessidade da formação de um campo institucional favorável ao rendimento dos capitais, o que tem sido feito através de benefícios, subsídios e desregulação. É o que temos visto na cidade do Rio de Janeiro, de um lado o poder

público e a iniciativa privada, e do outro, moradores e cidadãos de áreas que foram eleitas como campo para grandes investimentos.

Os conflitos ambientais em diversos níveis (local, nacional e global) são resultantes diretas da reprodução globalizada do capital, da divisão internacional e territorial do trabalho e da desigualdade social. Essa visão do capital sobre os territórios os concebe de uma forma completamente funcional, onde predomina o uso da dominação, da desigualdade, do território como recurso, como valor de troca visando a produção do lucro e ignora o território como valor simbólico, como espaço da diferença, da multiplicidade, do valor simbólico, da segurança afetiva, do “abrigo” e do “lar”. Assim, segundo seus interesses, os agentes interessados nos valores de mercado colocam as pessoas em lugares de valor desigual no espaço social e configuram critérios de justificação que legitimam tais processos de seleção.

No Rio de Janeiro, como apontado anteriormente, há décadas vemos a expulsão de moradores de seus territórios segundo as mais diversas justificativas governamentais, mas, quando vemos exemplos da relação do setor público com o privado como a Tabela 1, onde mostra que os principais financiadores da campanha do PMDB em 2012 são grandes construtoras, empreiteiras, empresas ligadas a empreendimentos imobiliários, entendemos e comprovamos a profunda ligação e o incontestável jogo de interesses entre o governo e a iniciativa privada e a real motivação do atual desenho do espaço urbano na cidade.

Tabela 1 – Principais financiadores do PMDB na campanha de 2012

<i>PRINCIPAIS FINANCIADORES DA CAMPANHA DE EDUARDO PAES EM 2012</i>	
<i>DOADORES</i>	<i>VALOR (R\$)</i>
<i>CARVALHO HOSKEN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES</i>	<i>R\$ 650.000,00</i>
<i>OAS S.A.</i>	<i>R\$ 500.000,00</i>
<i>CYRELA MONZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.</i>	<i>R\$ 500.000,00</i>
<i>ITAU UNIBANCO S.A.</i>	<i>R\$ 500.000,00</i>
<i>MPH EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.</i>	<i>R\$ 500.000,00</i>

<i>MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.</i>	<i>R\$ 500.000,00</i>
<i>EMCCAMP RESIDENCIAL S.A.</i>	<i>R\$ 400.000,00</i>
<i>COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV</i>	<i>R\$ 347.000,00</i>
<i>ARCOENGE LTDA.</i>	<i>R\$ 300.000,00</i>
<i>CRBS S.A.</i>	<i>R\$ 300.000,00</i>
<i>PRIMO SCHINCARIOL S.A.</i>	<i>R\$ 250.000,00</i>
<i>BROOKFIELD RJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>COESA ENGENHARIA LTDA.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>CADIZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>CLÍNICA MÉDICO-CIRÚRGICA BOTAFOGO S.A.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>HOSPITAL PRÓ-CARDÍACO S.A.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>PRESLAF - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>PRS INCORPORADORA LTDA.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>RIO MINAS 10 EMPREENDIMENTOS LTDA.</i>	<i>R\$ 200.000,00</i>
<i>CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLÍNICO EM GERAL LTDA.</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>
<i>EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>
<i>SERV-BABY HOSPITAL MATERNO-INFANTIL LTDA.</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>
<i>VAMARCO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.</i>	<i>R\$ 150.000,00</i>
<i>CALÇADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A</i>	<i>R\$ 110.000,00</i>
<i>G B ARMAZÉNS GERAIS LTDA.</i>	<i>R\$ 100.000,00</i>

<i>IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.</i>	<i>R\$ 100.000,00</i>
<i>KLABIN S.A.</i>	<i>R\$ 100.000,00</i>
<i>MÉIER MEDICAL CENTER LTDA.</i>	<i>R\$ 100.000,00</i>
<i>MONTEIRO ARANHA S.A.</i>	<i>R\$ 100.000,00</i>
<i>PANGEA EMPREENDIMENTOS S.A</i>	<i>R\$ 100.000,00</i>

Fonte: FAULHABER, 2015

Um outro exemplo bem característico dessa dinâmica é o do chamado PEU (Projeto de Estruturação Urbana) das Vargens, norma reguladora que estabelece as regras urbanísticas dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, e de parte dos bairros de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. O quadro de ocupação da região que abrange o PEU das Vargens desenvolveu-se com a ocupação de São Conrado em meados dos anos 1970 quando, com a saturação da Zona Sul, a classe média/alta passou a habitar também essa região e o mercado imobiliário desenvolveu-se no sentido Barra da Tijuca. Somada a ocupação pela elite à necessidade de serviços desta, e aliada ao ineficiente sistema de transporte público, a população que ia em busca de trabalho acabou por se fixar nos arredores pela proximidade das obras e ofertas de trabalho, dando início a novas ocupações irregulares (MONTEZUMA, 2010).

O Projeto de Lei Complementar (PLC) que buscava a modificação do PEU Vargens de modo a ampliar seu potencial construtivo, foi apresentado e aprovado em um tempo recorde, em apenas 12 dias, sancionando novas porcentagens e estabelecendo novas diretrizes para a ocupação da área, dentre elas o incentivo a construções e ocupações formais e, indiretamente, impedindo o crescimento de construções irregulares (REDONDO, 2009), tornando assim, viável e legítimo o usufruto dessas terras como instrumento de arrecadação nas mãos do Estado. O novo PEU Vargens possibilitou ainda o uso da outorga onerosa do direito de construir mediante contrapartida em dinheiro, em troca do aumento dos índices urbanísticos como: elevação dos gabaritos de altura, pavimentos e Índice de Aproveitamento de Área (IAT), taxas de ocupação e coeficiente de adensamentos, redução de taxas de áreas livres e coeficiente de permeabilidade, como vemos na

tabela a seguir que compara os índices antigos e depois da LC n. 104/09 em uma das áreas inseridas no PEU Vargens (Tabela 2).

Tabela 2 - Índices antigos x novos índices no Setor B do PEU Vargens

Setor B – Bairro: Recreio dos Bandeirantes					
	Decreto n. 3.046/81		LC n. 79/06	LC n. 104/09 (PLC 37/09)	
	A-28	A-29	ZRU; ZUM 1; ZUM 2; ZUM 3	Sem contrapartida 1: ZUM 2; ZUM 3	Com contrapartida 2: apenas em ZUM (ZUM 3)
Parcelamento (m ²)	10.000	10.000	360	360	360
Gabarito	6 pavimentos	6 pavimentos	6 pisos	6 pisos (20m)	9 pisos (30m)
IAT	1	1	1,5	1,5	3
Taxa de Ocupação	40% a 50%	20% a 40%	50%	50% (30%)	50% (35%)
Taxa de Permeabilidade			50%	50%	50%

Fonte: adaptado de NIMA PUC-Rio (2012).

Como aponta Maricato (2009), os Estados não foram diminuídos, mas eles adaptaram-se as condições das grandes empresas e do capital financeiro e para isso, tiveram que esquecer seus papéis enquanto produtores de uma política social, visto que, dentro desse contexto, torna-se impossível a convergência de interesses desses dois campos. Em 2004 tivemos a aprovação da Lei Federal nº 11.079/04 que regimenta para todo o território nacional as parcerias público-privadas ou a concessão de serviços públicos:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Esta Lei aplica-se aos órgãos da administração pública direta dos Poderes Executivo e Legislativo, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL, 2004)

No Rio de Janeiro, tivemos essa forma de produzir a cidade consolidada e celebrada como possibilidade de solução para a educação, saúde, cultura, assistência social, transportes públicos, rodovias, saneamento, habitação, energia,

meio ambiente, turismo (FAULHABER, 2015) e esse sistema de gestão compartilhada seguiu a busca pelo desenvolvimento econômico globalizado, com a proposta do crescimento de uma cidade que deve competir pelo investimento de capital, tecnologia e capacidade empresarial; competir para atrair novas indústrias e negócios e ser competitiva nos preços e qualidades dos serviços e para atrair mão de obra qualificada, segundo conselho do Banco Mundial. (VAINER, 2011)

Esses discursos demonstram o que Acselrad (2016) expõe sobre as transformações na espacialidade do capitalismo, pois com a ajuda das reformas liberais foi configurada uma “*arquitetura locacional para o processo de acumulação e uma nova dinâmica de mobilização dos lugares como fatores produtivos*” (p. 3). Somado a isso, a crescente incorporação sobre o papel das empresas na “gestão dos territórios” nos discursos governamentais nos sugere as configurações políticas e identidades que se pretende gerir por um governo privado.

Vale lembrar que não é apenas através da força do Estado que ocorre a segregação e a expulsão dos pobres urbanos para as periferias. À medida que os investimentos se voltam para as áreas centrais (como é o caso do Porto Maravilha) que antes estavam fora dos interesses políticos e imobiliários, a população que ali está sofre uma enorme presença econômica do mercado para a sua retirada, é que o muitos chamam de ‘remoção branca’. Se por um lado é celebrada a valorização do lugar, por outro, aqueles que lá residem veem suas condições tornarem-se financeiramente insustentáveis, principalmente para aqueles que pagam aluguel. Apesar dessa prática afetar de forma mais dramática as populações de menor poder aquisitivo, suas consequências afetam um amplo espectro da população que é obrigada a mudar de território em busca de uma moradia compatível com o seu poder econômico.

Nesse processo, se torna claro o papel dos governos na produção da expansão das fronteiras de mercado. Segundo Rolnik (2015), exemplificando os casos ligados a megaeventos em Pequim (sede olímpica em 2008), África do Sul (sede da Copa do Mundo em 2010) e Brasil (sede da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016), os referidos governos revelaram-se os grandes protagonistas na condução do processo da colonização econômica nos diferentes Estados-nação. Como relata a autora, “*em cada uma das situações observadas, o*

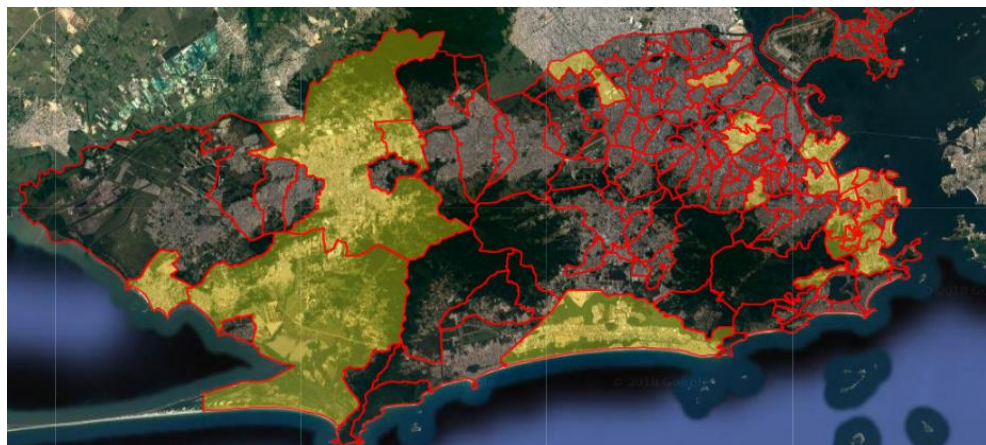
Estado vai produzindo suas margens para, no momento seguinte, “destravar” seus ativos territoriais, ampliando as fronteiras do mercado”. (p. 14)

Os fatos então citados revelam a geografia de uma cidade moldada pelo poder empresarial em consonância com o Estado, segundo uma organicidade que permite a dominação e o ganho financeiro de uma parcela do mercado. Para isso, segue a criação de formas de operação que permita as empresas de capital privado atuar na administração estatal, trazendo o discurso do desenvolvimento como *dispositivo*, para fazer dos territórios de interesse territórios que beneficiem esses sujeitos hegemônicos. (FERGUSON, 1994) Na outra face dessa disputa estão os que sofrem os efeitos sociais da dominação, grupos que lutam pelo exercício de seus direitos, comunidades atingidas que se auto identificam antagonicamente a esse modelo por suas culturas materiais e territorialidades características e resistem aos danos sociais, econômicos, físicos e mentais causados pelos projetos e ações empresariais, como veremos a seguir.

2.3 A Espacialidade e o Conflito

A imagem a seguir (Figura 5), é um mapa com a sobreposição de dados gerados em tempo real no site do Observatório de Conflitos Urbanos (IPPUR/UFRJ), onde foram pesquisados os conflitos relativos a moradia por movimentos sociais. Na figura, as sombras em verde indicam a presença de conflitos associados a moradia.

Figura 5 – Presença de conflitos relativos a moradia



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos, 2018

Os atuais e constantes processos de remoções e expropriações urbanas demonstram que a supremacia da propriedade privada escriturada é determinante sobre todas as demais formas de posse e pertencimento com o território habitado, e constitui um dos mais poderosos mecanismos no processo de exclusão territorial e despossessão. Pois como aponta Rolnik (2015), na esfera contratual econômica, os vínculos com o território são resumidos a seu valor de mercado, associando, dessa forma, a expansão da fronteira da mercantilização do território e da moradia às remoções e deslocamentos forçados.

Considerando, como dito anteriormente, o espaço como um produto social, ao mesmo tempo que constitui elemento essencialmente necessário para o estabelecimento e reprodução social, podemos compreender a espacialidade e o conflito como elementos intrínsecos e indissociáveis, pois o conflito constitui a espacialidade, e é criado por ela. (RODRIGUES, 2016)

O conflito estabelece a expressão concreta da luta, em nosso caso, pelo direito a moradia e a cidade por diversos grupos vulnerabilizados contra o poder do Estado e do mercado imobiliário. Observar tais acontecimentos representa um importante momento, pois como coloca Rodrigues (2016),

documentar, registrar, organizar, sistematizar e analisar os conflitos nos permite apreender, diretamente, o cerne da ação social, pois ele explicita elementos estruturais e conjunturais a partir de um ou mais eventos. Tais elementos explicitam as identidades socialmente produzidas, os discursos, os motivos/causas/objetivos de cada protagonista, suas formas de organização, suas práticas de luta, seus projetos de futuro, etc. O conflito, portanto, é chave analítica, se compartilhamos uma perspectiva crítica. (p. 2)

É importante notar que tais considerações nos permite colocar justamente esses grupos vulnerabilizados no papel de protagonista do conflito, do acontecimento, e, ao fazer isso, temos uma nova perspectiva desses agentes sociais como produtores do espaço, da política e de conhecimento; os conflitos que envolvem a ação social desses grupos uma resultam na formação de territórios, um importante marco histórico que fundamentalmente retira essa ação do Estado e classes hegemônica e possibilita a criação de espaços de maior diversidade e

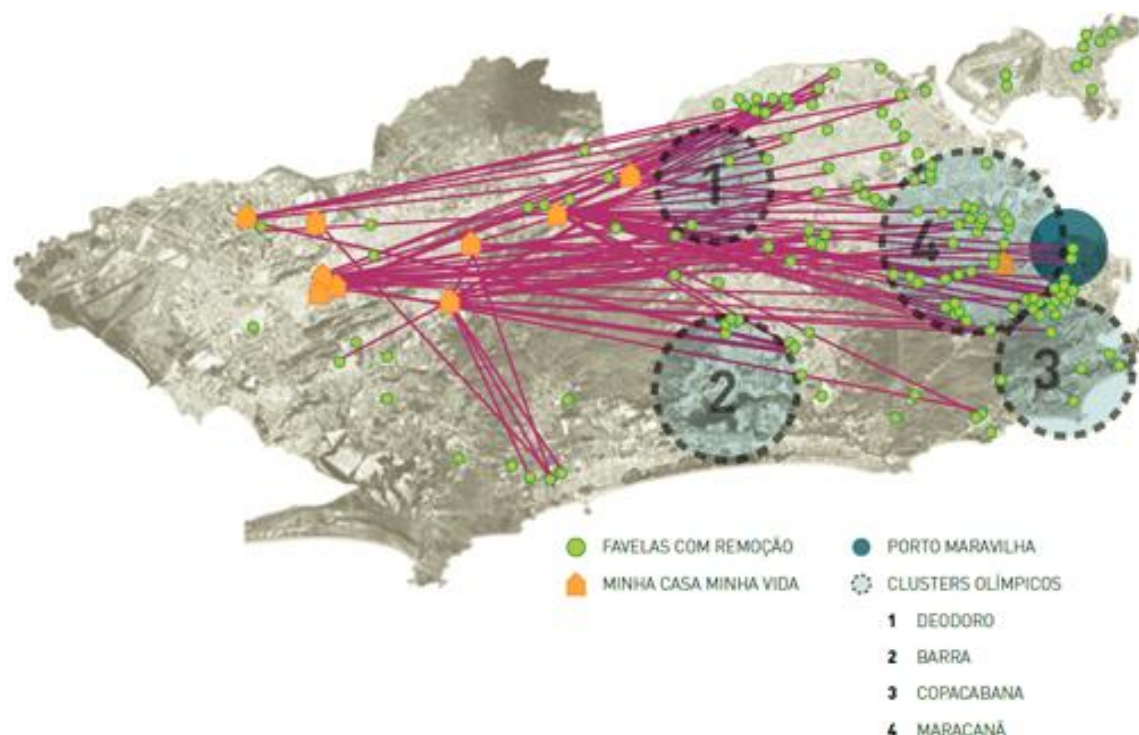
vivência coletiva e uma outra forma de ler os acontecimentos, diferentes do clássico e dominante.

O atual modelo em que as cidades se desenvolvem, é o da cidade que fragmenta os grupos sociais, o convívio, que nega o outro, que constrói grandes condomínios, grandes vias e limita cada vez mais o encontro e a diversidade. Não podemos deixar de apontar que esse processo faz parte de um projeto político que não só rejeita alguns grupos sociais lhes afastando cada vez mais das regiões centrais, mas também ameaça a coesão social. Porém, só é possível pensar na superação desse modelo de desenvolvimento de cidade através dos conflitos e lutas sociais, da participação dos sujeitos que até então foram negados o direito de construir a própria cidade,

“apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. O fato de haver diversos grupos ou várias estratégias, como divergências (entre o estatal e o privado, por exemplo) não modifica a situação. Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de *reforma urbana* põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor através da via coatora e institucional, aquilo que resta a realidade urbana. Em si, mesmo *reformista*, a estratégia de renovação urbana se torna “necessariamente” revolucionária, não pela força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas [...] Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela.” (LEFEBVRE, 2016, p.113)

Apenas a revolução, forma política da *práxis*, torna viável a suplantação da segregação motivada pela construção do espaço urbano e as relações de produção e consumo. (VELOSO, 2016) Como exemplo dessa prática segregacionista, tivemos nos últimos anos uma resolução aplicada as famílias removidas no Rio de Janeiro: empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foram colocados a disposição dos moradores como compensação pela remoção. Acontece que esses empreendimentos estão situados em distâncias que variam de 40 a 70km do domicílio anterior e em zonas de menor valorização e oferta de infraestrutura, como mostra a Figura 6, deixando claro o lugar que cabe a essas comunidades.

Figura 6 – Favelas com remoções x Empreendimentos MCMV



Fonte: FAULHABER, 2015

Em visita a favela Metro-Mangueira, em meados de 2014, pude perceber a importância da articulação comunitária e da coesão social para construção de seus territórios em um contexto de conflito. Com a chegada da Copa do Mundo de 2014, e a proximidade dessa comunidade ao estádio do Maracanã (onde seriam realizados diversos jogos do evento), a prefeitura, na figura do então prefeito Eduardo Paes, decidiu que aquele deveria ter que ser mais um lugar a ser “embelezado”, conseqüentemente, a favela seria removida. Essa comunidade tem um histórico bastante comum e característico das aglomerações urbanas espontâneas, foi construída por imigrantes, principalmente nordestinos, que trabalhavam na construção da estação de metrô do Maracanã, em 1978, por isso o nome. Na oportunidade, a então presidente da associação de moradores, Francicleide da Costa relatou que ela era a terceira a assumir o posto da presidência e a frente do conflito, pois os dois anteriores foram destituídos pelos moradores ao descobrir que eles haviam sido cooptados pela prefeitura em troca de dinheiro e imóveis, e estavam ‘liberando’ famílias para serem deslocadas para Cosmos, a 70km da comunidade, esse foi o destino de 107 das 700 famílias do local.

Os demais moradores articulados, buscaram ajuda da mídia e parlamentares com oposição a esses projetos e conseguiram, mediante violência policial, abusos de poder e estratégias de destruição de seus territórios - muitos foram as narrativas que relataram demolição de casas, pichação e descaracterização do espaço da comunidade, colocação de ratos e lixo nos escombros - ser reassentados nos empreendimentos Mangueira I e II, construção do MCMV que está a poucos metros da antiga comunidade.

Nesse modelo que implica a restrição das camadas populares a partes da cidade como condição de valorização, constatamos que a habitação é direito frequentemente desrespeitado por processos de remoções e desapropriações que acontecem de forma muitas vezes massacrante. Francicleide descreve como foi a atuação da prefeitura do Rio no processo de remoção do Metrô Mangueira:

“Dia 26 de julho de 2010, a prefeitura chegou na nossa comunidade com muitos carros, assistentes sociais entrando nas casas, filmando e pixando as residências com aqueles SMH. [...] As pessoas não estavam entendendo o que estava acontecendo. Porque eles faziam tudo isso, mas não diziam o que era. A gente já imaginava, quando teve a comemoração da Copa do Mundo, que o Brasil tinha sido escolhido, que isso podia acontecer. A gente perguntava se era por causa da Copa e eles negavam e falavam que era programa social. Depois de duas semanas, viemos a saber que era pra remoção [...] Quando fui falar com Eduardo Paes, argumentei que tinha gente na Mangueira morando em situação de risco e que a nossa comunidade não precisava sair, porque não estava em área de risco. Nunca vou esquecer o que ele me falou: disse que a gente ia sair porque ele queria a comunidade limpa” (FAULHABER, 2015, p. 98)

Notar a espacialidade desses conflitos, é aprender tanto sobre os protagonistas, quanto seus motivos e objetivos, suas formas de organização, manifestações e estratégias de ação e a escala em que acontecem, ou seja, a extensão e área de abrangência e o horizonte da sua luta política. (RODRIGUES, 2016) E, como defende Milton Santos (2006), “*é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual*” (p.174), dado que esse território é o campo de contraste entre o mercado que homogeneíza e a sociedade civil que integra e generaliza.

No Rio de Janeiro, a inicial expectativa de que tais eventos fossem gerar uma valorização na cidade, aumento dos postos de trabalho e superação da crise em que

se vivia, deu lugar ao desânimo e a clara identificação a quem interessa esse processo. As grandes intervenções urbanísticas com objetivo de promover a *cidade global*, atrair o grande público e investidores estrangeiros transformou grande parte dos cidadãos – de menor poder aquisitivo – em vítima, em vez de beneficiados. (FAULHABER, 2015) A cidade, resultado dessa produção capitalista do espaço, com anseios apenas de receptáculo para atividades econômicas, culminou em insurgências e o poder público se sentiu obrigado a estabelecer alguma comunicação com os atingidos.

É fato que a condição de negociar com a prefeitura não representou um grande avanço de conquistas, pois o poder público em momento nenhum ensaiou abrir mão do seu projeto e essas ações constituem apenas uma tentativa de contenção de prejuízos a sua imagem e ao desenvolvimento dos projetos, mas por outro lado, essa população passou a ser percebida e pôde anunciar a violência que vem sofrendo.

Se faz marcante a nova onda de insurgências e processos de resistências na cidade frente a crescente privatização da cidade, pleiteando a cidade como meio comum e reivindicando sua construção por todos. Lefebvre já havia elevado a condição da reforma urbana para uma *revolução urbana*, por compreender que na fase crítica na qual vivemos, apenas será superada por uma ruptura, uma descontinuidade do processo de desenvolvimento a qualquer custo. A cidade e o urbano são uma forma social, e a revolução e reivindicação do direito a moradia e a cidade, não são apenas um meio político, mas sim o sentido da luta. (ARAÚJO, 2012)

A partir desses conflitos, os sujeitos afirmam suas individualidades, assumem seus lugares como cidadãos pertencentes aos territórios que produziram e estabelecem uma postura combativa, vemos nas falas desses moradores em conflito, um genuíno conhecimento da conjuntura político e econômica e uma total consciência dos seus lugares como sujeitos de direitos que resistem pelo que lhes cabe e não estão dispostos a perder, ainda que sejam constantemente negados pelo Estado e pelo mercado do capital.

O urbanista Lucas Faulhaber e a jornalista Lena Azevedo (2015) reuniram relatos - de membros do movimento de luta por moradia e moradores em situação de remoção - que são exemplares na ilustração do conflito em que estavam

envolvidos, para Maria de Lourdes, residente da ocupação urbana Manoel Congo, o Rio de Janeiro tornou-se uma cidade fascista, onde não há respeito às raízes ou identidades dos habitantes, as comunidades são arrancadas dos seus territórios e a grande maioria não tem ao menos mobilidade. A moradora fala ainda dos processos de remoção, que seja ele forçado ou a chamada “remoção branca” constituem de igual forma uma prática extremamente perversa:

“A remoção do trator, as lágrimas das crianças vendo quebras as coisas são doídas. Mas as que remove a pessoa, a sua cabeça, é cruel também. [...] A casa na favela, que antes se ele quisesse vender seria uns R\$ 50 mil, hoje foi para R\$ 200 mil. Isso, na cabeça do pobre (e falo isso porque sou pobre), que deixou de cuidar dos dentes porque não tinha dinheiro, que deixou de fazer os exames dos filhos, a cirurgia da filha porque não tinha dinheiro, que deixou de fazer uma faculdade... [...] Pra onde vai o povo que eles querem que os ricos não vejam? Pro mesmo lugar onde está a maioria da classe trabalhadora que grita e a gente não escuta. [...] Esse povo vai pra Zona Oeste, pra precarizar ainda mais a questão estrutural de lá [...] Muita gente saiu, fez puxado pra alugar e muita gente vendeu e muita classe média subiu. ‘Ah que bom que misturou’. Não! Isso é péssimo, porque excluiu do direito a moradia, das raízes, por esse assédio nojento do capital: ‘vende teu rim que eu pago caro’ [...] A sociedade não mudou, o sistema é capitalista.” (p. 80)

Já o jardineiro Jorge Santos Oliveira, último morador da Vila Recreio II a ter sua casa derrubada, fala do argumento usado para a retirada das mais de 480 famílias que ali residiam: “*A remoção foi justificada em função da ampliação da via, mas a obra no final não ocupou nem 60% do terreno onde ficava a Vila Recreio II. Virou contorno e estacionamento da loja de material de construção.*” (p. 85)

Morador da comunidade do Horto desde criança, o taxista Fábio Dutra fala do longo e histórico processo de tentativa de remoção da comunidade que foi formada em sua maioria por trabalhadores do Jardim Botânico nos anos 1920.

“Em 2010, a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) ia fazer a regularização, só que o governo recuou, voltou atrás e agora diz que não, que sai todo mundo. Eles mudaram de uma regularização fundiária para uma remoção forçada. [...] O total das famílias é de 620. O governo alega que na década de 1980 eram 400 e poucas. As famílias cresceram demograficamente, não geograficamente. Eu morava com meus pais, que trabalharam muito tempo no Jardim Botânico, como meu avô, me casei e constituí dentro do mesmo espaço. [...] O governo agiu de forma leviana. Para dividir e enfraquecer a comunidade, pegou a rua onde mora atualmente a presidente da associação de moradores e disse que ela não seria removida. Isso fez com que algumas pessoas acreditassem que foi um acordo. Isso pra mim foi proposital para enfraquecer, desqualificar quem

está a frente da luta perante os moradores e ficar cada vez mais fragilizado, o que não está dando certo.” (p. 105)

Altair Guimarães, então presidente da associação de moradores da comunidade da Vila Autódromo, lugar de uma emblemática luta que acontecia há mais de 20 anos - por sua localização entre o novo Parque Olímpico e a Lagoa de Jacarépagua, na Barra da Tijuca, constituir um entrave a condomínios projetados pela Carvalho Hosken com apoio do município – fala da antiga determinação de remover a Vila Autódromo:

“Na época (1993) do prefeito Cesar Maia, o Eduardo Paes (na ocasião Subprefeito da Zona Oeste) veio pessoalmente em cima do trator para derrubar a comunidade. Os moradores deitaram na pista, com crianças e mulheres, e a máquina não pode passar. Apesar da lenda dizer que ele jurou remover a Vila Autódromo a qualquer custo, não acredito que isso seja vaidade pessoal, embora ele seja extremamente vaidoso. O que está em jogo é o interesse de três grandes empreiteiras (Carvalho Hosken, Andrade Gutierrez e Odebrecht). Cerca de 75% da área do autódromo estão destinadas a especulação imobiliária. Qualquer empreendedor que fosse construir, edificar alguma coisa ao lado da comunidade, certamente se tivesse a chance de retirar, ia gastar dinheiro pra tirar. É isso que estão fazendo. Investindo muito dinheiro. Tenho certeza que isso não é dinheiro público.” (p. 91)

CAPÍTULO III

PENSAMENTO EMANCIPATÓRIO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, A CONSCIÊNCIA DA DIMENSÃO CRÍTICA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA

3.1 Educação Ambiental crítica e os aportes para uma prática emancipatória

A institucionalização da Educação Ambiental no Brasil se deu de forma bastante reducionista e com a relação educação-política essencialmente esvaziada. Loureiro (2011) defende que tal fato aconteceu em decorrência da íntima ligação técnico-gerencial dos recursos naturais e comportamentais que foi posta no desenvolvimento do campo, tal postura fez com que a EA se tornasse pouco articulada com os setores interessados na questão social.

Mesmo presente oficialmente na Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, que fala sobre meio ambiente, artigo 225, parágrafo 1º, inciso IV, o qual coloca como incumbência ao poder público “*promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente*”, a EA só ganhou reconhecimento na década de 90. Nas décadas anteriores, 1970 e 1980, sua prática era construída basicamente por medidas educativas que tinham como objetivo a conservação dos recursos naturais e mudanças comportamentais individuais. Gradativamente foi sendo incluída nos currículos dos sistemas educacionais como disciplina, com um conteúdo composto essencialmente por categorias das ciências ecológicas. Paralelamente, também foi comum a elaboração de ações institucionais promovidas por instâncias técnicas ligadas ao meio ambiente sem a efetiva participação de órgãos de educação. Essa condição só foi confrontada nos anos de 1990 após uma busca por consonância entre os princípios da EA e as diretrizes mundiais para a área. Então, na última década surge uma tentativa de estabelecer uma abordagem sócio-histórica e que esta abordagem esteja marcada em acontecimentos oficiais, dos quais podemos destacar: Programa Nacional de Educação Ambiental, 1994; Parâmetro Curriculares Nacionais, 1996; Conferência Nacional de Educação Ambiental, 1997; Lei n. 9.795/99 – Política Nacional de Educação Ambiental. (LOUREIRO, 2011)

Ainda que se tenham tais balizadores, políticas e definições para o campo, vale lembrar que este se constitui em um contexto de disputas, portanto, a EA apresenta algumas vertentes. Guimarães (2004) marca duas principais como atuantes no contexto brasileiro, a primeira, entendida como cognitiva-comportamental, se baseia na alteração de comportamentos e hábitos individuais. Tal corrente muitas vezes transfere para os indivíduos ou comunidades a responsabilidade por eventos e danos ambientais, defendendo que é tarefa desses cidadãos fazer a sua parte no conservação e manutenção do meio ambiente saudável.

A segunda corrente é a denominada crítica, que, em oposição a cognitiva-comportamental - considerada conservadora -, problematiza a as questões socioambientais adicionando a discussão aspectos sociais, históricos, culturais, políticos; questionando o modelo de desenvolvimento e consumo, observando o papel dos agentes econômicos e dos interesses da agenda neoliberal em que estamos envolvidos nesse processo. (LOUREIRO, 2004).

Essa última corrente, ao contrário da cognitiva-comportamental, não propõe uma mudança de comportamento, nem traz a uma comunidade valores ou propostas educativas pré-programadas, em vez disso, busca promover atividades em parceria com a comunidade, articulando os conhecimentos e saberes locais na tentativa de desenvolver um processo educativo imerso no significado e na realidade local de cada comunidade. (CAMARGO, 2017) A EA crítica busca entender os contextos e conflitos em que estão inseridos cada indivíduo ou grupo, entender quais as demandas e necessidades de cada território, para a partir de então promover ambientes educativos que possam intervir de forma contextualizada.

Nesse sentido, a EA crítica busca ressaltar particularidades culturais como alternativas viáveis, colocando-se em oposição a lógica que busca homogeneizar, tornar global e preestabelecer regras para a reprodução social e educação. Naturalmente, coloca-se contra as práticas hegemônicas que sustentam nosso atual modelo de desenvolvimento, criando indivíduos cada vez mais alienados e cuja orientação primordial é a racionalidade instrumental, centrada na produção para conseqüente exploração. Layrargues (2014) destaca a intencionalidade desses grupos hegemônicos que estrategicamente ocuparam territórios institucionais onde conseguem de forma natural e legítima expressar seus poderes e criar zonas de sacrifício, obstáculos e adversidades para muitos. Dentro dessa conjuntura de

sociedade é justamente essas formas autoritárias de ocupação, segregação, dominação, desrespeito, discriminação e exclusão que a EA crítica tem contestado.

Sumariamente, a EA Crítica manifesta-se com o propósito de questionar alguns dos paradigmas vigentes na nossa sociedade, reivindicando um projeto alternativo e contra hegemônico que se apoie nas realidades e demandas sociais. (LOUREIRO, 2009) Como defende Layrargues (2014),

“para antever objetivamente esse porvir de um outro projeto societário, é necessário conhecer a realidade atual que se impõe no cotidiano e também qual padrão civilizatório, estilo de desenvolvimento, estrutura de organização social, modo de produção e consumo que, juntos representam a fundação e a dinâmica dessas relações societárias daquilo que é visível na concretude do cotidiano.” (p. 7)

Ainda que sem diretrizes amplamente cumpridas e com suas ideias frequentemente ameaçadas, documentos oficiais orientadores da Educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Plano Nacional de Educação, trazem com ênfase o propósito de desenvolver uma educação que forme sujeitos críticos e transformadores, sendo que para tal, esta seja contextualizada, interdisciplinar e crítica. Podemos afirmar então que tais propósitos estejam articulados e em consonância com a EA Crítica, já que esta também busca a preparação para uma ação transformadora das relações sociais.

Loureiro (2005) coloca a EA Crítica como um segmento baseado na Teoria Crítica do Conhecimento, cuja concepção está ligada ao pensamento da Escola de Frankfurt e, no campo da Educação, a Pedagogia crítica de Henri Giroux e aos autores brasileiros da Pedagogia histórico-crítica Demarval Saviani, Marilena Chauí, Carlos Jamil Cury, entre outros; e da Pedagogia Libertária, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Carlos Brandão, entre outros.

Dado o caráter e a pretensão transformadora da EA crítica, é fundamental e recorrente o diálogo entre o pensamento freiriano e a EA crítica no campo das pesquisas. Paulo Freire é referência essencial por sua vocação problematizadora, pela busca do rompimento com uma educação conteudista, normativa, instrumental, acrítica e ideologicamente neutra. (LAYRARGUES, 2014) O pensamento freiriano demanda uma prática que parta da materialidade, que resgate relevância da

educação na vida dos educandos, que tenha como base a vida cultural e econômica das comunidades, trazendo a eles a oportunidade de serem construtores de seus próprios conhecimentos.

Para Danilo Streck (2010), o pensamento de Paulo Freire, ao mesmo tempo que tornou-se parte da tradição pedagógica ocidental por explicitar seus fundamentos na dialética, fenomenologia e no existencialismo outras fontes consideradas universais, explicita seus limites e contradições ao reconhecer os contrastes presentes no território de onde fazia parte, se referindo a coexistência da miséria, do atraso, da pobreza, fome, do tradicionalismo, do autoritarismo, da democracia, da modernidade e da pós-modernidade.

O pensamento de Paulo Freire defendia a cultura como resultado de atos transformadores do homem, sendo assim, o contexto histórico cultural era importante não só como uma definição de identidades, mas também como um lugar de possibilidades, pois, em palavras de Freire:

A principal diferença entre um animal, cuja atividade não vai além de mera produção, e o homem, que cria o domínio da cultura e da história através de sua ação sobre o mundo, é que apenas o último é um ser da práxis. Ele é um ser que cria e tem ciência disso como transformador e criador. Que o homem, em sua permanente relação com a realidade, produz não apenas bens materiais, coisas sensíveis e objetos, mas também instituições sociais, ideologias, arte, religião, ciência e tecnologia. Enquanto o animal [...] é limitado pelo seu suporte, o homem é condicionado pelos produtos de sua própria atividade, que através da “inversão da práxis”, se voltam contra ele. Desta forma a cultura, que é criação do homem, de certa forma cria o homem. [...] É através do ato de criar e de ser condicionado por sua própria criação, através da criação de um objeto e de tornar-se um objeto, que ele encontra o grande desafio da liberdade. Somente os seres que vivem esse paradoxo de criar e ser condicionados por sua criação são capazes de alcançar a liberdade. Quando alienados eles são capazes de superar a alienação; quando oprimidos, eles são capazes de lutar pela liberdade. (FREIRE, 2010, p. 338)

O ideal libertário do pensamento freiriano também traz a importância da dimensão político-pedagógica da Educação para Freire (2001), pois para ele, para que os seres humanos sejam de fato livres e se movam para o “cumprimento de sua vocação”, é necessário que se tenham condições concretas para isso. *“Sem a luta política, que é a luta pelo poder, essas condições necessárias não se criam. E sem as condições necessárias à liberdade, sem a qual o ser humano se imobiliza, é privilégio da minoria dominante quando deve ser apanágio seu.”* (p.8) Ainda para o

autor, o homem é um ser histórico-social, e como tal, é não apenas o que herda, mas também o que aprende durante sua existência de forma não mecânica, aprender e ensinar faz parte da existência humana, da sua constituição histórica e social, e elas acontecem rotineiramente na própria existência e cotidiano de suas relações.

Sendo assim, para uma vivência de fato livre, é necessário que esses seres históricos estabeleçam uma vivência crítica que questione as estruturas e desvele os discursos dominantes, pois estes só interessam as classes hegemônicas que buscam manter os padrões até então estabelecidos. Loureiro (2011) aborda a dimensão política intrínseca da Educação justificando-a segundo duas razões:

- a) O conhecimento transmitido e assimilado e os aspectos técnicos desenvolvidos fazem parte de um contexto social e político definido. O que se produz de uma sociedade é resultado de suas próprias exigências e contradições. Assim, o domínio do conhecimento técnico-científico confere ao indivíduo maior consciência de si mesmo e capacidade de intervir de modo qualificado no ambiente. O saber técnico é parte do controle social e político da sociedade;
- b) As relações sociais que se estabelecem na escola, na família, no trabalho ou na comunidade possibilitam que o indivíduo tenha uma percepção crítica de si e da sociedade, podendo assim entender sua posição e inserção social e construir a base de respeitabilidade para o próximo. As relações estabelecidas em cada campo educativo, formal ou não, constituem espaços pedagógicos de exercício da cidadania. Tal compreensão política da educação só é legitimada na modernidade, a partir do momento em que pressupõe que a história das sociedades humanas não é previamente determinada, mas resultante de processos dinâmicos estabelecidos, construído e transformado por sujeitos históricos: os cidadãos, seja em suas ações individuais ou coletivas. (p. 76)

A EA crítica é um campo essencialmente multidisciplinar que tem como seus balizadores os campos social, político e ambiental. Para tanto, há a necessidade de que ela não seja concebida apenas como um conteúdo escolar, pois requer a tomada de consciência de uma profunda rede de condicionantes políticos, culturais, econômicos e científicos. A EA crítica tem como pressuposto básico o exercício da cidadania (CASTRO, BAETA, 2011), por conta disso, um campo conceitual não pode ser desvinculado da dimensão da realidade, da vivência social. É necessário articular tantos os conteúdos naturalmente construídos, quanto conteúdos abstratos, trazidos da vivência da realidade social, tais como democracia, ambiente e política, de forma que esses sejam mediados tendo como base uma pedagogia onde tanto o

educador como o educando, homens igualmente livres e críticos, “*aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação que vivem*” (FREIRE, 1967, p. 33) para que esse processo resulte em reflexões concretas.

Percebemos então, que tanto na EA crítica quanto no pensamento freiriano temos em toda a dinâmica social um processo educativo, não apenas o ambiente escolar é um espaço de aprendizagem, mas toda a vivência que se tem nas cidades e nos ambientes da vida cotidiana nos transmite valores, cultura e conhecimentos que estão desenhados segundo que um jogo de poderes que se transmite na própria configuração da cidade, e para Paulo Freire,

não basta reconhecer que a Cidade é educativa, independentemente de nosso querer ou de nosso desejo. A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos. Enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural e educacional, a política de saúde, a dos transportes, a do lazer. (FREIRE, 2001, p. 13)

Nossas cidades são constituídas de interesses políticos ocultos que criam obstáculos a prática da igualdade de direitos, nossa realidade estrutural não é resultado de um mero acaso, por isso, é tão importante a existência do campo crítico da EA e do pensamento freiriano, pois apenas essa leitura crítica da realidade é capaz de revelar esses interesses. Nesse sentido, é também de vital importância dentro da construção desse ideal societário, a identificação dos atores presentes nessa dinâmica, bem como seus valores, crenças, culturas, interesses ideológicos, políticos e econômicos. (Layrargues, 2014)

Retomando a ideia da construção das estruturas sociais segundo interesses dominantes do parágrafo anterior, sabemos que o território em que vivemos foi oportunamente moldado por um projeto colonizador que teve no nosso país uma

grande fonte de extração riquezas. Para o desenvolvimento de tal empreendimento de exploração, foi necessário um profundo domínio sobre a população aqui existente e a criação de uma forte hierarquização econômica, social e cultural. Para tanto, a força colonizadora tornou subalterna não só a voz dos povos nativos, mas também seus pensamentos, seus saberes. Porto-Gonçalves (2006), ao fazer referência entre o pensamento filosófico e o pensamento, nos lembra que o primeiro pode ter seu lugar e data de nascimento, mas o pensamento, não.

A crítica a essa essência discriminatória e supressora da cultura colonizada fez com que, no final dos anos 90, surgisse o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado por pesquisadores latino-americanos, que realizou um movimento epistemológico essencial para o fortalecimento do pensamento pós-colonial e formação de do pensamento crítico latino-americano através do chamado “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013).

O grupo M/C surge após uma outra construção teórica de base semelhante, o pós-colonialismo. Esse movimento se constituiu tendo como base os estudos culturais sobretudo dos continentes asiáticos e africanos das sociedades exploradas pelo neocolonialismo e imperialismo, durante segunda na metade do séc. XX. Ganhou ganha dimensão nos EUA e Inglaterra nos anos 80, propondo uma epistemologia crítica aos ideais dominante da modernidade. Paralelamente, na década de 70, um grupo de origem Sul-Asiático apresenta outro movimento que acaba por fortalecer o pós-colonialismo como movimento epistêmico, o Grupos de Estudos Subalternos, liderado pelo indiano Ranajit Guha. Em 1992, por influência de tal grupo, surge nos EUA o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos que, logo em 1998, veio a acabar por conta de discordâncias internas, onde membros mais radicais como Walter Mignolo criticavam a incoerência em se espelhar no grupo indiano, já que estes partiam da colonialidade epistêmica inglesa, Mignolo defende que os latinos deviam assumir seu próprio lugar de enunciação. Porém, já em 1998, ocorreram as primeiras reuniões com alguns membros do recém extinto grupo e estes vieram a formar o M/C. (BALLESTRIN, 2013)

A associação da EA crítica ao pensamento decolonial busca a superação do modelo de educação padronizador criado por uma ótica essencialmente europeia, que impõe uma cultura alheia aos indivíduos, busca a inserção e a valorização de saberes que emergem da própria vivência em suas comunidades. Gouvêa (2014),

nos lembra que a ética educacional eurocêntrica, entende o ‘não europeu’ como ‘não ser’, como um outro que necessita de ‘adestramento’ pedagógico. É essa lógica que pretendemos romper ao articular a EA crítica e o pensamento decolonial, demonstrar que esses povos que foram historicamente subalternizados têm seus próprios conhecimentos e tradições, são detentores de uma racionalidade que tradicionalmente desenvolveu a sociabilidade e processos educativos que contemplam a comunidade, o entorno e o ambiente. (ARBOLEDA, 2016)

Arboleda (2016) nos traz que as comunidades tradicionais latino-americanas - em especial a afrocolombiana, de onde parte sua pesquisa-, sempre dialogaram com tradições próprias, conhecimentos comunitários e desenvolveram valores coletivos. O autor coloca ainda que dentro das ciências sociais críticas, a noção de resistência é fundamental. Tais grupos desenvolveram o que Arboleda denominou de “*suficiências íntimas*”, estratégias pelas quais eles foram capazes de resistir e manter suas culturas, seus conhecimentos de como produzir seus alimentos, suas relações espirituais. Isso porque, o *câmbio cultural* enunciado nesses lugares, nada mais foi do que uma narrativa para encobrir a violência de uma imposição cultural.

A abordagem em EA aqui pretendida, situa-se a partir da tentativa de superação do pensamento abissal que contribui para *epistemicídios*¹⁷, reforçando uma lógica hegemônica e, portanto, monocultural. Boaventura de Sousa Santos destaca que, no campo das ciências, é traçada essa *linha abissal* que divide o conhecimento entre a verdade científica e a não-científica, onde é impossível a co-presença e situa de um lado dessa linha o verdadeiro, e da outra, o falso. Do outro lado, está o conhecimento dos povos tradicionais, indígenas, leigos, que podem ser enquadrados como opiniões ou crenças, nunca como conhecimento. (SANTOS, 2010)

Situamos então a EA na perspectiva desde el Sur, por entender que, como buscamos a construção de estratégias pedagógicas que considere os saberes e o contexto histórico-social dos territórios, faz-se necessário o entendimento do processo formativo da nossa sociedade e surgimento das insurgências socioambientais por ele causado, tentando sempre desvelar o que o projeto

¹⁷ Para Boaventura, o termo significa “a tentativa, muitas vezes bem-sucedida, de esmagar, suprimir, ignorar e destruir todas as formas de saber que não se enquadravam nos esquemas do saber científico moderno”.

educacional hegemônico causado sobretudo pela colonização, transformou em saberes inferiores (QUIJANO, 2010). Assim, assumimos também com caráter decolonial a Pedagogia Freiriana, já que esta propõe o ‘oprimido’ como possuidor de conhecimento e saberes relevantes para construção de uma *práxis* não ‘bancária’, de uma educação para a prática da liberdade, não da dominação.

3.2 Movimentos sociais de luta por moradia e a articulação com a Educação Ambiental crítica

O processo de libertação o qual a EA crítica busca, necessita da afirmação das identidades presentes em nosso território, Loureiro (2011) ressalta que os movimentos sociais contemporâneos são uma resposta à colonização das formas de viver pela racionalidade instrumental segundo o desejo mercantil e capitalista moderno. Para o autor, o *“papel desempenhado por esses movimentos passa a ser a articulação do problema estrutural da distribuição dos bens socialmente produzidos junto a precariedade da democracia [...] em uma sociedade marcada pela privatização da esfera pública”* (p. 82)

Ainda para o supracitado autor, os movimentos sociais trazem uma alternativa concreta e material para a crise civilizatória que vivemos e suas estratégias de mudança e transformação numa escala micro devem também estar associadas a democratização estatal e a uma reconstrução econômica, política e social para uma abordagem transformadora. Define também suas ações coletivas sob três modalidades: a primeira, denúncia, protesto e conflito; em segundo lugar, cooperação, parceria e solidariedade, e por último, construção de utopia societária ou civilizacional; sendo que é possível a coexistência de todas. (LOUREIRO, 2011)

Buscaremos aqui traçar uma teia do que oportuniza a ligação da EA crítica com os movimentos sociais, e em seguida entender alguns aspectos a respeito do histórico da luta por moradia da comunidade da Vila Autódromo, como estão atuando frente a suas demandas e sua importância nesse cenário.

A articulação entre movimentos sociais e a Educação – sob uma perspectiva crítica – acontece a medida que esses grupos, ao expor suas reivindicações por espaço social e evidenciar os conflitos e contradições, acabam por desenvolver

formas de instrumentalizar suas lutas e busca por direitos, portanto, consideramos esses espaços de conflito e essas práticas como processos educativos, pois é nele que o conhecimento ganha vida.

A ação da comunidade da Vila Autódromo, se encaixa como exemplo de tal pressuposto, pois, mesmo depois de ter a maioria de seus moradores removidos pela prefeitura, eles mantêm sua postura combativa não apenas para preservar a memória e orgulho da comunidade, mas também para mostrar e evidenciar para a sociedade a força da ação popular e ainda, o estreito laço que existe entre a resistência, a luta e a conquista de direitos. Para isso, construíram em seu próprio território, marcado pelos rastros de autoritarismo e violência, o Museu das Remoções (Foto 1). O museu é um espaço ocupado por memórias dos processos de remoção, lá estão presentes ruínas de casas e objetos de antigos moradores, entendido como um lugar de luto, também remete mais ainda a lembrança das vitórias que conquistaram, dentre elas o direito de permanecer em seus territórios.

Foto 1 – Faixa de entrada do Museu das Remoções



Fonte: Rio on Watch

Freire (1993), já considerava os 'Movimento Populares' no Brasil, Bolívia, Peru, Chile, Nicarágua e países da África, como uma escola, pois via neles um modo pelo qual as pessoas aprendiam e colocavam em prática esse conhecimento:

As pessoas aprendem a resolver dificuldades da vida e o Movimento Popular é o lugar de somar esforços. Mesmo as pessoas que pouco tempo tiveram de estudo, são convidadas a somar esforços e resolver dificuldades. É por esses caminhos que o Movimento Popular vai inovando a Educação. Ele vai resolvendo as dificuldades da vida. No bairro ou na favela. Esse movimento vai transformando o bairro, vai melhorando as condições e esse é o jeito de aprender. Nesse caminho nasce a Educação Popular. Através da Educação Popular as pessoas do bairro ou da favela aprendem a transformar suas dificuldades em melhor viver. Essa educação acontece ao mesmo tempo em que a cidade muda de cara e vira melhor viver. O Movimento Popular é a escola viva onde isso ocorre. (FREIRE, NOGUEIRA 1993, p. 66)

Esses movimentos tem a consciência de que o saber pelo saber só interessa as classes dominantes e constroem a partir das suas lutas a formação de uma outra realidade, superando a condição de oprimido, assumindo essa transformação como essencial na construção das práticas educativas, e tal valorização dos saberes populares e de povos ancestrais nos permite situar essa proposta de educação no campo da decolonialidade e buscar fundamentação no contexto social, cultural e político latino-americano, onde os movimentos populares tem construído suas identidades e educação através da resistência e das lutas populares.

Assim, buscamos pensar uma EA que possa junto com os conhecimentos advindos dos movimentos sociais, criar uma ecologia de saberes que reconheça as epistemologias emergentes dessas lutas, pois apenas oportunizando a diferença, condição natural da nossa configuração social, é possível a criação de políticas que abarquem a nossa diversidade e o estabelecimento de um pensamento auto reflexivo e contextualizado.

Pautada a discussão não só no apagamento dos conhecimentos dos indivíduos, mas também no apagamento do próprio indivíduo, Freire (1993) coloca a Educação Popular como a capacitação científica e técnica das camadas populares, e pressupõe que capacitar não é apenas fazer com que a população tome conhecimento do patrimônio cultural de uma classe dominante, mas desenvolver uma prática política que reflita com as pessoas a transformação da sociedade. Entendendo que os processos educacionais e sociais estão intrinsecamente ligados, o autor reconhece nos movimentos sociais agentes de uma Educação Popular através da luta, construção de sujeitos coletivos e uma outra visão de mundo, pois vê nesses atores e nos processos por eles desenvolvidos uma importante oportunidade de construção de conhecimento e reafirmação de direitos, onde é

desenhada uma pedagogia de resistência que nos permite a percepção do território como espaço de aprendizagem.

Tais concepções epistêmicas críticas somadas ao pensamento decolonial, fazem perceber como a escola constitui também um mecanismo da colonização que tem como um de seus instrumentos o currículo. Lopes (2015) fala sobre a unidade do atual discurso político brasileiro que relaciona qualidade a instituição de um currículo comum e explicita como as “articulações discursivas possibilitam decisões políticas, tornando complexo o jogo (de linguagem) que hegemoniza uma dada orientação curricular” (p. 454). A autora denuncia que formular conteúdos curriculares comuns implica tratar todos os estudantes como iguais, detentores dos mesmos saberes e carentes das mesmas demandas pedagógicas, dando também a esse projeto um enorme caráter homogeneizante, tal concepção é o extremo oposto das já citadas ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos e dos pressupostos da Educação Popular de Freire, que identifica conteúdo a partir das demandas e conflitos dos educandos.

Loureiro (2011) defende que é vital a associação dos processos educativos formais às demais atividades sociais de luta pela qualidade de vida, chama atenção para a prioridade na articulação do trabalho escolar ao trabalho comunitário, provocando a reflexão, o conhecimento e a ação concreta sobre a realidade em que se vive. Para Lopes (2015), as bases curriculares ainda deslocam os alunos para fora dos acontecimentos, os saberes são algo que acontece a eles, algo de onde suas experiências, sua cultura não faz parte, pois em tal proposta há a “tendência a invisibilizar experiências que contextualmente produzem possibilidades conectadas a finalidades de justiça social, melhoria da vida das pessoas, outras possibilidades de ser no mundo” (p. 460). Diante de tais reflexões, é notório perceber que dentro da proposição do pensamento decolonial e de uma episteme que se proponha a uma transformação social, é necessário pensar a construção do conhecimento a partir do conflito, não podemos aqui deslocar os pré-saberes, pensamentos ancestrais e cultura popular dos movimentos com quem pretendemos trabalhar.

Os movimentos, essencialmente mediados pela realidade social, mostram que educação está intimamente ligada a uma cultura político-pública do direito à cidade, práticas culturais, moradia e conhecimento, e que a relação cidade-educação nos abre o olhar para as outras formas de educação que acontecem fora do ambiente

escolar e promovem uma reflexão sobre as modalidades de educação que se realizam em diversos espaços. Pensar uma pedagogia popular converte-se na reflexão de como a cidade educa e constitui um universo investigativo desvelando as realidades sociais, pois “[...] o processo educativo não acontece apenas e nem principalmente nos bancos de nossas escolas. A dinâmica urbana como um todo é educativa [...]” (ARROYO, 1997, p. 25), e dela deveriam manifestar-se estratégias que fundamentam o senso de comunidade e bem-estar social.

Esses espaços, moldados pela ação social, palco um processo histórico de conflitos, contradições sociais e de poder (econômico, político e cultural) delimitam territórios (SANTOS, 2009) onde essa dinâmica socioespacial mostra a lógica excludente da ação perversa do capital sobre essas comunidades vulneráveis. Apropriando-se, portanto, da única possibilidade de existência de suas comunidades, surgem os processos de resistência pautados na comunicação, troca de saberes e construção política, pois independente da infraestrutura necessária inexistente, da necessidade dos habitantes, sujeição a condições de risco e impactos ambientais, é a lógica do capital e condição econômica que ditam onde viver e onde não viver.

Os processos educativos não-formais buscam conquistar autonomia e emancipação popular, bem como o exercício da cidadania, democracia e direitos que, em tese, todo indivíduo possui. Os diálogos entre as práticas dos movimentos sociais e a educação, diz respeito primeiro sobre a própria concepção de educação (CALDART, 2003). Quando nos referimos a educar como um processo de tomada de consciência de seus próprios direitos, nos referimos a um processo emancipatório onde a presença de uma ecologia de saberes e a perspectiva do diálogo com a educação popular de base são fundamentais para a construção de uma cultura de resistência. É importante ressaltar ainda, que, ao assumir esse papel dentro de um movimento coletivo, cada indivíduo também toma consciência da sua identidade, identidade como sem teto, como mulher, como negro, etc. Esses novos sujeitos produzem relações sociais e através delas passam a reivindicar seus direitos.

Consideramos esses atores sociais, provenientes dos movimentos populares, historicamente oprimidos e vulnerabilizados, agentes produtores do espaço urbano, que sempre construíram uma melhor e mais justa relação com seu entorno,

desenvolveram a sociabilidade e valores coletivos, e que, são as epistemologias outras ou 'epistemologias de fronteira' a saída para evitar o fundamentalismo e a monopolização do pensamento europeu e entendemos isso como libertação do estado de opressão, que por sua vez, é uma ação social e não acontece de forma isolada (MIGNOLO, 2008).

A reivindicação por moradia digna e direito a cidade é o que mobiliza e impulsiona os diversos movimentos por habitação, reforma urbana e direito a cidade, suas atuações acontecem nas áreas de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões ocupações e loteamentos. A ação desses grupos articulados acontece ao menos desde a década de 1980 e eram organizados por centrais sindicais e estudantes. Segundo a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), é característica do movimento,

a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade e a participação popular nas políticas públicas e radicalmente contra os despejos, organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo. Nesse sentido, tem enfrentado as diferentes gestões, ao longo desse tempo, buscando a negociação e a ação propositiva, sem deixar de lado as ferramentas de luta e pressão do movimento popular. (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, 2018)

Há um número considerável de movimentos por moradia no Brasil além do UNMP, dentre os quais podemos citar a Central dos Movimentos Populares (CMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), o Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), a Frente de Luta por Moradia (FLM), Movimento Luta por Moradia Digna (LMD), Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre outros.

CAPÍTULO IV – A VILA AUTÓDROMO E A LUTA POR MORADIA E DIREITO À CIDADE: Histórico e a pressão do mercado imobiliário

A Vila Autódromo é uma comunidade que se formou na década de 1960 a partir de uma colônia de pescadores que cresceu e deu início a uma pequena favela. Localiza-se ao norte da Barra da Tijuca, organizou-se como comunidade formal a partir de 1987, quando da criação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPAVA), que desde então, com sede e estatutos próprios, assume a organização da comunidade e alcança significativas melhorias na infraestrutura local como: luz elétrica, água encanada, fossas sépticas e sumidouros, telefone, registro na Marinha e no Ibama para os sessenta pescadores profissionais remanescentes, igrejas. A comunidade destaca que todos esses avanços foram conseguidos sem a iniciativa ou apoio de qualquer órgão governamental, sempre foram resultado do trabalho e organização dos próprios moradores.

Foto 2 – Vila Autódromo antes do processo de Remoção, na década de 90

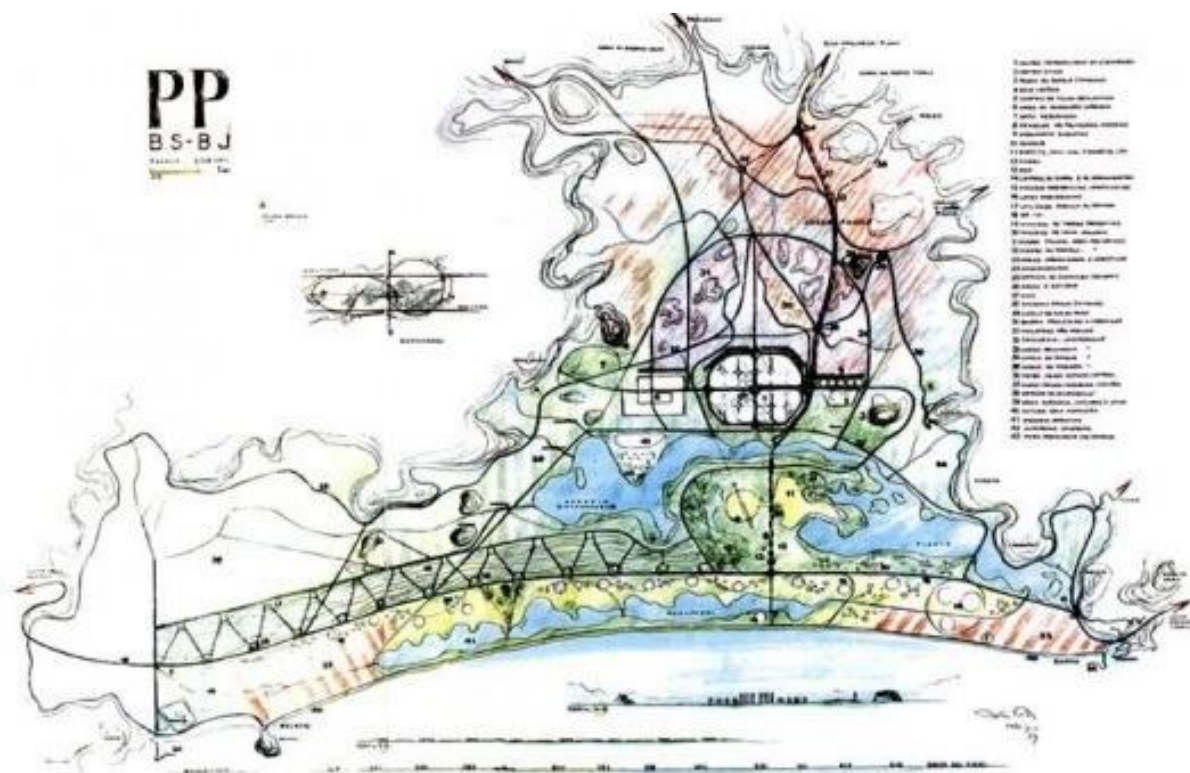


Fonte: <https://museudasremocoes.com/sobre/a-vila-autodromo/>

A Vila também abrigou famílias vindas de outras localidades, em 1989 foram assentadas na área várias famílias provenientes da Comunidade Cardoso Fontes e, em 1994, a antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do RJ assentou legalmente na Vila Autódromo mais sessenta famílias.

A Vila Autódromo faz parte de uma região para a qual, em 1969, foi elaborado um Plano Piloto (Figura 7) pelo arquiteto Lúcio Costa a pedido do então governador do estado Negrão de Lima. Tal plano tinha como meta planejar a ocupação da área dessa área (compreendida entre Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá) associada a preservação do meio-ambiente. (SILVA, 2004) Para Lúcio Costa, na época, o processo de ocupação já era irreversível, pois a ocupação de São Conrado e o surgimento de comunidades em volta, fez com que o mercado imobiliário concentrasse seu crescimento no sentido Barra da Tijuca.

Figura 7 – Plano Piloto projetado por Lúcio Costa em 1969



Fonte: Redondo, 2009

Essa região apresenta uma condição geológica especial, é cercada pelos Maciços da Tijuca e Pedra Branca nas laterais e sua extensa planície tem como

base uma faixa de praia do litoral Atlântico, possui ainda brejos, matas paludosas e florestas ombrófilas. Por tal conformação, foi, em 1976, classificada como Zona Especial 05 (ZE-05)¹⁸ pelo Decreto nº 322, porém, em 1981 foi publicado Decreto nº 3.046 que cria arcabouço jurídico para flexibilizar o Plano Piloto conservacionista e estabelece que a ZE-05 seja regida por decretos específicos. (SESANA, 2010)

A partir de 1993, com a vitória de Cesar Maia para prefeito do Rio, entre em cena um novo modelo de gestão para cidade. Em sua primeira gestão (1993 – 1996) o prefeito buscou se alinhar com a economia global e assumir uma postura modernizadora que buscava inserção no mercado global através do auxílio de instituições internacionais como o Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Faulhaber e Azevedo (2015), o período foi marcado por uma estratégia de planejamento urbano que, sob justificativas técnicas e ditas neutras, esvaziou os debates e a participação social, descumprindo assim os direitos básicos de participação social pela oportunidade do progresso.

A gestão de César Maia foi marcada pela disseminação de um modelo de desenvolvimento político que tinha como essência o empreendedorismo urbano, fundamentando todos os planos estratégico e de turismo na busca em tornar a cidade atrativa para o turismo e grandes eventos internacionais. Nesse sentido, a estratégia se volta para os potenciais econômicos e culturais e na transformação dos pontos fracos da cidade para torna-la global, atrativo e competitivo. Para tais transformações, uma reforma política e administrativa que minimize a oposição “executivo – legislativo” e “público – privado” passa a ser umas diretrizes do poder municipal, (BIENENSTEIN; SÁNCHEZ; MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2011) bem como a busca pela realização de eventos esportivos e culturais de grandes proporções.

Esse direcionamento de cidade empreendedora trouxe grandes consequências para as comunidades radicadas nas áreas em expansão. Em 2006 é decretada a Lei Complementar (LC) nº 79/2006, cujo Projeto de Lei Complementar (PLC) 72/2004 – conhecido como PEU (Projeto de Reestruturação Urbana) Vargens – havia sido

¹⁸ Áreas com características naturais e/ou culturais relevantes, cujas regras de ocupação estão submetidas a um viés conservacionista

vetado pelo então prefeito César Maia. Já em 2009, sob a justificativa de que a Lei de 2006 não havia sido posta em prática, a gestão do prefeito da época, Eduardo Paes apresenta um novo PLC, conseguindo, em tempo recorde a aprovação da Lei Complementar nº 104/09, cujas diretrizes orientam agora o PEU Vargens. Como mencionado no Capítulo 2, o PEU que estabelece as regras urbanísticas dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, e de parte dos bairros de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes (área de aproximadamente 50 km² de extensão aproximadamente, cinco vezes maior que a dos bairros do Leblon, Ipanema e Copacabana juntos), mudou as diretrizes de ocupação desses bairros incentivando construções formais e grandes empreendimentos e desfavorecendo ocupações irregulares, prática recorrente da região.

É importante ressaltar que tal lei foi sancionada em meio a questionamentos e manifestações contrárias de arquitetos, urbanistas, ambientalistas e parlamentares que alertavam para os riscos sociais e ambientais de uma mudança tão brusca de legislação. E ao que tange os aspectos jurídicos, a jurista e professora Sônia Rabelo, analisa o PLC e produziu uma lista apresentando 7 ilegalidades presente no PEU Vargens:

1. Desobedece ao Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, por descumprir a diretriz contida no art.2, IX que determina que toda a legislação e gestão urbanística deve atender à “justa distribuição de ônus e benefícios do processo de urbanização”. Este projeto de lei atribui aos proprietários de terras daquela área enormes benefícios econômicos, e gratuitos, por meio de altíssimos índices de edificabilidade básica, diversificada, e sem qualquer contrapartida!
2. Desobedece ao Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, art.43, quando aprova um projeto de lei urbanístico sem qualquer consulta ou participação popular em seu processo de elaboração, contrariando o princípio constitucional da gestão democrática da cidade.
3. Desobedece ao Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, na sua diretriz contida no art.2, inc.VI, g, e inc.XII e XIII, pois induz e permite a ocupação de áreas ambientais frágeis, alagadas, e com efeitos potencialmente negativos e prejudiciais sobre o meio ambiente natural, o conforto e a segurança ambiental da população.
4. Desobedece ao Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, na sua diretriz contida no art.2, inc.VI, c, bem como à lei federal 6766/79, pois estabelece parcelamento do solo e índices construtivos excessivos e inadequados em relação à infraestrutura correspondente na área, podendo causar seríssimos custos e prejuízos a toda população carioca.
5. Desobedece ao Estatuto da Cidade, no seu art.28 e 35, quando introduz, e aplica de forma inadequada e errônea os instrumentos da

outorga onerosa do direito de construir, e a sua transferência, sem atender o preceito do índice básico preferencialmente uniforme para todos, e especialmente sem a previsão destes instrumentos no Plano Diretor da Cidade!

6. Afronta a Constituição Federal, pois desrespeita sua determinação de que é o Plano Diretor da Cidade o instrumento básico de desenvolvimento urbano, não podendo nenhuma outra lei, ainda que da mesma hierarquia, modificar, alterar, ou introduzir novos indicadores de uso e ocupação do solo, ou uso de instrumentos urbanísticos sem prévia especificação neste Plano geral da cidade.
7. Afronta a Constituição Federal por ter a Câmara Municipal proposto um lei que materializa um PLANO de desenvolvimento para a cidade e, por isso, com conteúdo próprio de elaboração técnica, e portanto executiva, conforme está previsto no art.48,IV c/c art.21,IX da CF que é norma constitucional paradigmática para toda a Federação. (RABELO, 2009)

O Estatuto da Cidade¹⁹ que a jurista cita, constitui um marco no planejamento urbano no Brasil por estabelecer que a cidade e a propriedade urbana devem, necessariamente, cumprir uma função social. Isso significa que é dever da gestão urbana garantir o direito à moradia, ao transporte, saneamento, lazer e exercício da cidadania, e que qualquer modificação na legislação deveria ser, na verdade, para salvaguardar tais direitos. O Estatuto também faz relação direta entre a distribuição territorial da população e as atividades lá desenvolvidas, observando os efeitos destas sobre o meio ambiente, o que significa considerar o impacto de toda ocupação e o direito das pessoas que nela habitam a um ambiente seguro, socialmente justo e equilibrado. (NAME, 2010)

Em suma, sugerem que deve ser considerado no planejamento urbano a conexão entre o adensamento populacional, a disponibilidade de recursos, a satisfatória oferta de moradia, os impactos ao meio ambiente e os usufrutos dos serviços ecossistêmicos de forma sustentável. No campo legal, significa ainda que o conjunto desses direitos são classificados como difusos, ou seja, pertencem não a um grupo identificado, mas a todos, independente de classe social, gênero, cor ou inclinação religiosa. Coloca também, no município, a responsabilidade pela gestão de um ordenamento territorial adequado, sendo o município, portanto, encarregado de elaborar e efetivar a política urbana, e fazer cumprir, através do Plano Diretor (PD) e das leis que dele devem derivar, a função social do solo urbano e da propriedade. (NAME, 2009)

¹⁹ Lei Federal n. 10.257. Brasil, 10 de julho de 2001.

O intuito explícito do Estatuto é dar autoridade e legitimidade para que o município atue contra a especulação do mercado imobiliário, a degradação do espaço urbano e a devastação ambiental, indicando que haja sempre participação popular e instauração dos mecanismos de controle social, de forma a garantir de forma justa os benefícios e encargo dos processos de urbanização, tendo em vista também a proteção desses direitos às populações futuras.

Ainda que o PEU Vargens possua artigos onde há menção do Estatuto das Cidades, vemos na análise exposta por Rabelo (2009), que ele não segue várias de suas prerrogativas. A mudança de parâmetros autorizou um aumento exponencial do potencial construtivo em uma área de sabida precariedade de infraestrutura urbana e fragilidade ambiental, além de representar um espaço que cumpre várias funções ecossistêmicas: permitir que as águas das chuvas alimentem o lençol freático; estabilizar as encostas; e atrair fluxos migratórios de várias espécies de aves. (MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010)

Para Montezuma e Oliveira (2010), a aprovação do PEU foi um grande vetor para alteração radical das condições ambientais da região, acelerando ainda mais o processo de desenvolvimento de atividades urbanas e contribuindo para a degradação do ecossistema florestal presente na região cujo quadro de ocupação foi formado a partir da expansão da construção de condomínios de luxo acompanhada pelo também crescimento da cidade informal (representada pelas favelas, invasões e construções precárias em áreas de risco, praticamente todas as favelas ali existentes seguiram os movimentos de crescimento da cidade formal).

Os condicionantes do sistema encosta (maciços da Pedra Branca e Tijuca) - planície acompanhado por 21km (Figura 8) de orla marítima faz com que os rios que drenam a área da Baixada desçam, em alguns casos, até 1000m de altitude com mudanças bruscas de declividade ao atingir a planície, provocando um processo de erosão das encostas que é agravado pelo processo de erosão antrópica causada pela crescente urbanização, resultando em frequentes enchentes, principalmente em Jacarepaguá e entorno das lagunas. Nesse contexto, o sistema florestal desempenha um papel determinante na estabilidade das encostas e a degradação dele modifica a condição hidrológica das encostas. Os principais agentes diretos de destruição desse sistema no Maciço da Pedra Branca são os incêndios, o

desmatamento, a ocupação de encostas e a deposição de poluentes. (MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010)

Figura 8 – Baixada de Jacarepaguá, com divisões dos bairros em amarelo



Fonte: NAME, CARDEMAN, 2014

Em análise sobre os ecossistemas na baixada de Jacarepaguá, Montezuma e Oliveira (2010) revelam que, na planície, há o predomínio de floresta ombrófila densa ou mata paludosa com solo orgânico tipo trufa, constantemente encharcado de água doce, e chamam atenção para o fato de que esta é um tipo de floresta que quase não é mais encontrada, sendo as que estão no entorno das lagoas do Camorim, Tijuca e Jacarepaguá as poucas remanescentes. Nas margens das lagoas, há ainda banhadas ou brejos onde predominam a taboa (*Thypha sp.*), o piri (*Cyperus giganteus*), o lírio do brejo (*Hedychium coronarium*), assim como gramíneas, ciperáceas, aráceas, gêneros *Anthurium* e *Phyllodendrum*, bromélias e plantas aquáticas como as ninfeáceas, constituindo áreas com papel fundamental na preservação de espécies em escala global, pois são ainda áreas naturais de pouso de aves migratórias. Planície de grande extensão, a região de Jacarepaguá possui depósitos arenosos que viabilizam a ocorrência de ecossistemas de restinga que

abrigam diversas espécies de aves, mamíferos, roedores e marsupiais. Há ainda, devido a saturação hídrica, ecossistemas de manguezais (Figura 9).

É importante destacar que cada ecossistema presente na forma um mosaico de espécies que não apenas estabelecem relações que garantem a sua sobrevivência, mas também resultam na regulação de processos naturais fundamentais para a comunidade que vive no entorno, tais como: regulação do ciclo hidrológico, contenção de encostas, amenização climática, etc. (MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010)

Figura 9 – Principais ecossistemas remanescentes na Baixada de Jacarepaguá em 1999: áreas úmidas (brejos e matas riparianas), manguezais e restingas



Fonte: MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010

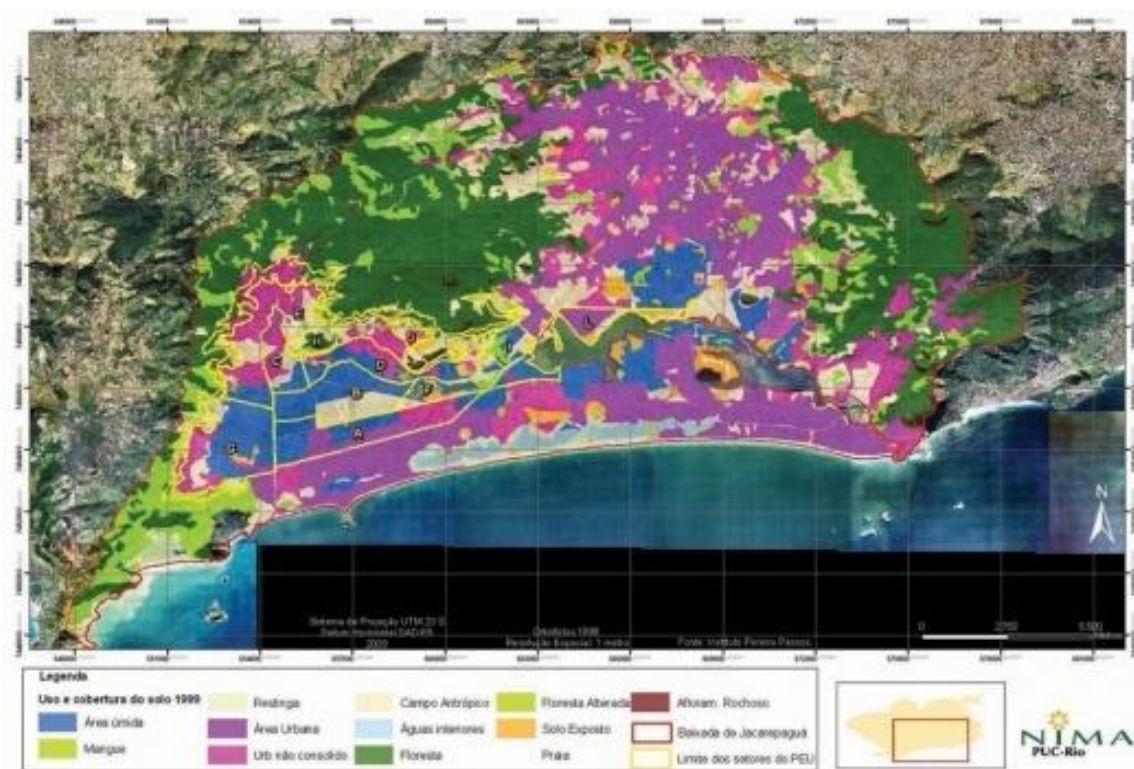
Acontece que, tanto a escala da paisagem (diversidade de ecossistemas), quanto a escala dos ecossistemas (perda das populações destes) vem sendo reduzida, pois a supressão de vegetação e ocupação humana acompanhada da necessária construção de infraestrutura, gera, conseqüentemente, o avanço das barreiras antrópicas. Grandes impactos e transformações tem a tendência a levar algumas das espécies de animais e plantas que já se encontram reduzidas à extinção, comprometendo também a manutenção, equilíbrio e sustentabilidade

ecológica que esses ecossistemas garantem a população. (MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010)

Destacamos que é inquestionável a necessidade de se estabelecer novas regras ocupacionais dado o crescimento populacional e consequente necessidade de reforma e reestruturação urbana. O que sobretudo se questiona, além da já citada falta de participação da sociedade em geral, é o considerável aumento dos potenciais construtivos da área sem que tenha sido considerada toda a condição natural da baixada, a posição geográfica de seus sistemas e a dimensão biológica da biodiversidade que ainda habita nos ecossistemas remanescentes.

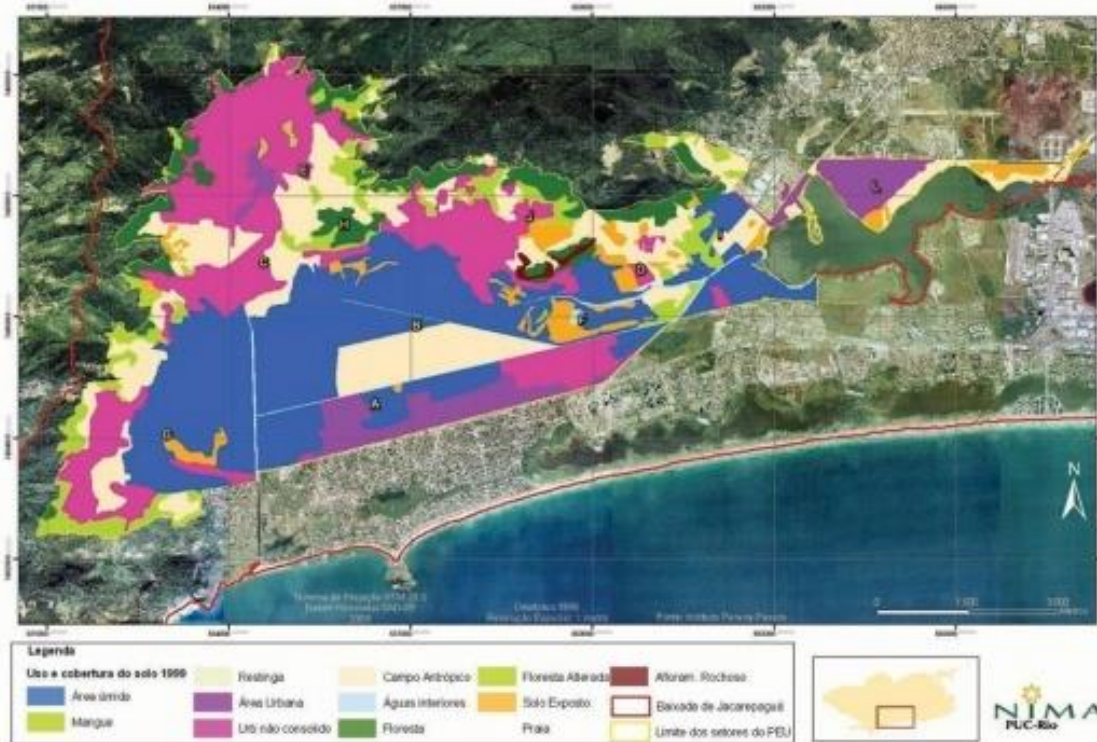
É possível notar na Figura 10 as áreas com ocupações já estabelecidas ou em consolidação na Bacia de Jacarepaguá, destacando as áreas úmidas, brejos e a região a esquerda, onde fica situada a Vila Autódromo, Riocentro e outros equipamentos urbanos. Já na Figura 11, percebemos que o novo zoneamento definido no PEU Vargens não leva em consideração sequer essas áreas já ocupadas, determinando como áreas úmidas até mesmo espaços com ocupações já estabelecidas.

Figura 10 – Uso e Cobertura do Solo da Bacia de Jacarepaguá



Fonte: MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010

Figura 11 – Uso do solo na área do PEU Vargens



Fonte: MONTEZUMA e OLIVEIRA, 2010

Name e Cardeman (2014), em uma análise comparativa entre os índices edilícios da LC 79/2006 e LC 104/09 (Tabela 3) demonstram as diferenças entre as duas normas. A LC 104/09 inclui a possibilidade de mecanismos de contrapartida através do pagamento da 'outorga onerosa do direito de construir', que nada mais é do que pagar pela autorização de construir com acréscimos ao potencial construtivo. Esses acréscimos são conseguidos através do aumento das taxas de ocupação e índices de aproveitamento e a diminuição dos tamanhos dos lotes mínimos (causando mais adensamento) e das taxas de permeabilidade do solo (provocando o aumento das áreas impermeáveis). É importante ressaltar que a LC 79/2016 previa o uso da outorga onerosa - o instrumento jurídico-político e tributário está previsto no Estatuto das Cidades - porém, jamais havia sido aplicado. No PEU Vargens, todos os setores permitem a utilização outorga, demonstrando que, como destacam os autores, independente do potencial que será utilizado, a lei traz a possibilidade de grandes transformações na paisagem, não apenas pela mudança tipológica e adensamento populacional, que estão à mercê do mercado, mas também da profunda incompatibilidade com a infraestrutura existente na área.

Tabela 3 - Comparação entre os parâmetros urbanísticos da LC 79/06 e LC 104/09, incluindo sem contrapartida (SC) e com contrapartida (CC)

Setor	LC 79/06						LC 104/09									
	Gabarito	IAT	Taxa de Ocupação	Taxa de Permeabilidade	Lote Mínimo	Gabarito	IAT	Taxa de Ocupação	Taxa de Permeabilidade	Lote Mínimo	Gabarito	IAT	Taxa de Ocupação	Taxa de Permeabilidade		
Lote Mínimo																
A	525 m ²	3 pisos	0,6	50%	40%	525 m ²	3 pisos	0,6	30%	525 m ²	6 pisos	3	75%	20%		
B	360 m ²	6 pisos	1,5	50%	50%	360 m ²	6 pisos	1,5	50%	360 m ²	9 pisos	3	50%	50%		
C	600 m ²	3 pisos	0,75	40%	50%	360 m ²	3 pisos	0,75	40%	360 m ²	3 pisos	1,2	60%	30%		
D	360 m ²	3 pisos	1,2	60%	30%	360 m ²	3 pisos	1,2	60%	360 m ²	4 pisos	2,4	60%	20%		
E	600 m ²	3 pisos	2,25	50%	30%	600 m ²	6 pisos	2,25	50%	600 m ²	6 pisos	2,5	60%	30%		
F	360 m ²	6 pisos	1	50%	50%	360 m ²	6 pisos	1	50%	360 m ²	8 pisos	2,5	50%	50%		
G	ZUM 1	360 m ²	3 pisos	60%	30%	1.000 m ²	4 pisos	1,2	35%	1.000 m ²	4 pisos	1,5	35%	60%		
	ZUM 2	1.000 m ²				4 pisos	2	60%	180 m ²	4 pisos	2	60%	180 m ²	8 pisos	3	30%
	ZUM 3	1.000 m ²				4 pisos	2	60%	180 m ²	4 pisos	2	60%	180 m ²	8 pisos	3	10%
	ZRU	1.000 m ²				2 pisos	0,4	20%	5.000 m ²	2 pisos	0,4	20%	5.000 m ²	2 pisos	0,4	20%
H	10.000 m ²	2 pisos	0,2	10%	80%	5.000 m ²	2 pisos	0,4	20%	5.000 m ²	2 pisos	0,4	20%	60%		
I	1.000 m ²	18 pisos	3	30%	15%	1.000 m ²	13 pisos	1,5	30%	1.000 m ²	18 pisos	3	50%	20%		
J	1.000 m ²	12 pisos	3	30%	60%	-	15 pisos	0,75	-	-	15 pisos	3	-	-		
L	ZUM 2	parcelamento não permitido														
	ZUM 3	parcelamento não permitido														

Fonte: NAME, CARDEMAN, 2014

A vila Autódromo já tinha sua história marcada por mais de 20 anos de ameaças de remoção, e, por ventura desse intenso processo de reestruturação das leis urbanas, reformas e redefinições espaciais por qual passou a Barra da Tijuca, a comunidade foi fortemente envolvida num processo de sucessivos embates jurídicos que fez com que parte dela fosse removida.

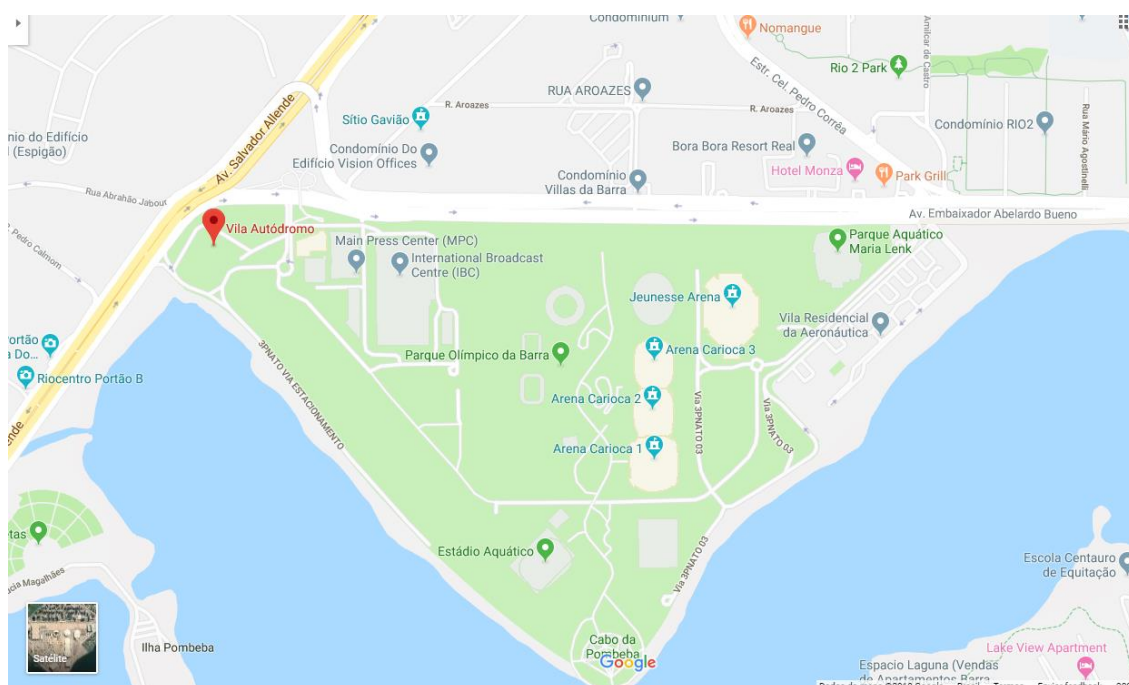
Em 1992, durante mandato de Leonel Brizola, o Governo do Estado de Rio de Janeiro começou um cadastramento socioeconômico através da então Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF) que deu início ao processo de regularização fundiária da Vila Autódromo, porém, em 1993, sob a administração de César Maia, a prefeitura do Rio de Janeiro moveu uma Ação Civil Pública (ACP) para a remoção da Vila alegando dando urbano, estético e ambiental. Mas, apesar da pressão do então prefeito, no ano seguinte a comunidade conseguiu, através do Programa “Meu pé no chão”, que o Estado do Rio de Janeiro outorgasse 85 títulos de concessão real de uso da terra, pelo prazo de 30 anos, depois estendidos para 99 anos e renováveis por mais 99 anos, e , entre 1997 e 1998, o Estado – agora no governo de Marcello Alencar -, outorgou mais 162 termos assegurando a permanência dos moradores. (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2018)

A transição que fez o planejamento dessa região passar de um Plano Diretor com caráter funcional para um ordenamento estratégico fez com que esse espaço atendesse perfeitamente os interesses de mercado e se configurasse como uma área apta a receber grandes eventos. Sendo assim, no começo dos anos 2000 a realização de megaeventos esportivos começou a figurar na pauta das políticas urbanas da cidade, e em 2002 o Rio de Janeiro foi escolhido como cidade sede dos Jogos Pan Americanos de 2007.

Toda essa conjuntura fez com que o espaço onde está situada a Vila Autódromo se transformasse em alvo de disputa, pois a presença da Vila naquele lugar, além de dificultar sua utilização para construção da estrutura dos Jogos, representava uma estética que o governo não queria ver transmitida mundo afora. E ainda, como vimos no Capítulo 2, o profundo vínculo entre construtoras e empreiteiras com a gestão municipal - tanto por meio das parcerias público-privadas, quanto pela doação direta à campanha do então prefeito, Eduardo Paes - fez com que o poder público optasse por favorecer e defender os interesses de mercado, se posicionando contra a permanência da comunidade.

Para a área onde está situada a Vila Autódromo foi planejada a construção de um complexo esportivo o qual integrava o Velódromo o Parque Aquático Maria Lenk e estádio poliesportivo HSBC Arena (Figura 12). Esse projeto estimulou intensamente o processo de expansão urbana da área, fazendo com que pressão do mercado imobiliário se intensificasse, porém, apesar de toda ameaça, os moradores continuaram resistindo e em 12/01/2005 a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro decretou parte da comunidade Área de Especial Interesse Social²⁰ por meio da Lei Complementar nº 74/2005. (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2018)

Figura 12 –Vila Autódromo e os equipamentos construídos para os megaeventos (Jogos Pan Americanos 2007 e Olimpíadas 2016)



Fonte: Google Maps, 2018

Em 2009, na ocasião de nova escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar um megaevento, dessa vez as Olimpíadas de 2016, ressurgiu, mais uma vez as ameaças de uma remoção compulsória. Segundo dados do Plano Popular da Vila

²⁰ Lei incorporada ao Estatuto da Cidade em 2001, As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária. Devem estar previstas no Plano Diretor e demarcadas na Lei de Zoneamento

Autódromo²¹, em 08/10/2009 a Prefeitura anuncia que, visando a realização das Olimpíadas de 2016, cerca de 3500 famílias de 6 comunidades das Zonas Oeste e Norte da cidade seriam removidas, dentre elas estava a Vila Autódromo. O Plano de Legado Urbano e Ambiental²² da Prefeitura, a área da Vila serviria para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende. (COMITÊ POPULAR DO RIO, 2018)

Alinhado aos objetivos do Plano de Legado, o Plano Estratégico de Governo 2009-2012 apresentando por Eduardo Paes em 05/12/2009, coloca como objetivo da gestão reduzir em 3,5% as áreas ocupadas por favelas no Rio e a Vila Autódromo passa a fazer parte de uma lista de 119 favelas a serem removidas integralmente até 2012 para atender a essa estimativa.

No decorrer de todas essas ameaças, os moradores da Vila Autódromo sempre apresentaram resistência às tentativas de remoção, reafirmando a todo momento o direito de a comunidade continuar existindo. Em alguns momentos a comunidade, através de ações e protestos, conseguiu articular reuniões com o prefeito e secretário especial da Rio 2016 para negociar sua permanência na área. Essas reuniões também tinha a presença da Defensoria Pública e de outros movimentos contrários à remoção, nelas, o prefeito e o secretário, apesar de se colocarem a disposição para o diálogo, reafirmavam sempre suas posições de remover a Vila Autódromo para regiões vizinhas, e apresentavam ainda justificativas como a impossibilidade de urbanização da Vila por ela estar situada entre dois rios ou, a necessidade de se criar uma área livre junto ao perímetro do Autódromo e a faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá por questões de segurança. Todos esses argumentos foram consistentemente refutados por um parecer elaborado pela

²¹ Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, social e Cultural construído pelos próprios moradores onde decidem sobre os objetivos, programas, projetos, alternativas e prioridades da Vila Autódromo. O PPVA afirma o direito e a possibilidade da permanência da comunidade na área atual e rejeita a remoção involuntária de qualquer morador. Contou com a assessoria com a assessoria do NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense). Fonte: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaautodromo.pdf>

²² O Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio 2016 é um documento elaborado pelo Comitê Especial de Legado Urbano (CELU), constituído pelo decreto nº 29.398/08, sob coordenação da Gerência de Macroplanejamento (GMP), da Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano (CGPU). Atribui a SMU a tarefa de coordenar a proposta de legado urbano no âmbito da candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos em 2016.

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=138922>

equipe técnica de apoio à Defensoria Pública, que também subsidiou uma notificação enviada ao Comitê Olímpico Internacional em meados de 2010. (COMITÊ POPULAR DO RIO, 2018)

Como a LC nº 74/2005 transformou a região da Vila Autódromo em Área de Especial Interesse Social, a retirada da comunidade só seria permitida em caso de desastres naturais ou da necessidade de construção de infraestrutura urbana como sistemas viários, equipamentos e instalações públicas e sociais. Sendo assim, a Prefeitura do Rio usou a construção do Terminal Centro Olímpico como justificativa para remoção de mais de 50. O projeto, bastante questionado pelos moradores, tem arquitetura no mínimo curiosa e pouco prática, pois a estação em si está situada de um lado da via, e a bilheteria, ligada à plataforma por uma longa passarela, no lado oposto (Figuras 3 e 4). Além da longa caminhada até a estação, o deslocamento da bilheteria para o terreno adjacente à comunidade – aspecto que tornou necessária a remoção – não permitiu que a estação ficasse fechada, permitindo que qualquer pedestre que esteja passando por aquele lado entre diretamente na estação (Figura 08).

Foto 3 – Vista da Vila Autódromo na saída do Terminal Centro Olímpico, após percorrida a passarela



Fonte: A autora, 2018

Foto 4 – Passarela que liga a plataforma do Terminal Centro Olímpico a bilheteria



Fonte: A autora, 2018

Essa foi uma das estratégias utilizadas para que fosse possível a remoção da comunidade. Em outros momentos, além da tentativa de convencimento dos moradores por parte de funcionários da prefeitura, chegou a ser oferecido um ressarcimento que supostamente correspondia ao valor de mercado que as casas possuíam. Em março de 2015, moradores relatavam que a prefeitura oferecia individualmente a alguns a compensação de mais de R\$ 1 milhão, em alguns casos quase R\$ 2 milhões, promovendo especulação e confusão entre as ofertas e fazendo com que a luta fosse fragmentada. (RIO ON WATCH, 2018)

Outra tática utilizada pela prefeitura foi um anúncio oficial feito pelo prefeito Eduardo Paes informando que as remoções seriam canceladas quando na verdade a intenção era de que elas continuassem a acontecer. O objetivo desse plano era fazer com que a comunidade, acreditando não correr mais riscos, desorganizasse sua resistência e assim seria possível que as demolições acontecessem. Além dessas estratégias, os moradores também foram resistiram a momentos de desinformação para causar insegurança e corte de serviços públicos. (RIO ON WATCH, 2018)

Estimou-se que, até 2015 foram removidas cerca de 22.059 famílias (aproximadamente 77.000 indivíduos) em todo Rio de Janeiro sob as alegações de ocupações em áreas risco, proteção ambiental, obras de urbanização e infraestrutura de transporte e construções para megaeventos. (RIO ON WATCH, 2018) Na Vila Autódromo, das mais de 500 famílias inicialmente presentes no local,

apenas 20 resistiram a um longo e demorado processo de remoções (Figura 13), quando finalmente em 2016, a poucos meses da realização das Olimpíadas, o prefeito anunciou a urbanização da comunidade através da construção de 20 novas casas e demolição das remanescentes. A comunidade destaca que apesar dessas casas representarem apenas 3% do que era a comunidade, é fundamental reconhecer a importância dessa conquista:

Não somos uma ameaça ao meio-ambiente, nem à paisagem nem à segurança de ninguém. Somos uma ameaça apenas a quem não reconhece a função social da propriedade e a função social da cidade. Ameaçamos quem quer violar nosso direito constitucional à moradia. Somos uma ameaça apenas para os que querem especular com a terra urbana e para os políticos que servem a seus interesses. (COMITÊ POPULAR DO RIO, 2018)

Figura 13 – Cronologia do processo de remoção da Vila Autódromo e modificação das áreas adjacentes

2009 Rio é anunciada como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016



2013 Prefeito se compromete com a permanência dos moradores



2014 5 casas são demolidas



2015 400 famílias são removidas



2016 Moradores e prefeito firmam acordo de permanência e urbanização



2016 Museu é inaugurado



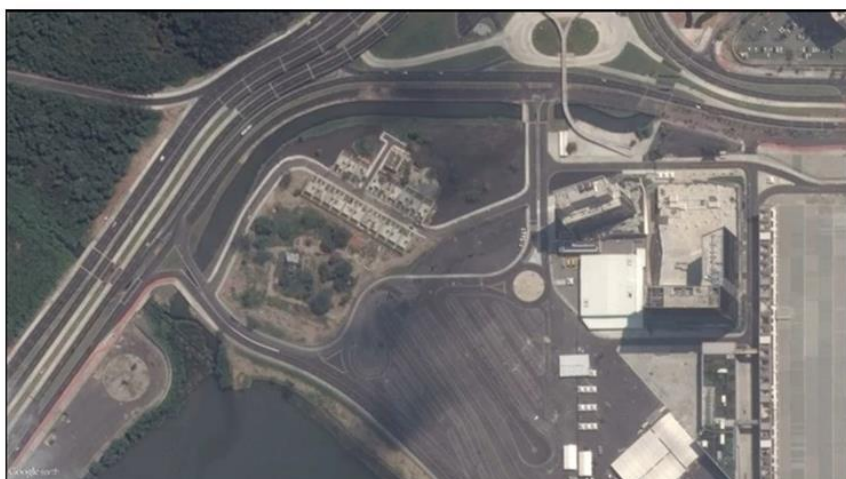
2016 20 famílias recebem
as chaves



2016 Início dos Jogos
Olímpicos de 2016



2016 Fim dos Jogos
Olímpicos de 2016



Fonte: adaptado, VILAAUTODROMOSTREETVIEW.COM

CAPÍTULO V – A LUTA PELO DIREITO A FICAR: a Educação Ambiental Crítica e o Direito a Cidade

Desde 2002, quando o Rio de Janeiro foi anunciado como cidade sede dos Jogos Pan Americanos de 2007, os moradores da Vila Autódromo iniciaram um processo de resistência comunitário que se estendeu para além do momento das conquistas, mesmo hoje, após a comunidade ter sido urbanizada e seu direito àquele espaço devidamente reconhecido, eles continuam se colocando como palco de uma disputa pelo território, pelo direito à cidade, e se veem incumbidos da tarefa de manter um processo de resistência ativo, latente e atento às violações de direitos e ao apagamento de suas lutas e conquistas.

Em uma das primeiras reuniões que participei na Vila Autódromo, uma das líderes do movimento contava que tudo começou quando os moradores entenderam que eles *“tinham direito a dizer que queriam permanecer ali”*, e a partir da consciência desse direito, a cada fato que acontecia, a cada notícia que recebiam, se reuniam imediatamente com os que estavam presentes e articulavam uma nova ação que visibilizasse sua luta e fizesse frente à remoção.

Observando todo o processo a que foi submetida a Vila Autódromo, a presença de uma estrutura e união comunitária entre os moradores fica evidente. É perceptível a existência de quase que uma unidade de pensamento e a presença de objetivos bem definidos. Tais características correspondem ao que Dussel identifica como *“tornar-se potente”*, destacando que, sem a organização, o poder do povo é apenas uma possibilidade, mas quando é formado um sujeito coletivo, essa possibilidade torna-se mais factível, mais próxima de uma realidade concreta:

“A práxis de libertação não é solipsista, efetuada por um sujeito único e genial: o líder. É sempre um ato intersubjetivo, coletivo, conhecimento recíproco (que não nega a liderança, como indicamos, mas que deixa pra trás o vanguardismo). É uma ação de “retaguarda” do próprio povo, que educa os movimentos sociais em sua autonomia democrática, em sua evolução política, em ser atores mutuamente responsáveis por seus destinos. O político libertador, o intelectual orgânico de A. Gramsci, é mais um promotor, um organizador, uma luz que ilumina um caminho que o povo em seu caminhar constrói, desdobra, aperfeiçoa.” (DUSSEL, 2007, p. 119)

a) O conhecimento trazido pela luta

É fato que a luta contra a remoção modificou a vida da comunidade por completo, mais de 500 famílias foram removidas, apenas 20 permaneceram e seguem reivindicando a memória da comunidade através de ações contínuas e eventos na comunidade, participações em eventos, palestras em museus, universidades e eventos em geral, na criação e manutenção do Museu das Remoções.

Em “*Que Fazer?*” Paulo Freire e Adriano Nogueira (1993) já defendiam os movimentos sociais como o espaço legítimo da existência de uma Educação Popular, pois é onde se dá o exercício de uma prática libertadora, onde o indivíduo percebe seu lugar na sociedade e desenvolve a consciência da sua condição como ser histórico. Partindo desse pressuposto, um dos eixos dessa investigação foi a identificação do que a luta trouxe de conhecimento emancipatório, capaz de promover um processo de capacitação suficiente para aqueles indivíduos exercerem seu papel de sujeito de direitos, de cidadania. No momento da entrevista, quando perguntada sobre o que a luta ensinou a Maria*, ela conta:

*“Muita coisa, muita coisa! Essa luta ela me transformou, realmente, assim, como pessoa. Ela descortinou pra mim muita coisa, **a partir da resistência contra a remoção da Vila Autódromo eu compreendi o funcionamento da cidade**, comecei a compreender a formação urbana da cidade do Rio de Janeiro e a partir da cidade do Rio de Janeiro, do mundo. Porque você começa a entender como essa cidade foi construída, organizada, como ela é administrada até hoje e você percebe que o mesmo acontece no mundo inteiro, que **faz parte de um sistema elitista, capitalista que organiza a cidade para beneficiar uma pequena parte da população**, que é aquela que detêm o grande capital e manter a grande massa na pobreza para que eles possam continuar tendo sua mão de obra barata, suas construções, seus serviços básicos garantidos e até mesmo sua renda, porque o pobre também paga impostos.”*

A experiência do que aconteceu com os moradores da Vila Autódromo mostra na prática a ação de uma política hegemônica que mercantiliza o solo e coloca a moradia como um bem privado, submetido a uma relação agressiva de espoliação para o lucro imobiliário. Esse processo gera o desenvolvimento desigual das cidades, como defende Santos Júnior (2017), cria uma estrutura espacial de poder hierarquizando as relações com o espaço de acordo com o grupo a qual se pertence

e impede o acesso de certas classes a uma vivência urbana (MARICATO, 1995), ocultando, mais tarde, todo o impacto causado a essas populações (FAULHABER, 2015).

Considerando a urbanização como o agente propulsor dos processos de transformação social na cidade (LEFEBRVE, 2016), urbanizar com a intenção de tornar o espaço lucrativo – tal qual a proposta que buscava a remoção da Vila Autódromo – acaba por aprofundar a pobreza e a falta de acesso da população que já vivia em um espaço com limitações e carência de infraestrutura, e isso ficou claro para a comunidade da Vila Autódromo em seu processo de resistência. Esse entendimento, segundo Maria, veio quando ela e seus vizinhos se engajaram na batalha por permanecer na Vila Autódromo:

*“Mas a essa grande parcela – os pobres – é destinada a parte da cidade que **não tem urbanização, não tem infraestrutura, não tem saneamento básico, não tem moradia digna.** A essa grande massa da população é destinada as áreas abandonadas da cidade e a parcela pequena da população que detêm o capital ficam com as áreas nobres.*

*No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, que é uma cidade que tem uma história de escravidão, que foi construída através da escravização de uma população imensa, e após a abolição essa população é despejada na rua sem direito a nada, sem lugar pra morar, sem ter o que comer, sem ter nada. Então eles vão ocupar essas áreas abandonadas, construir essa estrutura para poder habitar e **a partir do momento em que essas áreas vão sendo valorizadas, essa população vai sendo removida, expulsa, vai para outra área abandonada e novamente construir lá e mais uma vez expulsos de lá também e assim vai... E essa pequena parcela da sociedade que detêm o capital vai se beneficiando do abandono, da exploração dessa população que vai sendo jogada de um lado para outro da cidade.***

*Tudo isso eu compreendi a partir da luta, porque antes, sempre fui uma pessoa com uma certa militância, em áreas diferentes, mas **tudo fez sentido pra mim a partir da luta**, foi na luta que fui compreendendo, que fui percebendo essas coisas, de fato, antes passava despercebido, o cotidiano, a luta diária acaba te absorvendo de tal forma que você não para pra pensar muito nessas coisas, **você só vai pensar nisso quando aquilo dói, quando aquilo te afeta.**”*

Freire (2010) afirmava que a cultura é resultado das ações transformadoras do homem, no caso dos moradores da Vila Autódromo, a afirmação de suas identidades enquanto sujeitos históricos e detentores de direitos trouxe a possibilidade de, através da sua própria práxis, criar sua própria realidade e, através da luta, se condicionar àquilo que escolheu criar. Sendo assim, esse ser ‘*histórico-*

social, como define o autor, aprende, superando o processo de alienação, e de forma não-mecânica, o que faz parte de sua condição humana, histórica e social, aprender e ensinar.

Foto 5 – Protesto em 07/11/2013 em frente à Prefeitura do Rio em resposta ao protesto orquestrado por funcionários da instituição na semana anterior, onde moradores cooptados manifestavam concordância com a remoção



Fonte: RIO ON WATCH, 2013

b) O que faria sentido mudar na Educação

A EA Crítica reivindica uma mudança de paradigmas que torne possível uma Educação contextualizada, questionadora e fundamentalmente baseada nos cotidianos e consequências do modelo econômico ao que estamos submetidos. (LAYRARGUES, 2011; GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2014) Sendo assim, a percepção de si e da realidade social em que o próprio indivíduo está inserido só é possível através de uma análise crítica dos processos políticos em que ele vive. Considerando ainda que os saberes fazem parte de um contexto social e político bem definido, esses conhecimentos técnicos e científicos constituem também uma

forma de controle social e político. Durante entrevista com Maria, quando abordado o tema da Educação e o que poderia ser mudado para que atendesse à realidade da comunidade, ela discorre:

*“A pedagogia não alcança a grande a massa, a gente passa uma vida inteira frequentando a escola e estudando coisa importantes, mas que a didática que é aplicada pra passar esse conhecimento não dá a ele, então eu acho que **é preciso estudar a partir de uma realidade**, é preciso que o conhecimento, o estudo tenha um sentido na vida da pessoa, então é muito importante quando você pega um grupo pra tentar passar os conhecimentos do currículo, que isso seja feito a partir da realidade daquele grupo, e **são realidades muito distintas. A Educação é toda formulada, os métodos, a partir de uma elite** que elabora isso a partir do seu olhar, e acaba não funcionando, porque se você pega uma criança de uma outra realidade, aquilo não faz o menor sentido pra ela. Mas se você pega a partir da realidade dela, a partir dos problemas que ele vive, você consegue ensinar todas as disciplinas, todo o currículo a partir dali, usando como exemplo aquela vivência, buscando soluções pra problemas daquele grupo especificamente. Acho que essa coisa de fazer ‘pacotão’ em Educação, não funciona. Acho que tudo bem tem um programa nacional, mas acho que as instituições de ensino deveriam ter uma certa autonomia pra produzir a sua metodologia, e **essa metodologia tem que ser produzida a partir da realidade de cada grupo**, aí fica muito mais fácil do conhecimento ser absorvido.*

A partir de uma realidade você consegue ensinar química, física, matemática, história, tudo, todas as matérias que na maioria das vezes é muito chato ‘pras’ crianças aprenderem. Fazer relatórios, aprender datas históricas sem conexão com a realidade deles, não desperta o interesse, mas se você parte de uma realidade pro passado, pra que ela compreenda como aquilo chegou até ali, como foi o processo de formação daquele contexto, tudo toma sentido e fica muito mais gostoso, porque vai haver um interesse da pessoa em compreender tudo aquilo, acho que teria um aproveitamento melhor.”

A entrevistada deixa claro, a partir do reconhecimento da sua posição na sociedade, que grande parte dos conhecimentos que lhes foram passados não atende ao seu contexto, as suas demandas de vida, passa a convicção de que na verdade aquilo atende a uma elite. Narra que, em determinado momento de, ela foi afetada por essa falta de atenção à realidade dos educandos, mas que, a partir da luta, acabou por desenvolver um entendimento suficiente de sua realidade de forma a não só ser capaz de identificar o contexto onde os fatos se inserem, mas de também de sentir a necessidade de voltar à sala de aula e buscar e entender a fundo o seu próprio processo formativo como ser histórico:

*“Tanto que eu comecei a cursar História na UERJ há 20 anos atrás e abandonei, fiz a metade do curso e fui fazer outras coisas, e **a partir da luta, eu acabei voltando pra faculdade**, pra concluir o curso, porque a partir da luta a história fez sentido na minha vida, aquilo que havia perdido sentido completamente lá atrás e me fez abandonar – eu sequer tranquei, eu abandonei de fato – de repente fez sentido, **ela tomou um novo significado a partir da luta, aí eu voltei pra faculdade pra concluir o curso**, que eu havia abandonado, porque agora a história faz sentido, faz sentido pra mim frequentar uma universidade para aprender aquilo.”*

Freire (2001) nos chama para uma visão ampla do processo educativo, para ele, toda a dinâmica social faz parte desse processo, todo o meio cotidiano transmite valores e expõe poderes que se revelam na própria configuração das cidades, o que portanto, guarda uma continuidade histórica, e, como palco desse conflito por poder e dominação, o poder hegemônico representado pelo Estado, pelos setores do grande capital e todas as instituições que se beneficiam dessa política neoliberal atuante tem como estratégia a manutenção da condição de subalternidade da camada explorada da população. Essa estratégia também é vista e entendida pelos moradores em luta, Maria, explica, que na sua maneira de enxergar a luta:

*“**Eles cercam a consciência popular de todos os lados**, então isso já vem na escola, não é à toa que essa educação é feita dessa forma, **isso faz parte de um projeto dessa elite, de manter a população alienada**. Eles passam todo tipo de conhecimento, mas dentro de um olhar que favorece a eles, então vai-se absorvendo informação, mas ele não consegue, através da Educação, expandir a sua consciência, não como deveria, como poderia se o olhar fosse outro, se a Educação fosse pensada de uma forma diferente. Fora isso tem ainda as novelas, cada vez mais novelas mostrando um pobre que não existe na nossa sociedade, mostrando uma pobreza irreal, os jornais, os veículos de comunicação todos **circulando informações de forma conveniente ao sistema**, à elite dominante. Então o pobre vai ficando condicionado a isso, sem contar que é muito sacrifício, o pobre tem aquele dilema: quando tá trabalhando, não tempo, e quando não está trabalhando, tem tempo, mas não tem dinheiro pra fazer mais nada, **então ele fica condicionado nesse ciclo**. E muito submetido aquela tradição de que a elite tem educação, de que a elite tem o conhecimento, a cultura, o saber, e **não compreende que o saber vai muito além disso, que ele próprio pode produzir o seu saber**. Esse processo de consciência é um processo muito lento e muito injusto, muito covarde e que infelizmente o mundo vive isso, a **força do capital vai tentando manter o mundo nessa situação**.”*

A práxis anti-hegemônica, segundo Dussel (2007), se forma quando as reivindicações dos diversos setores sociais não são satisfeitas, para ele:

Quando a situação entre em crise, quando os interesses dos oprimidos ou excluídos não são cumpridos, estes tomam consciência de sua insatisfação, sofrimento que, ao tornar-se intolerável (a intolerabilidade é relativa ao conhecimento do grau de satisfação que alcançam outros grupos sociais) produz a irrupção de uma consciência coletiva crítica, que rompe o consenso e se apresenta como desacordo social. A hegemonia da “*classe dirigente*” – dizia A. Gramsci – torna-se “*dominante*”. É a crise da hegemonia, da legitimidade do sistema político. (DUSSEL, 2007, p. 125)

Essa consciência de insatisfação e violação gera a crise de legitimidade de que fala o autor, a partir do momento que a comunidade questiona ação tomada por aquele poder considerado discutível e controverso, ela passa a produzir seu próprio arsenal de críticas, fundamentos e estratégias que se transformam então em um conhecimento seu, em uma cultura própria, capaz de estabelecer um movimento contínuo de que, a medida que essa práxis libertadora é praticada, a legitimidade do sistema hegemônico diminui, e esse constitui um movimento contínuo.

A entrevistada explica que a partir de sua análise crítica da realidade em que viveu, percebeu o grande bloco que vinha de encontro aos interesses e reivindicações da luta dos moradores da Vila Autódromo. Não apenas o Estado, mas a mídia, imobiliárias, comitês internacionais e várias outras entidades buscam através de informações editadas, publicidade, promessas de desenvolvimento e progresso passar a ideia de que as remoções eram necessárias. Esse discurso que vende prosperidade, busca, na verdade a manutenção do domínio dessas elites ao ordenamento da cidade e controle de áreas valorizadas. Para Maria, a grande massa da população ainda se encontra condicionada por um processo histórico que dura séculos, por isso, não é tão simples o desenvolvimento de um pensamento crítico:

*“Somos muito maiores em números, mas **eles ainda dominam a Educação**, ainda dominam essas informações, então vemos por aí pobres apoiando políticas e reproduzindo discursos que beneficiam justamente a classe dominante, que os explora.*

***Eles ainda dominam os veículos de informação**, e tem essa tradição que acaba valorizando o discurso conservador. Nós somos um país que foi escravizado, um país que foi cristianizado, **nos foi imposto vários valores que ainda reproduzimos**, ainda hoje as pessoas batizam seus filhos nas igrejas sem eles serem católicos, porque tem que batizar, depois de um certo tempo, isso vai*

*passando de geração pra geração como o 'certo', já se para de questionar o porquê de fazer aquilo e esquecem que fazem aquilo porque era obrigado a fazer, esquece que essa imposição custou até mesmo o sangue, a vida dos seus antepassados. Após longos períodos que se passarem, essas coisas são tomadas como certas. As pessoas não compreendem nem o fundamento do batismo, elas não saber nem o porquê, mas elas fazem, foram condicionadas àquilo. O ser humano é assim, ele acaba se condicionando, e com o tempo, ele já não sabe mais o porquê, mas ele fala com uma convicção absurda que aquilo é o certo. **As pessoas não um entendimento sobre aquilo, só reproduzem.**"*

A fala da entrevistada nos é esclarecedor em vários níveis. No decorrer da luta contra remoção, Maria identificou vários aspectos políticos-pedagógicos que são mantidos em nossa sociedade com a intenção de manter o controle social. Ela traz ainda a consequência de um processo histórico – o colonialismo e a escravização – na formação da cidade do Rio de Janeiro, associando a destinação a áreas marginais e sem infraestrutura à uma população de menor poder aquisitivo e condição financeira, e a sucessiva expulsão e remoção dessa população quando essa área se torna valorizada.

Ela também pondera que esse processo secular foi opressor e radical ao ponto de causar um '*condicionamento*' histórico a nossa população, identificando, inclusive, a religião como uma forma de controle, corroborando com a narrativa que Todorov (1999) fez da conquista do nosso território. Dussel (2007) ao falar da colonização como o início da Modernidade na América Latina, coloca este como o princípio de uma nova civilização:

Com efeito, a Modernidade – faz 500 anos (da *invasão* da América em 1492) – não foi somente o começo do capitalismo, do colonialismo, do eurocentrismo, mas o começo de um tipo de civilização. O *eu conquisto* de H. Cortés, o *eu penso* como uma alma sem corpo de R. Descartes, desvalorizou a natureza como uma mera *cabeça de gado extensa* mecânica, geométrica. [...] Não será que o capitalismo, e ainda o socialismo real, respondem a um desprezo da dignidade absoluta da vida em geral, a vida como prolongação e condição do nosso corpo vivente? [...] Trata-se de imaginar uma nova *civilização trans-moderna* apoiada em um respeito absoluta à vida em geral, e da vida humana em particular." (DUSSEL, 2007, p. 139)

Como coloca a moradora, esse condicionamento causado pelo processo de colonização fez com que a sociedade em vivemos, com o passar dos tempo, apenas reproduzisse modelos de comportamento sem questioná-los, modelos esses que foram forjados por aquela elite do tempo da colonização, e como vimos no início

dessa pesquisa, que continuam a ser propagados da mesma forma e com discurso semelhante. Da mesma forma que Colombo, os atuais governos, continuam a fazer uso da força, da discriminação e da supressão de identidades e direitos para dominar territórios. Portanto, aprender e atentar sobre essa condição, coloca o indivíduo ao passo de se opor, de afirmar sua identidade, de aprender a reivindicar o direito ao seu território e construir uma luta contra um projeto de remoção, como fez a Vila Autódromo.

Foto 6 – Cartaz fixado em uma das ruas da Vila Autódromo



Fonte: museudasremocoes.com

c) Como se deu a aprendizagem na luta

A luta de resistência da Vila Autódromo representou um longo capítulo na vida dos moradores, especialmente entre 2007 e 2016, eles travaram uma longa guerra contra a prefeitura e alguns setores do mercado imobiliário com constantes batalhas. Constantemente a comunidade era atingida pelas estratégias de remoção da prefeitura, como citamos anteriormente, e cada investida necessitava de uma reação popular.

A comunidade da Vila Autódromo percebeu rapidamente que era imperativo dar visibilidade a sua luta, grande parte de suas ações tinham como foco esse objetivo. Além dessa tarefa, também era de entendimento e clareza dos moradores que aquele era seu habitat, seu lugar diário de vivência, e que, portanto, não era possível ou saudável se manter num ambiente que além de insalubre, fosse também

infeliz. Eles passaram então a reafirmar seu pertencimento àquele território através de eventos e ações que demonstrassem sua alegria e espírito de comunidade mesmo em meio a um quadro de destruição e violência.

Ao abordar como tema a forma como se deu esse processo de aprendizado na resistência, Maria narra como a situação extrema da comunidade foi uma 'situação limite' para construção de uma forma de resistir:

*“Fomos aprendendo na prática, tendo sempre como princípio que todas as ações deveriam ser pacíficas e se possível culturais, com enfoque cultural, até porque a vida precisa ser alegre, e também porque **nós vivíamos uma realidade muito cruel**. Chegamos a um ponto aqui na Vila Autódromo, de viver num cenário que parecia um pós-guerra, nós vivíamos em meio a escombros, uma casa separada da outra por escombros e por casas esburacadas, abandonadas, vazias, as casas que eles não podiam derrubar, eles esburacavam, então, era um ambiente muito impróprio, muito inadequado pra vida. Todos os dias tinha demolição, aquilo espalhava uma poeira imensa, porque **as demolições eram feitas sem cumprir nenhuma norma de segurança básica**, toda demolição tem que ter um carro pipa molhando, pra poeira não se espalhar, e aqui não tinha. A sensação que a gente tinha diariamente era a de que eram jogadas bombas aqui, a poeira, a sujeira, era horrível. Sem contar que quando eles faziam isso, eles quebravam canos de água, eles interrompiam a energia elétrica, porque, como eram cumpridas as normas de segurança, não era feito anterior a demolição a interrupção do fornecimento de água e de luz de forma apropriada, a retroescavadeira chegava e derrubava, **o fio ficava chicoteando energizado, o cano quebrava e ficávamos sem água, sem luz, morando no meio de escombros**. As crianças não podiam brincar livremente como antes, tinha muito perigo, muita ponta de ferro, muito buraco, muito escombro, que não foi derrubado totalmente, **era muito perigoso**.*

*A sensação que se tinha é que **a comunidade estava morrendo a cada dia**, que você estava vivendo em um ambiente que estava morrendo, que te tirava todos os dias a alegria, o prazer, a vida saudável. Então o que a gente tentava fazer através de ações culturais? **Era promover a vida, a arte, a beleza**. Então a gente revitalizava espaços, o parquinho das crianças por exemplo, foi reformado, pintado, colocado plantas, ficava um lugar bonito no meio de um ambiente feio, horrível. Fazíamos intervenções artísticas, fizemos fanfarra, com muitos instrumentos musicais, tinha sax, trompete, pessoas com perna de pau, **eram coisas maravilhosas passeando no meio dos escombros**, tentávamos fazer a cultura, a arte, a alegria nesses ambientes, para que a vida das pessoas que estavam morando aqui fosse boa, isso dava um novo significado, **fazia com que fosse bom morar aqui, mesmo que aparentemente fosse horrível**. Era horrível, mas ao mesmo tempo era muito bom, porque a vida era latente, tinha arte, tinha cultura.”*

É interessante notar como a comunidade fez uso da afirmação de sua própria cultura e da articulação popular para reagir à tentativa de apagamento, de uniformização e controle do seu espaço. A iniciativa popular que buscou manter sua

permanência com dignidade e alegria, mostrou a potência que tem os movimentos sociais como construtores de uma alternativa concreta para a crise civilizatória que nos atinge, como sugere Loureiro (2011). Judith Butler (2018) considera que os indivíduos que possuem uma condição social e econômica precária formam “alianças potenciais” que os possibilita “*agir politicamente, a fim de garantir as condições de existência*” (p. 65), Harvey (2014) sugere que, atualmente, o “preariado” substitui o “proletariado” e na nossa época e na nossa parte do mundo, qualquer movimento revolucionário que venha a ocorrer, será movido por eles. Para os moradores da Vila Autódromo, o agir politicamente se deu também através de projetos recreativos e da resignificação do processo doloroso e violento pelo qual eles passavam. Somadas as ações e objetivos descritos, a entrevistada conta que a comunidade possuía a estratégia de sempre manter um caráter pacífico nas manifestações, reuniões e enfrentamentos, pois fazia parte do plano da prefeitura despertar uma ação violentas nos moradores, para então justificar também a repressão de forma violenta, sobre isso ela descreve:

*“Todas as nossas ações eram muito pacíficas, até mesmo os enfrentamentos eram pacíficos, se a gente fechava a avenida principal pra fazer um protesto, a gente pedia que todo mundo trouxesse um alimento e fazíamos uma imensa mesa na calçada de café da manhã, onde tinha pão, bolo, café, suco, leite, cada um trazia algo e a gente fechava a rua, tínhamos faixas, cartaz, e enquanto um grupo estava fechando, um outra estava oferecendo um alimento pros motoristas que estavam indo trabalhar, e aí **tínhamos essa proximidade, o diálogo pra explicar pra eles o que estava acontecendo**. Quando eles saíam dali eles não saíam com raiva porque estávamos atrapalhando o dia deles, eles saíam buzinando, apoiando a gente na nossa ação, isso faz toda a diferença. Quando você busca ter esse contato pessoal com cada um que se aproxima, mesmo sendo uma multidão, quando você particulariza a relação, mesmo sendo uma multidão, cada um que se aproximava era tratado com cuidado, acolhido com carinho, porque é um ser especial, que largou a vida dele para vir aqui apoiar a nossa causa. Então, esse carinho, essa atenção, **essa firmeza em manter a paz, a docilidade**, nossas ações nunca foram ações violentas, sempre pacíficas, **até mesmo no dia 03 de junho, quando a comunidade foi espancada, estávamos completamente desarmada, fomos vítimas de uma covardia**, a comunidade estava fazendo um cordão de isolamento humano, fomos espancados covardemente e ainda assim conseguimos manter a paz, a passividade, os ensinamentos de Gandhi mesmo, que é se opor sem fazer uso da violência. Nos nossos diálogos, buscávamos sempre manter uma linguagem educada, respeitosa, fazíamos questões de não usar xingamentos, mas fazer os enfrentamentos sempre mantendo um nível de respeito, **o que colocava eles numa situação difícil, estávamos sempre em frente de muitas câmeras e tínhamos uma postura sempre adequada**, então isso freava as ações deles. Quando eles*

vêm, estão preparados para despertar a violência na vítima, porque na revolta você acaba se tornando violento, e aí eles vem com tudo, mas quando eles não conseguem despertar essa violência, **quando a vítima mantém sua ação, isso põe um limite**, isso faz com que a violência deles se torne muito pior, mais visível, e uma das nossas ferramentas de luta era a visibilidade, **trabalhamos muito a visibilidade sempre.**”

Nesse processo de manter a luta da comunidade sempre visível, os moradores passaram utilizar as mídias sociais para expor e informar sobre o que acontecia, a Vila Autódromo e o Museu das Remoções possui páginas no Facebook, Instagram, além de sites que reúnem fotos, notícias, documentos e relatos de todas suas ações, além de também vincular informações de outros movimentos de luta por moradia. Para eles, essa forma de divulgação representou a alternativa ao controle de notícias e uma forma de revelar o que ocorria contado pela própria comunidade.

*“Tudo que acontecia a gente filmava, a gente fotografava, a gente divulgava na hora, estava acontecendo, já estávamos divulgando, colocando na rede. Atualmente, é uma ferramenta poderosíssima que nós precisamos usar e cada vez aprender mais a utilizar. Há 20 anos atrás nós não tínhamos a internet, então a gente ficava refém dos veículos de comunicação, que são todos ligados ao sistema, **são todos controlados por essa elite dominante**, era muito difícil, hoje temos a internet que nos instrumentaliza, que nos dá **possibilidade de divulgar, de mostrar a nossa visão, de contar a nossa história**, de mostrar pro mundo o que de fato está acontecendo, só fica refém dessa grande mídia quem ainda se mantém nesse processo alienante. Mas eu sinto que é uma questão de tempo, o sistema oprime a todos, em algum momento vai doer no pé de cada um e eles vão ter que compreender o que está causando aquela dor.”*

Além da busca de um diálogo com a sociedade em geral, a comunidade da Vila Autódromo manteve uma articulação muito forte com as universidades. A partir dessa ligação surge o Museu das Remoções, um espaço destinado a *“participar da luta contra as remoções, preservando a conexão simbólica, a memória emocional e as práticas sociais de comunidades removidas”* (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2018). Esse projeto perdura e se manifesta como uma contínua ação de resistência que luta contra o apagamento das memórias de luta não só da Vila Autódromo, mas de toda e qualquer comunidade que esteja em processo de remoção. O Museu segue administrado por moradores, estagiários e pesquisadores de diversas áreas e universidades do Rio de Janeiro e recebe visitas de pesquisadores de várias partes do mundo, tendo conseguido uma visibilidade considerável. Fundado em 18 de maio

de 2016 (dia internacional dos Museus), o Museu começa com a construção de sete esculturas feitas utilizando escombros (Fotos 7, 8 e 9). Cada peça representava um espaço ou momento significativo resgatado pelos moradores através de oficinas de memórias e da construção de mapas afetivos.

Foto 7 – Escultura “Vila de Todos os Santos”, homenagem à casa da Dona Heloísa Helena



Fonte: museudasremocoes.com/esculturas/

Foto 8 – Escultura “Penha de muitas faces”, homenagem à casa da Dona Maria da Penha



Fonte: museudasremocoes.com/esculturas/

Foto 9 – Escultura “Suporte dos males”: escultura em homenagem à Dona Jane Nascimento



Fonte: museudasremocoes.com/esculturas/

No Plano Museológico, a comunidade explicita o espaço como ferramenta de luta contra remoções:

O Museu das Remoções tem como função ser instrumento de resistência e luta em todas as comunidades locais e nacionais que sofrem com processos de remoções e práticas especulatórias, promovendo assim uma visibilidade à causa, para impedir novas ações arbitrárias e consequentes apagamentos de memória. (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2018)

De forma particular, o Museu representa com efetividade o aspecto ‘desterritorializador’ do Estado (HAESBAERT, 2002) ao ignorar as territorialidades daqueles sujeitos, buscando removê-los de seus territórios, tratando-os com descaso, quando lhe caberia prestar assistência e assegurar direitos. Em alguns momentos, a entrevistada fala da sensação de “*apagamento*” e “*morte*” da comunidade, chamando atenção também para a sensação de “*perda de identidade*” sentida pelos moradores que deixaram a Vila Autódromo. De fato, todos esses sentimentos ressoam no vazio que significaria perder o território em que muitos deles construíram suas casas e desenvolveram suas vidas, como defende Milton Santos (2002), o território é construído pelas ações sociais, por processos históricos, e não apenas processos históricos amplos, de grande escala, deles também fazem parte a história de cada morador e sua família, suas trajetórias, sua vivência

enquanto ser social e sua interação na comunidade. Há pouco mais de um ano, assisti em palestra na Vila Autódromo uma moradora falar que com a luta da comunidade, eles “conheceram um lado da ciência que não conheciam”, e discorreu explicando que até então ela não sabia que ela era um ser histórico, que sua história poderia ser contada em um museu, pois havia aprendido que apenas pessoas importantes e de grandes feitos possuem esse reconhecimento, mas, ao contrário de todas aquelas afirmações, a luta havia ensinado que ela e todos os moradores da Vila são indivíduos importantes, que podem e dever ter um museu que conte suas histórias, seu legado por ter resistido a expulsão de seu próprio território.

A entrevistada é enfática ao descrever esse processo de aprendizagem e a importância da manutenção de suas histórias, pois elas representam a reação a um sistema que desloca compulsoriamente suas existências usando a força do capital:

“Há um processo de apagamento muito forte das histórias de luta e resistência, por isso o museu. O museu nasce com esse intuito, a partir desse entendimento, da importância da memória, da importância de preservar a memória, de não se perder isso. Quando você começa a lutar, a fazer parte dessa resistência contra a remoção, eu comecei a compreender que o que acontecia na vila autódromo não era nada inédito, eu começo a entender que tantas outras comunidades foram removidas e hoje sequer a gente consegue fazer uma pesquisa sobre elas, porque além deles removerem as comunidades, eles destroem documentação, eles destroem tudo, tentam fazer um apagamento daquela existência, daquela memória. E aí tem os museus oficiais, pra falar, valorizar a memória deles, os valores deles, fortalecer essa dominação, essa imposição cultural. Então começamos a ver a importância de existirem museus que tratem de realidades sociais tão discriminadas, tão apagadas, tão invisibilizados e a importância de que hajam museus feitos pela população, pelas pessoas que nunca tiveram voz nos museus, na história oficial. Então passamos a compreender que o museu é um instrumento pra eles, ele nasce com esse propósito, todos os museus, os mais famosos, os maiores, eles nascem com essa proposta de reproduzir a história, a memória e os valores da elite, sendo assim, é preciso que haja museus feitos também pelas pessoas que não tem voz e que da mesma forma eles sirvam como uma ferramenta, como instrumento de valorizar a nossa a nossa memória, de preservar a nossa história e através disso tentar ampliar a nossa consciência de existência, porque não é possível que as pessoas continuem acreditando que elas existem a partir de 1500, nos já existíamos antes, temos uma história maravilhosa e diversa, muito antes da chegada do europeu, e isso falando Brasil, que é o meu lugar de fala, mas se encaixa no mundo inteiro.”

d) O Direito à Cidade e a luta da Vila Autódromo

Harvey (2014) descreve que o direito à cidade é ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência, uma queixa como resposta a uma insatisfação, e uma exigência como uma ordem para buscar uma alternativa menos alienada. Representando essa exigência, o papel dos movimentos sociais urbanos tem sido de extrema importância para consolidação e promoção de uma cidadania nas cidades, a criação do Estatuto das Cidades – Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 – representa uma conquista importante a respeito do direito à moradia e à cidade. Fundamentalmente, a contestação que o direito à cidade representa, surge “*das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.*” (HARVEY, 2014, p. 15)

Ao tratar do ‘direito à cidade’ com a entrevistada, é perceptível como na experiência popular, o termo representa uma reivindicação que se associa a ações da sociedade civil, comunidades e pesquisadores, pois vê no Estado o maior violador do direito a cidade. A expressão representa o conflito, visto que não é um direito dado, mas algo a ser conquistado constantemente. Posto o tema e feito o convite para que a entrevistada discorra sobre o tema, ela define o seu entendimento do direito à cidade de forma precisa:

“Direito à cidade é a luta da Vila Autódromo. A nossa cidade foi tomada, foi invadida. Em se tratando de habitação de remoção, de território, que é onde eu atuo, o discurso que embasa a remoção é sempre pautado em dois argumentos: um é o de invasão, “eles não tem o direito de estar ali porque são invasores”, e o outro é que ali é área de risco, “eles precisam sair”. Então você começa a analisar isso, vamos falar de direito à cidade então. Se a gente vai falar de invasão, vamos falar da origem, **qual foi a primeira invasão?** Foi em 1500, quando o europeu chega aqui, essa terra não estava vazia, muito pelo contrário, era uma população imensa que habitava aqui, tínhamos várias tribos indígenas com culturas diferentes, dialetos diferentes, então esse local já tinha um dono, essa foi a primeira invasão. A partir daí você vai compreender que **essa população invasora se apropria do território, distribui títulos de concessão real de uso da terra e os donos da terra passam a ser chamados de invasores**, passam a ser tratado como se não tivessem mais direito, porque haviam papéis que diziam que eles não eram os donos da terra, a **comunidade do Horto vive isso até hoje**, o Jardim Botânico, o Horto foram áreas que foram dadas como títulos de concessão para uma nobreza pelo rei. De onde veio esse rei? Que documento é esse que foi criado? Daí já deveria começar a se discutir o direito a cidade, **a nossa cidade foi construída tendo essa base como fundação, uma base ilegal, uma base de apropriação indevida.**”

O discurso da entrevistada releva como a população vê seu território ser apropriado através de uma retórica que, ou coloca neles a responsabilidade e erro em ocupar um espaço que não lhe é devido, ou condiciona a permanência deles a fatores naturais, a riscos que muitas vezes não conseguem ser comprovados técnico e cientificamente.

Para falar do que significa o direito à cidade, a entrevistada busca em sua fala as origens do processo de apropriação no território brasileiro e parte do que considera um marco ilegítimo e uma ação perversa. Primeiro, nosso continente não foi ‘descoberto’ e segundo essas terras já tinham dono. Para ela, a crise de um direito à cidade começa quando os reis passam a distribuir títulos e doar terras à nobreza, desconsiderando o fato dessas terras não lhe possuírem. Isso funda, ou como ela defende, condiciona um tipo de cultura que tem consequências na formação do espaço urbano até hoje.

Situada em um tempo diferente, em contextos políticos e econômicos diferentes e portanto, através formas de apropriação distintas, hoje o capitalismo “*internacional brutalmente neoliberalizante que vem intensificando sua agressão às qualidades da vida cotidiana*” (HARVEY, 2014, p. 14) se alimenta das desigualdades e da violação de direitos para promover sua acumulação de capital pela despossessão (SVAMPA, 2018).

Durante sua fala sobre o direito à cidade, a entrevistada expõe como o espaço é urbano é distribuído de forma desigual para grupos tratados de forma desigual:

*“De quem é o direito a cidade? A população africana que foi trazida de outro continente, foi completamente alijada de direitos, de valores, de cultura, de tudo, essa população, quando conquista finalmente a sua liberdade, a abolição, ela é despejada na rua, sem nenhum direito a essa cidade e vão ocupar as áreas abandonadas da cidade, vão construir, dar uma infraestrutura pra esses locais, que são as áreas de morros, de charcos, **as áreas que a elite não queria**, mas próximas do centro porque precisavam de trabalho, então eles se mantêm por perto, **mas continuam sem direito a essa cidade**. Isso, pra mim, é a base do direito a cidade, **ele começa na questão do território, do direito ao território, por isso que nós afirmamos a necessidade de nos mantermos aqui nesse território**, de mostrar pro mundo que nós temos direito a esse território. Por isso fazemos esse debate do nome dessa estação de BRT, isso reflete o direito a cidade, nós temos o direito. Isso é uma questão de reparação de direitos, isso não é um capricho nosso. Quando*

*removeram a comunidade da Vila Autódromo, também tiraram todas as placas de sinalização. Se você colocar no Google Maps, aparece o hotel na foto, a todo instante nós ficamos colocando as fotos da Vila Autódromo e elas são substituídas pelas fotos do hotel. **A referência que eles querem dar pra esse território é o hotel.** Então colocamos fotos nossas, foto da igreja, da rua, foto de que **nós existimos. Então eles tentam o tempo inteiro invisibilizar a nossa existência,** então por isso a necessidade de que essa estação se chame 'Estação Vila Autódromo', pra ela ser construída foi desenvolvida uma arquitetura absurda que coloca a plataforma de um lado da avenida e a bilheteria do outro, não tem sentido, o sentido foi dar respaldo a um decreto de desapropriação de uma rua inteira de casas tendo como argumento a construção da Transolímpica, do BRT, isso é o direito a cidade."*

A entrevistada expõe, através de um encadeamento histórico, a união de várias negações e privações dirigidas a uma parcela específica da população. Primeiro, uma população que foi escravizada, depois liberta, ocupa áreas desvalorizadas da cidade, mas, ainda próximo de postos de trabalho, como vimos, esse foi o início da organização do território carioca. A partir da valorização dessas áreas, e dos vetores de crescimento da cidade apontando em sua direção, essas pessoas são removidas para dar lugar a novas construções, espaços turísticos e comerciais, promovendo uma transformação econômica e social daquele núcleo urbano e direcionando seu uso, mais uma vez a uma elite.

É interessante notar na fala da entrevistada a percepção de que mesmo ocupando fisicamente um espaço da cidade, ainda que 'se mantenham por perto', as populações de menor poder aquisitivo, não possui um direito à essa cidade. Harvey (2014) argumenta que o direito à cidade não é apenas ter acesso individual ou coletivo aos recursos da cidade, "*é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos*" e necessidades. Contudo, o início do direito à cidade está no reconhecimento de direito ao seu próprio território. Para Harvey (2014), "*o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política*" (p. 213), portanto, as forças do capital precisam se impor com firmeza para "*impor sua vontade em um processo urbano e em populações inteiras que nunca estarão, nem mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, sob seu controle total*" (p. 209). Daí vem a denúncia da entrevistada ao dizer que, mesmo em uma ferramenta de busca online como o Google Maps, há a tentativa constante de associar o território da Vila Autódromo a imagem de seu vizinho, o Hotel Marriott (Foto 10) – uma das unidades de um conglomerado de hotéis de luxo espalhados por todo o

mundo, cuja empresa dona é a maior hoteleira do globo. A busca de sobrepor a existência de uma comunidade que está ali há décadas, identificando aquele território como um espaço turístico marcado pelo histórico de megaeventos que aconteceram – o Parque Olímpico, ao lado da Vila Autódromo, foi o palco dos principais eventos esportivos das Olimpíadas 2016 e tinha o objetivo de ser o grande legado a ser deixado para a cidade após o fim do evento – espetáculos e festivais que ainda acontecem, mesmo que esporadicamente, na estrutura deixadas pelos jogos, corresponde a investida de tirar a legitimidade do pertencimento daquele território àquela comunidade e conseqüentemente, minar seu poder de ação.

Foto 10 – Hotel Marriott, vista da comunidade da Vila Autódromo



Fonte: a autora, 2018

As características e identidades de cada lugar, sua configuração física e organização territorial são armas nas lutas políticas, por isso essa constante reafirmação da comunidade sobre seu território. As lutas na cidade sobre reivindicações e demandas urbanas abrange um amplo espectro de temáticas e

valores de memórias coletivas e individuais, tradições, cultura, história, localidade, e abrem espaço para a ação política que se manifesta, ou deveria se manifestar na participação da construção das cidades. Sobre o direito, pertencimento e possibilidades de ação, a entrevistada fala ainda:

*“Quando você começa a entender como a cidade foi formada, pra quem ela é administrada, como tudo funciona nela, quando se discute uma passagem de ônibus, ainda que sejam cinco ou dez centavos, você não está discutindo uma coisa boba ou vaga, **você está discutindo a organização dessa cidade**, o seu direito como cidadão, **seu direito de não ser tratado como um alienado, como algo inoperante, como apenas um objeto de lucro**, que é o que nós somos, elementos de lucro pro grande capital. E isso não é discutido. Você só vai discutir isso quando você é de fato afetado e **quando você se incorpora na resistência**, porque muitos também quando são afetados, já tem uma vida tão sacrificada, tão dura, que ele ‘joga a toalha’ e parte pra outra, foi o que aconteceu com a maioria aqui, só ficaram 20 famílias. A maioria não aguenta, a maioria acaba comprando o discurso de que somos invasores, de que realmente não temos o direito de estar aqui e vai embora, recebe um apartamento do Minha Casa Minha Vida e até paga se for o caso, porque agora eles vão ter o título de propriedade do imóvel, e não entendem que esse título é ilegal, **todos temos o direito de permanecer aqui.**”*

A entrevistada considera que discutir “a organização da cidade” é tanto fazer parte da cidade quanto criar consciência da dinâmica social, econômica e política que está posta. Harvey (2014) descreve o capitalismo da atualidade como “*incontrolavelmente feroz*”, mas, apesar de ele agir de forma a promover uma “*economia de espoliação em massa, práticas predatórias e verdadeiros assaltos a luz do dia*” (p. 275) a maioria da população não vê nada disso, mas o autor aposta que todos os manifestantes na rua sabem exatamente o que está acontecendo.

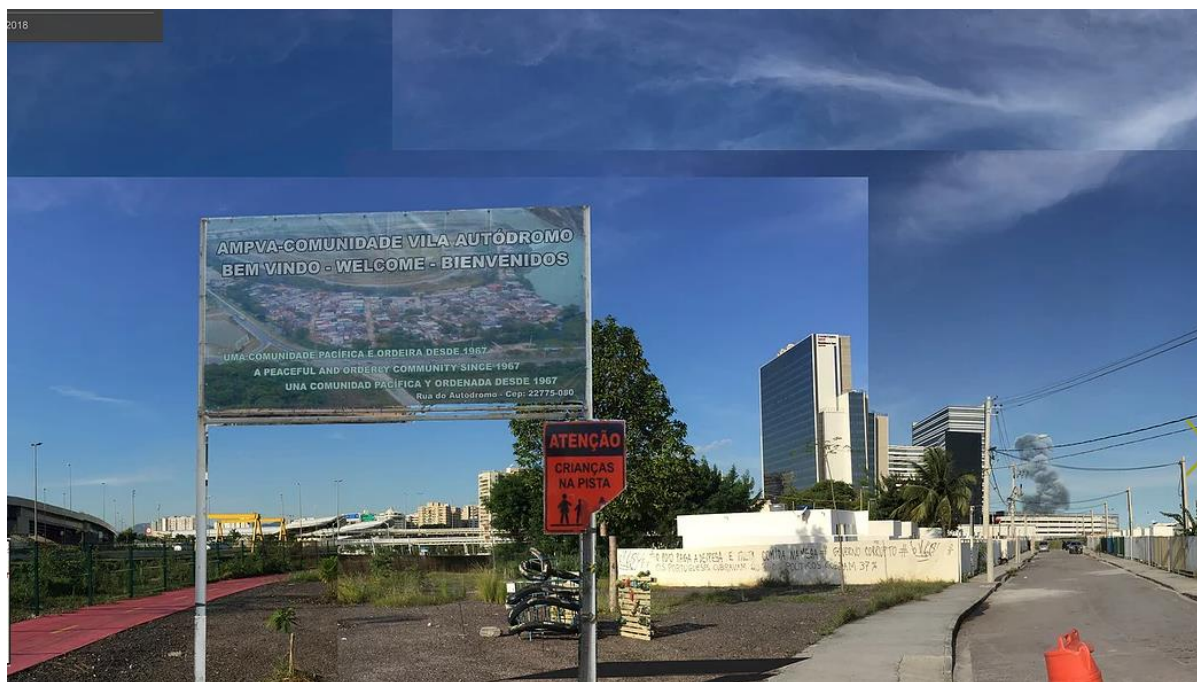
Harvey (2014) exemplifica a heterogeneidade do direito à cidade ao relatar de que forma diversos tipos de movimentos sociais reunidos no Fórum Social dos Estados Unidos, em Atlanta, 2007, concluíram que a luta pela cidade envolvia suas próprias lutas (pessoas sem-teto, movimentos contra a gentrificação e remoção, criminalização dos pobres, etc.). Mesmo com movimentos diferentes, suas lutas são análogas, podem se fortalecer e se complementam em diferentes escalas.

Na fala da entrevistada, percebemos que a atenção a essa dinâmica, formação e gestão da cidade faz parte de uma consciência que foi criada através da luta, de uma superação da condição de ser alienado para a condição de um sujeito,

cidadão de ação, que questiona tanto os mecanismos de ação do Estado quanto sua própria legitimidade. Por fim, a entrevistada resume:

*“Direito a cidade é **procurar o seu lugar dentro dessa sociedade que te rouba o seu espaço e o seu território o tempo inteiro.**”*

Foto 11 – Vila Autódromo atualmente



Fonte: vilautodromostreetview.com

Foto 12 – Casas Vila Autódromo atualmente



Fonte: vilautodromostreetview.com

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da perspectiva adotada e das visões expostas sobre o tema investigado, observo que esta pesquisa constitui uma contribuição para os acúmulos do grupo de estudos do qual faço parte, o GEASur, e também para o estado da arte do campo como um todo. O trabalho do grupo vai em consonância ao que os atores observados nessa dissertação nos fazem perceber. Dentro da ordem capitalista, há uma pedagogia que se configura como a pedagogia da hegemonia²³, e o que os trabalhos desenvolvidos nos mostram – como por exemplo, *LENDAS, REZAS E GARRAFADAS: Educação ambiental de base comunitária e os saberes locais no Vale do Jequitinhonha* de Daniel Renaud, *“APRENDER A SER ATINGIDO”*: *Educação e lutas socioambientais diante do rompimento da barragem de fundão (Mariana – MG) no Rio Doce e afluentes* de Mahalia Aquino; *SOCIEDADES DE ÁGUA DO MORRO DA FORMIGA: Subsídios para Educação Ambiental de Base Comunitária e ecologia de saberes em favela carioca* de Júlio Vitor da Silva; *AS LUTAS QUE EDUCAM NA AMÉRICA LATINA: A Educação Ambiental que emerge do conflito pela água em Cachoeiras de Macacu com um olhar desde a Colômbia* de Bárbara Pelacani – é que também existe uma pedagogia da contra hegemonia.

E que, por essa pedagogia assumir uma base epistemológica outra, se orientando não pela lógica da concentração e acumulação, mas pela lógica da convivência, das práticas cotidianas e do exercício de continuar existindo mesmo estando às margens, nas periferias, zonas de exclusão ou zonas de sacrifício²⁴, possui em caráter decolonial.

Penso que, como grupo de pesquisa, o GEASur contribui no sentido de reconhecer, revelar e colaborar na sistematização dessas epistemologias de reexistência²⁵ que surgem em consonância com a práxis de reexistência. Nesse sentido, este trabalho colabora com o grupo, apontando a potência pedagógica da luta pelo direito à cidade e moradia na cidade do Rio de Janeiro. Apresenta sujeitos e ‘sujeitas’ que podem ser reconhecidos como exemplos dessas práxis de

²³ NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

²⁴ ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: *A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

reexistência, pois reinventam seu ser, viver e estar ao se depararem com os muros erguidos sobre suas vidas, suas casas, suas cabeças. A partir dessas ‘*situações limite*’ são impulsionadas a criar seus ‘*inéditos viáveis*’²⁶, e é nesse terreno de utopias que ouvimos o eco de suas vozes, não como pedido de socorro ou ajuda ‘humanitária’, mas como um grito de dignidade, pelo direito de ser, existir, viver e morar no território que foi construído por eles.

Como na borda do capital o limite é a vida, seja ela humana ou de outras espécies, há nesses grupos uma evidente percepção das relações dos seres humanos com a natureza, com seu ambiente e tudo que lhe rodeia, portanto, é aí que nasce um caráter popular, ou como o GEASur prefere chamar, *de base comunitária*²⁷, que vai além da Educação Ambiental Crítica, visto que não está na academia, está nos conhecimentos ancestrais, experiências e nas práxis de luta pela sobrevivência que eles produzem.

É preciso encontrar, portanto, uma ponte entre esses mundos para que possamos construir alianças contra hegemônicas de reexistência, consideramos, com este trabalho, a necessidade que a EA crítica se construa como um campo de alianças entre movimentos sociais, lutas populares e debates críticos da Educação, em particular da Educação Ambiental.

Observar os conflitos ambientais nos permite entender esses territórios e suas insurgências como portadores de um potencial emancipatório e de uma episteme necessária para a conquista de direitos, além de nos mostrar esses espaços como resistências das populações que estão sendo despossuídas de seus territórios e formas de vida e ainda de que forma ocorre o avanço do colonialismo, do capitalismo e a forma de atuação dos diversos agentes produtores do espaço.

Percebemos ainda como é estrutural compreender a história que funda e constrói todos os processos que levaram a esses conflitos, encontramos no contínuo processo de despossessão que teve início da “Conquista das Américas”, uma

²⁶ Expressões criadas por Paulo Freire em ‘A Pedagogia do Oprimido’, o *inédito viável* é um termo que designa uma possibilidade de futuro a ser construído, para o autor, os indivíduos em estado de opressão são colocados diante de uma *situação limite*, um obstáculo ou barreira que é vencido através da produção de um *inédito viável*, ou seja, de uma solução até então desconhecida e não vivida, mas produzida por esses sujeitos como uma forma de reação.

²⁷ SILVA, Julio Vitor Costa da. Sociedades de Água do morro da Formiga: Subsídios para Educação Ambiental de Base Comunitária e ecologia de saberes em favela carioca (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

espécie de gênese desse sistema de opressões que opera na América Latina, como defende Quijano (1991), "*La modernidad, el capitalismo y América Latina nacen el mismo día*" (p. 285). Sistema esse que, como vimos, continua em curso e é marcado por mais semelhanças com o período de conquista deste território do que gostaríamos de admitir. As ações dos governos atuais, seja no âmbito federal ou estatal – do Estado do Rio de Janeiro – vivemos em meio a uma política que claramente aprofunda desigualdades e perpetua as opressões ao desenvolver a precarização da educação e cultura, o retrocesso de direitos trabalhistas conquistados, o declínio de ações e políticas afirmativas, e ainda, na execução de uma política de morte – que tem como alvo pretos, pobres e moradores de favela – que tem se instalado no Rio de Janeiro.

A tarefa no âmbito da educação, seja ela formal ou informal – como é o caso dessa pesquisa, não trata de encorajar atos revolucionários ou nutrir qualquer tipo de ódio ou recusa a toda herança europeia que integra a sociedade brasileira de muitas formas, mas, a partir do reconhecimento dessa constituição histórica, da essência dessa conformação, construir um projeto de resistência epistêmica que seja eficiente para enfrentar a constante investida da colonização da identidade social ou subjetiva, da cultura e dos pensamentos. Para existir oposição a governos que abraçam interesses econômicos e políticos neoliberais e excludentes, é preciso valorizar e divulgar um pensamento conectado com a história brasileira de resistência e com a imensa diversidade cultural que dela procede: de mulheres Dandaras, de tamoios, mulatos, caboclos de julho, Marias, Marielles e Malês, como exalta o samba da Mangueira de 2019.

Apesar da conjuntura há tanto adversa, acreditamos que também que há, em um território como a América Latina, na existência de uma diversidade de povos, culturas e tradições, a possibilidade de, através do resgate, da escuta e a divulgação dessas tradições conhecer caminhos para construção de uma realidade mais justa e inclusiva.

Durante análise da entrevista, pudemos perceber a profusão de conhecimentos construídos durante seu processo de resistência à remoção. É inegável o conhecimento que se produziu ou foi descoberto ao olhar criticamente para seu próprio território por uma motivação maior, a de permanecer em suas casas, construídas ao longo de décadas.

Ao tratar de como a Educação poderia ser modificada para atender aos conflitos sociais, ouvimos de nossa entrevistada que ela sente falta de uma ligação dos conteúdos ao chão do sujeito para que eles são direcionados. Claramente o movimento social - a comunidade da Vila Autódromo - consegue fazer essa ligação entre contexto histórico, cenário político e conflito social, e acreditamos que daí venha a potência do movimento, pois como explicitamos anteriormente, de acordo com os balizadores da EA crítica, quando valorizamos os saberes e conhecimentos da própria vivência das comunidades e de seus territórios, estabelecemos um processo educativo que faz sentido na vida prática. Negar a íntima ligação do saber ao território e não oportunizar o pensamento crítico ao cenário que nos rodeia é destinar os sujeitos a alienação, a tornar-se apenas um “*objeto de lucro, algo inoperante*”, como nos fala Maria.

Na luta, a comunidade tomou consciência de seu próprio processo histórico, de sua posição na sociedade em que vive, podemos, portanto, afirmar que esse processo de resistência é educativo, pois, como sugere Pelacani (2018), a luta dos movimentos sociais pela manutenção ou restituição dos seus direitos, se constitui como um processo de educação não-formal. Para a autora, a educação passa pela compreensão da materialidade-história do território e de seus sujeitos na atuação ambiental, social, pedagógica e política.

Assumimos ainda “*a educação, enquanto processo permanente e a vida das cidades, enquanto contextos que não apenas acolhem a prática educativa, como prática social, mas também se constituem, através de suas múltiplas atividades, em contextos educativos em si mesmas*” (Freire, 2001, p.11), por isso a afirmação de ‘aprender fazendo’ da nossa entrevistada quando questionada sobre como acontecia o processo de ‘aprender’, observamos que o agir em torno de suas reivindicações constitui também um processo formativo.

A luta pelo direito à cidade implica também na aliança entre indivíduos, em processos comunitários que emergem do território, das interações dos sujeitos e a formação de ‘alianças potenciais’, como defende Butler (2018). Nesse sentido, o olhar para a prática desses sujeitos constitui uma perspectiva de luz e esperança, uma alternativa ao modelo fadado ao fracasso que o capitalismo predatório e feroz aplicou ao mundo. Acreditamos que esses sujeitos nos oferecem uma pista de como superar uma realidade opressiva e discriminatória.

A materialização da luta da Vila Autódromo, o Museu das Remoções, guarda os marcos do violento processo pelo qual passaram. A cada visita recebida, os moradores apresentam as obras e contam a história da Vila através do discurso de quem viveu todo o percurso histórico que gerou o acervo. Tal fato traz a percepção de que a comunidade da Vila Autódromo não só detém a consciência de sua condição histórica enquanto agente que pertence e transforma seu território, como também tem o objetivo de manter e divulgar essa história. Isso constitui um fato importante, quando observado à luz da Educação, pois significa o entendimento de si como indivíduo integrante de um sujeito coletivo, que é produtor de conhecimento, de saberes que são extremamente relevantes para seu meio; demonstra também a consciência da dinâmica de poderes e interesses ao qual estão submetidos e que os processos de memória e resistência contínuos representam fundamental relevância na manutenção da sua cultura.

A construção de uma instituição que guarda e dissemina a história da comunidade representa uma ação que, apesar de inicialmente não possuir uma intencionalidade educativa, tem na materialização do Museu das Remoções o caminho para transformar a trajetória desses moradores em uma prática educativa que transmite os conhecimentos adquiridos durante a luta e afirma continuamente suas condições enquanto sujeitos de direitos.

Entendemos que, a partir de uma busca pela afirmação histórica da comunidade da Vila Autódromo, o Museu das Remoções constitui a metodologia que a comunidade escolheu para impedir o apagamento de seu território, de sua história e de afirmar o seu direito de continuar existindo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACSELRAD, Henri. As comunidades tradicionais, as grandes empresas e suas territorializações estratégicas. In: Ben Hur Costa, Claudia Pires, Álvaro Heidrich (eds.) **Plurilocalidade dos sujeitos - representações e ações no território**, Editora Compasso, Porto Alegre. 2016.

ALBUQUERQUE, Renato Martins de. O direito humano fundamental à moradia adequada, o direito à cidade e a necessidade de realização de audiências públicas para sua efetiva realização. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 16 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.589613&seo=1>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº31, pp. 133 - 142, 2012.

ARBOLEDA, Santiago. **Aula para o Programa de pós-graduação em Educação**. Unirio. 20-20 de oct de 2016. Notas de Aula.

ARROYO, Miguel G. O aprendizado do direito à cidade: Belo Horizonte — a construção da cultura política. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 26, p. 23-38, dez. 1997.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, 2013.

BIENENSTEIN, Glauco.; SÁNCHEZ, Fernanda.; MASCARENHAS, G.; OLIVEIRA, A. Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan-2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, pp. 123-161.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Direito à moradia adequada. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, **Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**, 2013.

BUTLER, Judith. **Campos de aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

CALDART, Roseli Salete. **Movimento sem terra: lições de pedagogia**. Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p. 50-59, jan./jun. 2003. Disponível em: . Acesso em: 29 abr. 2017.

CAMARGO, Daniel Renaud. **Lendas Rezas e Garrafadas**: Educação Ambiental de Base Comunitária e os saberes locais no Vale do Jequitinhonha. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGEdU – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

CASTRO, Ronaldo Sousa de. BAETA, Anna Maria Bianchini. Autonomia intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2011. p. 105-114.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Editora Ática. São Paulo. 2000

COMITÊ POPULAR DO RIO. **Plano popular da vila autódromo: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural**. Disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016 Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERGUSON, James e LOHMANN, Larry. The anti-Politics machine. "Development" and bureaucratic power in Lesotho. **The Ecologist**, Vol. 24, No. 5, September/October. 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Série Ecumenismo e Humanismo, vol.5. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

FREIRE, Paulo. Liberdade cultural na América Latina. In: Streck, Danilo R. (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica. p. 333-345. 2010.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5ª ed - São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: Teoria e prática em educação popular**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 68 p.

GIL, A.C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. 10 ed. São Paulo: FTD, 1994.

GOUVÊA, Antônio Fernando. Paulo Freire: uma proposta pedagógica ético-crítica para a educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. Editora Cortez. 1ª ed. São Paulo. 2014.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental – Brasília, 2004.

HAESBAERT, Rogério e BRUCE, Glauco. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, Niterói: UFF. v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSBAWN, E. **A invenção das tradições**. Editora Paz e Terra. 6ª ed. Rio de Janeiro. 2008.

LAYRAGUES, Philippe Pomier. A dimensão Freiriana na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. Editora Cortez. 1ª ed. São Paulo. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2016. 144 p.

LOPES, A. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, n. 45, p.445-466. 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73-103.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe (coord) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental – Brasília, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Teoria Crítica. In: FERRARO-JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. 1 ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARICATO, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo, Revista **VeraCidade**, Ano IV, nº. 4, p. 13-16. 2009.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1995.

MÉSZAROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. 80p.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

MINAYO, Maria Cecília **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: MINAYO, Maria Cecília. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**, 2011.

MONTEZUMA, Rita e OLIVEIRA, Rogério. Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens. **Arquitextos**, v. 10.116, 2010. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.116/3385>.

MTST. **O que o MTST tem a nos ensinar?**. Disponível em: <<http://www.mtst.org/mtst/o-que-o-mtst-tem-a-nos-ensinar/>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

MUSEU DAS REMOÇÕES. **A vila autódromo**. Disponível em: <<https://musedasremoco.es.com/sobre/a-vila-autodromo/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

NAME, Leo e CARDEMAN, Rogério. Cenários de Ocupação e Transformação da Paisagem na Baixada de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. **Mercator**. Fortaleza. v. 13, n. 2, p. 61-78, mai./ago. 2014.

NAME, Leo. Análise da ocupação proposta pelo PEU das Vargens tendo como foco densidades, infraestruturas e condições ambientais. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 116.01, Vitruvius, jan. 2010 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.116/3382>>.

NEXO JORNAL. **Duas análises sobre o papel do mtst na agenda política atual.** Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/01/23/duas-an%C3%A1lises-sobre-o-papel-do-mtst-na-agenda-pol%C3%ADtica-atual>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

NIMA PUC-Rio. PEU VARGENS Tabela Anexo V – D. 3.046/81 x LC 79/06 x LC 104/09, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2cuicNR>>.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS. Disponível em: <http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/ippur/google/index_02.php>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ONU/BR. **Onu-habitat programa das nações unidas para os assentamentos humanos.** Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/habitat-iii-paises-adotam-nova-agenda-para-urbanizacao-sustentavel/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PELACANI, Bárbara. **As lutas que educam na América Latina:** A Educação Ambiental que emerge do conflito pela água em Cachoeiras de Macacu com um olhar desde a Colômbia. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, v. 8, n. 16, p. 41-55, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **Lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: 05 jun. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Editora Cortez. 1ª edição. 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em: 20/12/2017.

QUIJANO, Aníbal. La Modernidad, el Capitalismo y América Latina nacen el mismo día. **ILLA**, n.10, enero, 1991.

RABELLO, Sonia. **Os 7 Pecados Capitais do PEU das Vargens.** Disponível em <www.soniarabello.com.br>. 2009.

REDONDO, Andréa Albuquerque Garcia. PEU Vargens, ainda há tempo? Minha Cidade, São Paulo, ano 10, n. 112.04, **Vitruvius**, nov. 2009.

RIO ON WATCH. **‘A luta só começou’: o museu das remoções da vila autódromo apresenta seu plano estratégico.** Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=28438>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

RIO ON WATCH. **Prefeito anuncia desapropriação na vila autódromo, e mit crítica política da prefeitura.** Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=13811>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

RIO ON WATCH. **Quatro táticas de remoção usadas pelas autoridades do rio, e como moradores de favelas se defendem.** Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=34865>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

RODRIGUES, Glauco Bruce. As jornadas de junho de 2013: espacialidade e conflito social. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, São Luís, v.00, p.111-222, jan. 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468260010_arquivo_eng2016_completo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015. 423 p.

SANTOS JÚNIOR, Orlando. A Produção Capitalista do Espaço e os Conflitos Urbanos In: **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Editora Cortez. 1ª Ed. 2010.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. **ZONA DE IMPACTO**, [S.L], v. 13, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/territorio_e_territorialidade_volume13.html>. Acesso em: 25 abr. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** 6ª ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4º ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.

SAVIANI, Demerval. Teorias pedagógicas contra - hegemônicas no brasil. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 2, p. 11-28, jul. 2008. Disponível em: <<http://e->

revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465/3387>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SILVA, Luciana Araújo Gomes. Barra da Tijuca: o concebido e o realizado. **Revista Geo-Paisagem**. Ano 3, nº 6. Julho/Dezembro. 2004.

STRECK, Danilo R. Paulo Freire e a Consolidação do Pensamento pedagógico na América Latina. In: Streck, Danilo R. (Org.). **Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SVAMPA, Maristella. La disputa por el desarrollo: territorio, movimientos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes. **Maristella svampa**. Disponível em: <<http://www.maristellasvampa.net/>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista das américas**: a questão do outro. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. **Um pouco de nossa história**. Disponível em: <http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=54/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

VAINER, C. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.

VELLOSO, Rita. Apropriação, ou o urbano-experiência. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 189.05, **Vitruvius**, fev. 2016.

VILA AUTÓDROMO. **Cronologia completa**. Disponível em: <<https://www.vilaaudromo.com/cronologiacompleta>>. Acesso em: 13 dez. 2018. Vozes, 2011.

WALSH, Catherine. Fanon y la pedagogía de-colonial. **Revista Novamérica**. nº 122, junho, 2009.